



**GULLAR**

A saga do escritor que aceitou os desafios do seu tempo



**FERNANDA**

Um comentário da maior atriz brasileira sobre a universidade



**ANTUNES**

Professor da Unicamp mergulha no mundo do trabalho

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

ISSN 1984-4263



UFRJ



CCJE

# VERSUS

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ

AGOSTO DE 2009 • ANO I • Nº 2

# SUMMIT



## A LÓGICA DO ITAMARATY

A política externa vista pelo segundo homem da diplomacia brasileira

Na VERSUS Acadêmica, artigos de Alfredo Saad Filho; Maria Malta e Ângela Ganem; Ana Célia Castro e Eric Mielants



# VERSUSimagem



João Roberto Ripper documenta a tragicidade de trabalhadores no Brasil profundo. Mas o trágico de suas fotos, ele diz, não exclui a dignidade e a beleza. A que ilustra a VERSUS Imagem só confirma a reflexão do professor Ricardo Antunes, entrevistado por VERSUS, na Unicamp. As formas de organização da vida humana, segundo Antunes, acabaram de um modo quase que constante, conferindo ao trabalho uma dimensão de servidão, de sofrimento, de sujeição. O professor cita o trabalho escravo, na escravidão greco-romana; o trabalho medieval do servo de gleba; a escravidão colonial dos negros no Brasil ou a escravidão também dos indígenas na América de origem hispânica. E, por fim, “o trabalho assalariado, que tem a aparência da formalidade e da igualdade, mas na qual a substância é a da desigualdade estrutural”.

**Luiz Carlos Maranhão**  
Editor Executivo



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas



UFRJ

CCJE

*Alcino Camara*  
Editor

Aloísio Teixeira

**Reitor**

Sylvia da Silveira de Mello Vargas

**Vice-Reitora**

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Alcino Ferreira Camara Neto

**Decano**

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca

**Vice-Decano**

Agnaldo Fernandes

**Superintendente**

Maria Sílvia Possas

**Coordenação Acadêmica – Graduação**

Heloísa Pires

**Coordenação Acadêmica – Pós-Graduação**

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca

**Coordenação Acadêmica – Extensão**

**REVISTA VERSUS**

Alcino Ferreira Camara Neto

**Editor**

Luiz Maranhão

**Editor Executivo**

Elisa Monteiro

**Produção e reportagem**

Gil Castro

**Diagramação e projeto gráfico**

Márcia Rocha de Aquino

**Secretaria e produção**

Carlos Nogueira

Felipe Teixeira Gonçalves

**Pesquisadores**

Roberto Azul

**Revisão**

**Capa**

**Foto:** Saul Loeb/AFP

**Arte:** Gil Castro

**Colaboraram nesta edição**

José Ribas Vieira, Margarida Maria Lacombe Camargo, Alexandre Garrido da Silva, Alfredo Saad Filho, Eric Mielants, Ana Célia Castro, Maria Malta, Angela Ganem, Ivan de Angelis, Rafaela Pereira e Marcelo Dias Carcanholo, João Roberto Ripper, Ney Sant'Anna, Julio Frankel, Tunico Amâncio, Marco Fernandes

**Agradecimentos**

Assessoria de imprensa do Itamaraty  
Equipe da Decania CCJE/UFRJ

**Apoio institucional**

Coordenação de Comunicação da Reitoria/UFRJ



**Conselho Editorial**

Abílio Pereira de Lucena; Alcino Camara Neto; Aloísio Teixeira; Ana Célia Castro; Ana Clara Torres de Ribeiro; Carlos Aguiar de Medeiros; Carlos Esteban; Carlos F.T.M.R. de Lessa; Carmen Feijó; Francisco Amaral; José Antonio Ortega; José Luiz Fiori; Matias Vernengo; Nilo Batista; Raphael Di Giorgi; Rosélia Piquet Carneiro; Thomas Palley

**Receba VERSUS**

Para adquirir exemplar de VERSUS envie mensagem para o e-mail [versus@ccje.ufrj.br](mailto:versus@ccje.ufrj.br) com nome, endereço completo, profissão.

**Revista VERSUS**

Publicação trimestral do  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Av. Pasteur, 250 - fundos - Campus da Praia Vermelha  
22290-240 - Urca - Rio de Janeiro/RJ  
Tels.: 21 38735311 – 38735317  
[versus@ccje.ufrj.br](mailto:versus@ccje.ufrj.br)  
[www.ccje.ufrj.br](http://www.ccje.ufrj.br)

A entrevista com o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, ganhou a capa desta edição de VERSUS pela sua abrangência e pelo peso político do interlocutor. Ao lado do ministro Celso Amorim e de Marco Aurélio Garcia, assessor especial do presidente Lula, ele forma o triunvirato que comanda a política externa brasileira. Na entrevista (hábito cada vez menos cultivado pelo embaixador), Pinheiro Guimarães confirma a fama de formulador arguto e influente nos rumos do Itamaraty. Defensor ardoroso da política de integração com a América do Sul, o embaixador propõe uma espécie de “Plano Marshall” para o continente. Esse seria o caminho para reduzir as assimetrias regionais e potencializar o papel do Brasil nas suas relações com os vizinhos. Em relação a Barack Obama, Pinheiro Guimarães afirma que para o atual presidente recuperar a imagem dos Estados Unidos na América Latina, terá de alterar radicalmente a política seguida nos últimos anos por governos republicanos e democratas, cujo fundamento era a ideia de superioridade. A entrevista, diga-se, foi concedida antes da crise aberta com o anúncio da utilização de bases colombianas pelos EUA.



**Gullar: poesia  
e política na  
trajetória  
inquieta**

# SUMÁRIO EDIÇÃO Nº 2

## VERSUS Imagem 2



ENTREVISTA  
**O tom da política externa**  
Samuel Pinheiro Guimarães

2

99

## DOIS PONTOS

99

Fotografia  
Opressão em estado bruto

102

Cinema  
À margem da cidade

105

Psiquiatria  
Uma brasileira chamada Nise

108

Livros  
O resgate de um exílio teórico

ESPECIAL  
**Um mergulho  
no mundo do  
trabalho**  
Ricardo Antunes

15

CIDADE NUA  
**O nó da  
habitação**

24

112



OPINIÃO  
Fernanda  
Montenegro

BRASIL  
**Nas mãos  
dos tribunais**

75

## TRILHA



**Havana e seus encantos**  
A atmosfera de uma cidade  
com muita história e bom humor

85

PERSONAGEM  
**A saga de Gullar**

88

VERSUS  
ACADÊMICA

Alfredo Saad Filho

Eric Mielants

Ana Célia Castro

Maria Malta  
Angela Ganem

# O tom da política externa

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores explica a doutrina da diplomacia brasileira para ampliar a influência do Brasil no continente e no mundo

De Brasília

“**N**ão existe política internacional sem ideologia”, afirma o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães. Hoje avesso a entrevistas, Pinheiro Guimarães atendeu a VERSUS sob duas condições: entrevista por escrito e edição sem cortes do texto. Exigências aceitas, o embaixador respondeu integralmente às perguntas sem restrição de temas, no intervalo de seguidas viagens da agenda apertada. O cuidado com a abordagem da mídia se justifica. Diplomata de carreira e segundo homem do Itamaraty (abaixo do ministro Celso Amorim), Pinheiro Guimarães é identificado por desafetos e simpatizantes como o quadro


mais à esquerda da diplomacia do país. Autor de mais de uma dezena de livros, o embaixador é conhecido pelo rigor intelectual e por suas posições firmes – na contramão da diplomacia submissa. Até chegar ao segundo posto na hierarquia do Itamaraty, purgou ostracismo num período do governo FHC.

Crítico mordaz da arrogância dos EUA em relação ao mundo e aos países periféricos na era pré-Obama, os movimentos iniciais da política externa do atual presidente americano mudou o tom do embaixador. “Sua condenação da tortura, seus gestos de aproximação em relação ao Islã, sua posição sobre os assentamentos ilegais israelenses na Palestina, seu aceno em relação ao Irã são passos positivos nessa

direção, assim como sua atitude em relação a Cuba”, diz. Na sua opinião, a atitude de Barack Obama aproxima os Estados Unidos da política externa do presidente Lula.

O reconhecimento do peso internacional do Brasil com o qual Obama vem distinguindo o país parece confirmar Pinheiro Guimarães. Na reunião do G8 (os sete países mais ricos, mais a Rússia) em julho na cidade italiana de Áquila, Obama pediu a Lula ajuda para convencer o governo do Irã a não usar seu programa nuclear para fins bélicos.

*É preciso dizer que esta entrevista é anterior à crise surgida com o anúncio da utilização de bases militares colombianas pelos Estados Unidos, condenada pelo Brasil.*



A posição firme de condenação do golpe em Honduras e a atitude flexível em relação às negociações envolvendo a Usina de Itaipu com o Paraguai são faces da mesma política do Itamaraty, que aposta na integração do continente latino-americano.

No triunvirato que dá as cartas na política externa (os dois outros nomes são o ministro Celso Amorim e o assessor especial do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia), cabe ao embaixador Pinheiro Guimarães a responsabilidade de tomar conta da formação de diplomatas e da administração da estrutura do Itamaraty. Esse papel não subtrai do embaixador a influência na formulação da política externa. Confira na entrevista a seguir.

**Versus** Episódios recentes (perda da vaga na OMC e apoio à candidatura do egípcio Farouk Hosny para a Unesco) provocaram críticas de setores conservadores. Outro discurso recorrente desses setores é o de que o Itamaraty “ideologiza suas decisões e politiza as negociações comerciais”. O que o senhor diz sobre isso?

**Samuel P. Guimarães** Perder e ganhar eleições é um fato corriqueiro no sistema internacional e nada tem a ver com o prestígio do país, que não se mede por isto. Quanto à ideologia e politização: toda negociação, comercial ou não,

tem uma natureza política fundamental. Não há negociações apenas técnicas, pois seus resultados, as normas que delas resultam, podem ser mais favoráveis para uns e menos favoráveis a outros participantes. Pela política, é que se articulou o G-20 na Rodada de Doha, que permitiu aos países subdesenvolvidos, pela primeira vez na história, ter voz ativa e lutar de forma coordenada pelos seus interesses de comércio e desenvolvimento no âmbito do GATT e da OMC. Pela política, é que se articulou o novo papel para o G-20 financeiro, que se encontra hoje no centro do processo de reforma do sistema financeiro internacional, e assim por

ARQUIVO ITAMARATY



**LULA COM SARKOZY. Inserção internacional ganha fôlego**

diante. Não existe política internacional sem ideologia, e a ideologia da política externa é a defesa dos interesses do Brasil.

**V** O G-20 abre espaço para que o Brasil tenha um outro papel na governança mundial, num ambiente de crise e questionamento dos modelos econômicos ortodoxos?

**SPG** O G-20 comercial de Doha e o G-20 financeiro, assim como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), a UNASUL, a ASPA (América do Sul – países árabes), a ASA (Conferência América do Sul/África), os BRICs, o G-5 (Brasil, China, Índia, México, África do Sul), que se reúne com o G-8, o G-4 (Brasil, Japão, Alemanha, Índia) que defende a expansão do Conselho de Segurança, são todas iniciativas políticas em que o Brasil se articula com países em situação semelhante e com objetivos semelhantes aos nossos para reorganizar o sistema internacional, reduzir a concentração de poder econômico e político que o caracteriza e abrir espaço para os Estados da periferia, tor-

nando o sistema mais democrático, representativo e legítimo. No processo de globalização, a ideologia neoliberal, as políticas neoliberais, os modelos econômicos ortodoxos levaram o mundo à que será a maior crise de todos os tempos. Felizmente e graças à resistência de muitos, o Brasil não adotou plenamente tais modelos e assim sairemos da crise mais rápido e mais fortes política e economicamente do que antes.

**V** Quais os desafios desse novo cenário para a diplomacia brasileira nas suas relações com os países emergentes no plano global, além de países como o Irã (de Ahmadinejad), Turquia e a Arábia Saudita?

**SPG** Os desafios para a diplomacia brasileira são não repetir, em relação aos Estados menores, a arrogância que caracterizou historicamente a atitude e a política das Grandes Potências; dialogar com as Grandes Potências com altivez mas sem arrogância e jamais subserviência; cooperar com os demais Estados emergentes de forma

igualitária, não hegemônica, sem procurar obter vantagens egoístas; defender os interesses brasileiros no contexto dos interesses dos países subdesenvolvidos; defender sem cessar, sem titubear, os princípios de autodeterminação, de não intervenção, de solução pacífica de controvérsias, de respeito às fronteiras, consagrados na Carta das Nações Unidas e na Constituição brasileira, essenciais para a estabilidade do sistema internacional e para a paz.

**O que muda com Obama**

**V** Depois da recente Cúpula das Américas, o ministro Celso Amorim festejou o que definiu como “nova atitude da diplomacia americana” na Era Obama. O governo de Barack Obama muda a atitude imperial dos EUA em relação ao resto do mundo?

**SPG** Até o momento, o governo do presidente Obama tem demonstrado seu desejo, seu objetivo, sua estratégia, de desenhar e implementar uma nova política externa. Sua condenação da tortura, seus gestos de aproximação em relação ao Islã, sua posição sobre os assentamentos ilegais israelenses na Palestina, seu aceno em relação ao Irã são passos positivos nessa direção, assim como sua atitude em relação a Cuba. A expectativa do Brasil é de que os Estados Unidos, que são a maior potência econômica, política e militar do mundo, contribuam de forma positiva para que sejam enfrentados os grandes desafios com que se defronta a humanidade: a redução dos gases de efeito estufa; a efetiva redução da miséria e da pobreza na periferia; o desarmamento dos países armados; a redução das tensões no Oriente Próximo e no



Oriente Médio. Em realidade, a atitude de Obama aproxima os Estados Unidos da política externa do presidente Lula.

## **V O que esperar de Obama nas relações com o Brasil e com a América Latina?**

**SPG** Esperamos respeito e cooperação. Esperamos que o presidente Obama execute uma política americana para a América Latina que respeite a autodeterminação de cada Estado, i.e., respeite e reconheça o processo histórico que levou certas sociedades a desenvolverem políticas de resgate dos direitos de populações oprimidas, em decorrência de sua vontade manifestada livremente nas urnas, como na Bolívia e na Venezuela; que respeite o princípio da não intervenção, i.e., que não procure impor a eles, pelo uso de *hard* ou *soft power*, as fórmulas e os modelos da sociedade americana, bons para ela mas não para outros; que reconheça o direito ao desenvolvimento econômico e social e coopere, sem condições, com os esforços nacionais de redução das disparidades; que reconheça a contribuição dada pelos imigran-

tes latino-americanos à economia americana; que reconheça o papel do consumo americano sobre o estímulo à produção e tráfico de drogas e que, enquanto este consumo existir, dificilmente se poderá reduzir a produção e o tráfico. O presidente Obama, como presidente do Estado mais poderoso do mundo e como vizinho da América Central, do Caribe e da América do Sul, para recuperar a imagem dos Estados Unidos na América Latina, terá de alterar radicalmente a política seguida nos últimos anos por governos republicanos e democratas, cujo fundamento era a ideia de superioridade da nação americana e de seu direito de impor sua vontade, ideias e verdades ao continente, que variavam com oportunismo de acordo com seus interesses estratégicos ao longo do tempo.

## **V O Brasil pode intermediar o diálogo EUA-Cuba e contribuir para a distensão entre Washington e o Palácio Miraflores?**

**SPG** O Brasil está sempre pronto a cooperar, a contribuir para a redução das tensões no continente americano. Todavia, neste

Governo, o Brasil nunca se ofereceu nem se oferecerá para exercer qualquer papel de mediador em uma questão se não for solicitado pelas partes. O Brasil agiu com paciência e discrição para o processo de revogação da decisão que suspendera em 1962, injustamente, Cuba da OEA e o Brasil não perde oportunidade para lembrar aos líderes envolvidos a importância de recuperar as relações de amizade e de cooperação entre os Estados Unidos e a Venezuela, com pleno respeito aos desejos do povo venezuelano de desenvolvimento e soberania.

## **V A propósito: o que ganha o Mercosul com o ingresso da Venezuela no bloco econômico?**

**SPG** A Venezuela é um país extremamente rico em recursos naturais que está engajado em um projeto de desenvolvimento de sua infraestrutura e de sua indústria. O Mercosul ganha ao integrar a economia venezuelana ao espaço econômico do Mercosul, fazendo com que o comércio de produtos agrícolas e manufaturados entre os cinco países se realize de forma preferencial em relação às economias extrabloco; fazendo com que os governos e empresas dos diversos países-membros participem em melhores condições do grande programa de construção da infraestrutura venezuelana; tornando mais atrativo o espaço econômico do Mercosul para o capital estrangeiro; reforçando a posição negociadora do Mercosul frente a outros blocos. O ingresso da Venezuela no Mercosul não compromete a identidade do Mercosul, mas, sim, a reforça. A Venezuela é um país sul-americano com mais de 2.000 km de fronteira pacífica com o Brasil, sua localização geopolítica nos é essencial; seu maior parceiro comercial são os Estados Unidos, e o segundo, a Co-

## **NA DIPLOMACIA. Marco Aurélio Garcia e Celso Amorim com Lula, no Planalto**



JOSE CRUZ/ABR

lômbia; seus recursos naturais são extraordinários, com 87 bilhões de barris de petróleo, sem contar o petróleo do Orinoco, a 6ª maior reserva do mundo; com 5 trilhões de metros cúbicos de gás, a 8ª maior do mundo; com 6 bilhões de toneladas de minério de ferro, a 10ª maior do mundo; com 350 milhões de toneladas de bauxita, a 9ª maior do mundo; com extraordinário potencial hidrelétrico; o perfil étnico de sua população é muito semelhante ao do Brasil; não há conflitos de fronteiras, sendo que a histórica disputa com a Guiana está bem encaminhada; o país passou por 11 pleitos eleitorais nos últimos dez anos, todos acompanhados por observadores internacionais, inclusive pelo Centro Carter dos Estados Unidos, que atestaram a sua lisura; não há presos políticos; os jornais e os canais de televisão criticam aberta e acerbamente o governo; a Venezuela aceitou o Protocolo de Ushuaia e a Carta Democrática Interamericana; não há movimentos de guerrilha no país. As divergências da Venezuela com outros países, como os Estados Unidos, derivam basicamente do apoio do governo Bush ao golpe de Estado de 2002, quando reconheceram em poucos minutos o governo golpista de Pedro Carmona e das atividades de “promoção da democracia” do National Endowment for Democracy. A identidade do Mercosul, onde convivem economias tão díspares quanto as do Brasil e do Uruguai, sistemas políticos distintos, visões por vezes discrepantes da política internacional, será enriquecida em sua diversidade e trará maior equilíbrio entre os países do bloco. O exemplo da União Europeia, onde convivem Estados como a Alemanha, a Lituânia e Chipre, revela que o argumento da homogeneidade de identidade



**EUROPA DEVASTADA.** O Plano Marshall reconstruiu a economia dos países destruídos pela Segunda Guerra

como pré-requisito de participação em um esquema de integração é equivocado e irrealista.

### Um “Plano Marshall”

**V** A Unasul pode prosperar como polo de poder na nova geografia política que surgiria no cenário pós-crise?

**SPG** A UNASUL já é um sucesso. Sua atuação na crise que ocorreu na Bolívia em 2008, contribuindo decisivamente para preservar a integridade territorial do país e a democracia, demonstra seu grande potencial. A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, que contribuirá para a construção de

confiança entre todos os Estados da região no processo de superar ressentimentos históricos e para o desenvolvimento de uma indústria de defesa regional – a América do Sul importou armamentos no valor de 1,7 bilhão de dólares (2008) de potências extrarregionais –, é outra demonstração do poder agregador dessa iniciativa. Já está decidida a constituição de um Conselho Sul-Americano sobre Drogas, que permitirá uma maior coordenação no combate a este flagelo e à criminalidade que gera. No campo internacional, quando o Tratado Constitutivo estiver aprovado pelos países-membros, a UNASUL será de grande importância para a atuação conjunta

dos países da região em defesa de seus interesses na esfera mundial, os quais coincidem em grande medida com os do Brasil. Em um mundo cada vez mais multipolar, a UNASUL é um instrumento imprescindível para a defesa dos interesses dos Estados da América do Sul.

**V O surgimento de governos de esquerda na América do Sul (e América Central) facilita a definição de estratégia comum entre os países do continente?**

**SPG** O principal fenômeno é que se trata de governos de esquerda eleitos democraticamente. Esses governos foram eleitos com programas de reforma das situações de extrema disparidade social que existe em seus países, de enorme concentração de riqueza e de controle tradicional dos sistemas políticos por oligarquias, cujo poder se fundamenta em um passado de exploração da população pobre e miserável, muitas vezes com base no latifúndio. Esses governos democráticos e de esquerda respeitam o marco legal vigente e têm todo interesse em cooperar entre si, de trocar experiências exitosas de enfrentamento de questões

econômicas e sociais (e políticas) no processo de modernização das estruturas de suas sociedades. No campo internacional, têm interesse em cooperar entre si na busca da paz; na luta contra o arbítrio e contra as tendências imperiais das Grandes Potências; na luta pela negociação de normas de comércio, de finanças, de meio ambiente, de exploração de recursos naturais, que ampliem suas possibilidades de desenvolvimento. O Brasil tem todo interesse em cooperar com esses países.

**V Em entrevista no ano passado o senhor falou na necessidade de uma espécie de “Plano Marshall” para os países da América do Sul. Na prática, como isso se daria?**

**SPG** O Plano Marshall (cujo título original era European Recovery Plan) foi lançado pelos Estados Unidos em 1947 diante das seguintes constatações: os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial, em especial o Banco Mundial e o GATT, não tinham sido capazes de reanimar as economias devastadas pela guerra; o desafio político dos movimentos comunistas, populares, pois tinham sido a base da

resistência ao nazifascismo; a atração e a ação exercida pela União Soviética; a recessão causada pelo fim das despesas de guerra e o desemprego que gerou. Os Estados Unidos reconheceram que era de seu interesse nacional financiar um amplo programa de ajuda para a reconstrução da economia dos países europeus, inclusive de seus ex-inimigos como a Alemanha. O Plano Marshall, sugerido pelo general Marshall, secretário de Estado americano, consistiu em uma enorme transferência de fundos, cerca de 13 bilhões de dólares, sob a forma de doações e de empréstimos a juros baixíssimos que correspondiam a cerca de 3% do PIB americano da época, o qual era por sua vez cerca de 50% do Produto Mundial. Atualizando o valor do PIB americano de 1947 para os dias de hoje, isto significa um montante de cerca de 400 bilhões de dólares. Este plano esteve na base da recuperação da Europa e mais tarde do processo que levou à União Europeia. No caso da América do Sul, o fato é que as estratégias multilaterais de desenvolvimento, patrocinadas pelo BID, pela CEPAL e pelas agências da ONU (PNUD, FAO etc.), não foram até hoje ca-

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR



**LULA COM  
Lugo, Evo  
Morales,  
Rafael Correa e  
Hugo Chávez:  
cooperação**

ROOSEVELT PINHEIRO/ABR



### HAITI. Polêmica participação do Brasil no comando da MINUSTAH

pazes de enfrentar a devastação causada pelo subdesenvolvimento em termos de perda de vidas humanas, de desperdício de vidas humanas, de deterioração e saque de recursos naturais, de opressão política, de degradação ambiental, tão ou mais severa que a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, onde morreram 50 milhões de pessoas. Cabe ao Brasil – cujo PIB corresponde a 50% do PIB sul-americano; cujo território corresponde a 50% do território sul-americano; cuja população corresponde a 50% da população sul-americana – compreender que é em seu próprio interesse desenvolver um “Plano Marshall” para a América do Sul para superar o subdesenvolvimento, integrar as economias, superar as disparidades sociais na região sem esperar pela ação das “sereias” internacionais de uma ajuda sempre esperada, sempre condicionada, sempre tardia. Os mecanismos desse

“Plano Marshall” seriam simples: acesso a linhas de crédito para a construção da infraestrutura com prazos e condições semelhantes, com por exemplo, aos que o Japão concede a países asiáticos (50 anos de prazo, 1% de juros); linhas de crédito às exportações desses países para o Brasil com quem têm um déficit comercial grande e crônico; acesso a linhas de crédito do BNDES a empresas desses países; linhas de crédito à organização de *joint ventures* entre empresas brasileiras e desses países. O BNDES, hoje, é um

banco maior do que o BID e do que o Banco Mundial em termos de desembolso e pode perfeitamente executar tal programa. Seria necessário também um amplo programa de doações para a execução de programas sociais de combate à fome e à pobreza. Esse “Plano Marshall”, esse verdadeiro Plano Lula, seria fundamental para o Brasil, pois não poderá haver desenvolvimento brasileiro sem o desenvolvimento da América do Sul.

**V Até que ponto a assimetria entre esses países e o peso da economia brasileira (alguns vizinhos chegam a acusar o Brasil de atitude imperialista) dificultam a consolidação da Unasul?**

**SPG** As assimetrias entre os Estados da América do Sul e suas disparidades internas são as principais características da América do Sul. Esta é uma situação, a de assimetrias, presente em todos os continentes. Certamente, se não

existissem, tudo seria mais fácil, mas o mundo seria outro, e não o que vivemos. A importância da UNASUL será tanto maior quanto mais ela contribuir para reduzir as assimetrias de desenvolvimento entre os países-membros. Estamos indo rápido: a negociação da UNASUL começou em 2004 e terminou em 2008, seu Tratado está em exame pelos congressos nacionais, sendo que dois já o aprovaram. Cabe ao Brasil, o país mais assimétrico, desenvolver uma política de cooperação não hegemônica, de fraternidade, de igualdade soberana, de respeito aos princípios de não intervenção, de respeito à autodeterminação, de tolerância, e assim contribuir para o êxito da UNASUL. O Brasil não é imperialista nem deseja ser, nem deve ser, em seu próprio interesse. O imperialismo não está na alma de seu povo.

### A OEA e Cuba

**V O que representa a decisão da OEA suspendendo o veto a Cuba e se o Brasil teve participação ativa para que isto acontecesse?**

**SPG** A decisão da OEA, adotada por consenso, com a participação plena dos Estados Unidos, revogando a decisão que suspendeu a participação de Cuba na OEA, tem dois aspectos importantes. Primeiro abre o caminho para a reintegração de Cuba na OEA, quando Cuba assim o desejar, refletindo o fato de que dos 34 países das Américas, 33 têm relações diplomáticas plenas com Cuba; segundo, é um passo importante para o processo de reaproximação, de normalização das relações de Cuba com os Estados Unidos, que impõe um embargo unilateral a Cuba, não aprovado pelas Nações Unidas, há 47 anos. O Brasil tem nos últimos anos parti-

cipado intensamente dos esforços de normalização das relações de Cuba com os Estados Unidos e com o sistema interamericano. O Brasil esforçou-se por estreitar seus laços de cooperação econômica e social com Cuba, através de empréstimos, programas de cooperação técnica, assistência humanitária. Esta iniciativa da política externa brasileira não somente reduziu a voz da oposição mais conservadora e retrógrada no Brasil, como serviu de sinal para os demais países latino-americanos da importância para a região da incorporação plena de Cuba. Assim, durante a Conferência da América Latina e do Caribe em Salvador, em abril, em reuniões paralelas do Grupo do Rio, Cuba foi admitida no Grupo, por consenso. Na reunião da OEA, e nos entendimentos prévios, o Brasil defendeu a posição de que não deveria se impor condicionalidades à suspensão da decisão da OEA nem se deveria fazer um debate sobre as culpas da exclusão de Cuba e os prejuízos decorrentes para se poder obter uma decisão por consenso. A sugestão do Brasil, com o apoio de outros países, prevaleceu. Porém, o importante, o fundamental, o que falta, é a suspensão do embargo.

**V** Como recebe as críticas de alguns setores à presença de força militar brasileira no Haiti?

**SPG** Em decorrência da situação de grave conflito no Haiti em 2003, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu criar uma Força de Paz chamada MINUSTAH (Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti), por quinze votos a zero. O Brasil foi convidado para enviar tropas e exercer o Comando Militar da MINUSTAH. Antes de aceitar, o Brasil enviou duas missões aos países do Caribe para conhecer sua opinião sobre a participação brasileira. Todos os

países do Caribe manifestaram seu profundo agradecimento ao Brasil pela consulta que fez, inclusive porque o plano que haviam apresentado ao Conselho de Segurança não havia merecido consideração, não havia sido examinado pelos Estados membros daquele Conselho. Consideravam importante, para eles, que o Brasil chefiasse a

**V** O porquê do empenho brasileiro na busca por um assento no Conselho de Segurança da ONU?

**SPG** O Conselho de Segurança das Nações Unidas é o órgão central do sistema de governança mundial e tem o monopólio do uso da força em nível internacional. São cinco membros permanentes,

## “Cabe ao Brasil (...) compreender que é em seu próprio interesse desenvolver um “Plano Marshall” para a América do Sul para superar o subdesenvolvimento

força de paz. O êxito da atuação do Brasil no Haiti, que enfatiza a necessidade de três pilares para o êxito de sua reconstrução, quais sejam, o fortalecimento institucional, o desenvolvimento econômico e a segurança, e que desenvolve no Haiti 36 projetos de cooperação técnica, desde treinamento profissional até cultivo de mandioca, e projeto de construção da hidrelétrica de Artibonite, que dobrará a capacidade de geração no país, se revela pela própria ausência de noticiário negativo na imprensa internacional e pela renovação a cada ano do pedido da ONU para que o Brasil continue (normalmente há rodízio) no comando das tropas, que são integradas por contingentes do Uruguai, Paraguai, Chile, Argentina etc. Finalmente, desde 2006 o governo democraticamente eleito do Haiti tem insistido em que a MINUSTAH continue seu trabalho e que o Brasil dela participe.

as Grandes Potências, com direito a veto, e dez membros não permanentes, sem direito a veto. As decisões do Conselho que podem determinar o uso de sanções contra um país (embargos comerciais, financeiros de armas etc.) ou de uso da força, decorrem de um julgamento político sobre situações de ruptura da paz ou de ameaça à paz. Quando foi criado, o Conselho representava bem a comunidade internacional: eram as cinco Grandes Potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, o número de Estados membros da ONU eram 51, e a Alemanha e o Japão estavam fora das Nações Unidas, punidos pelo desafio às potências hegemônicas da época. E o Conselho ficou praticamente paralisado quarenta e três anos pela disputa Leste-Oeste. Hoje a situação é diversa. O conflito Leste-Oeste desapareceu; os membros da ONU são 192; grandes potências de fato, como a Alemanha e o Japão, estão

STR/AFP



**EM HAVANA,**  
 **cubano lê a notícia**  
 **da revogação do**  
 **veto da OEA a seu**  
 **país, que durou 47**  
 **anos**

fora do Conselho; a maior parte das intervenções da ONU se faz em regiões do Sul; a América Latina e a África não estão representadas; e o Conselho vem ampliando informalmente sua competência através de uma definição cada vez mais ampla do que seja ameaça à paz (e à segurança) internacional. Questões como meio ambiente, não proliferação, regimes políticos e econômicos podem vir a ser considerados como questões do Conselho de Segurança. De outro lado, à medida que se expandem os interesses brasileiros nos mais diversos países, a possibilidade de divergência entre nossos interesses e os interesses das Grandes Potências aumenta (como hoje ocorre entre elas). Por isto tudo, a presença do Brasil no Conselho de Segurança é indispensável à defesa de nossos interesses vitais, da nossa soberania em um mundo caracterizado pela violência, pela desigualdade, pela concentração de poder e pelo arbítrio. Nesse processo, que é uma oportunidade única, estamos junto com o Japão, a Alemanha e a Índia, companhia que demonstra bem a importância da questão.

**V O Brasil está em dia com suas responsabilidades ambientais em relação à Amazônia diante do mundo?**

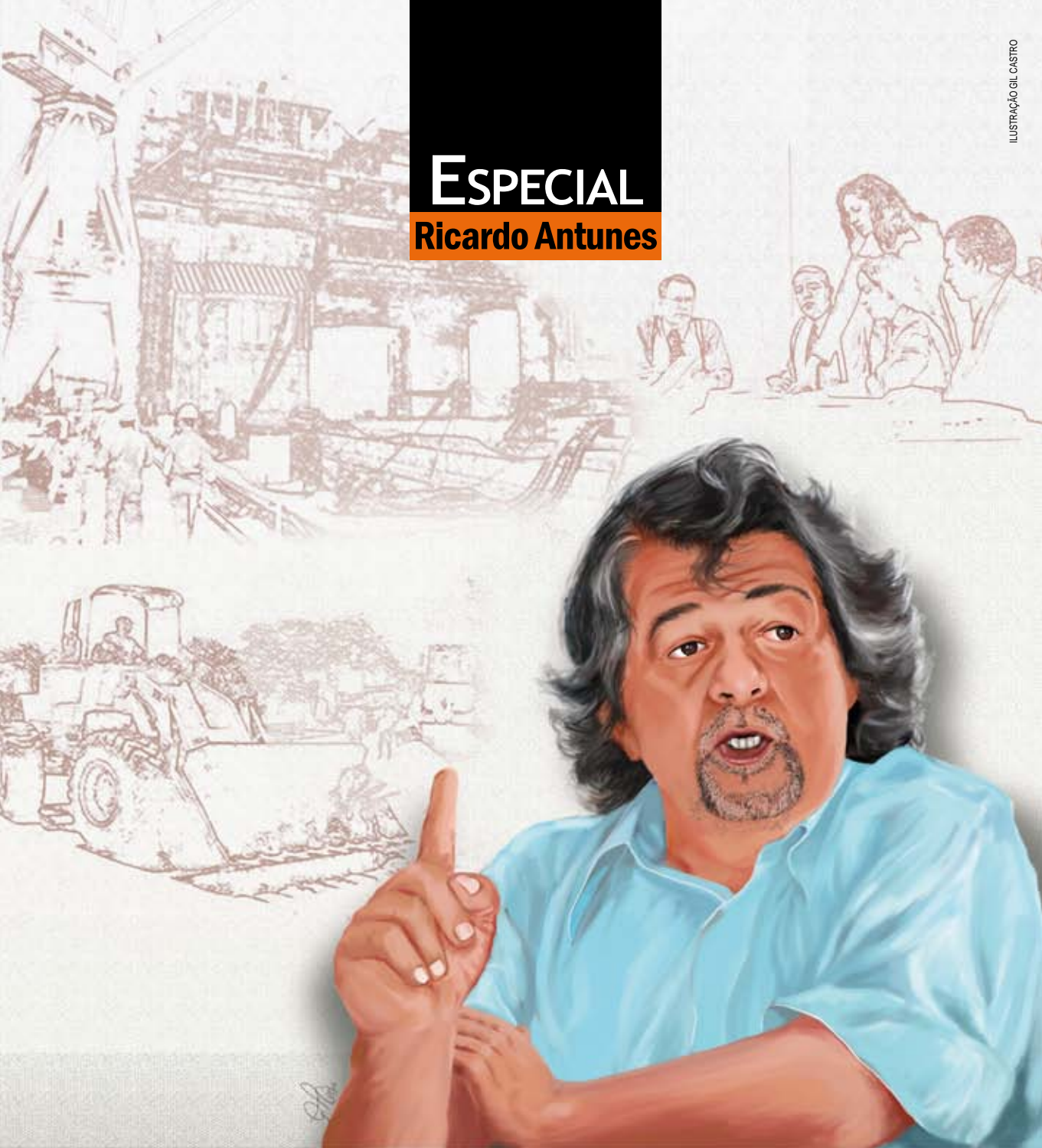
**SPG** A Amazônia, ou melhor, a floresta tropical que se encontra na Amazônia, é parte integrante do território brasileiro e, portanto, sujeita exclusivamente à nossa soberania. O Brasil jamais assinou qualquer compromisso internacional com relação à floresta amazônica e, assim, a questão de estar em dia (que pressupõe compromisso) não se coloca. A mais séria questão ambiental é o aquecimento global que decorre do acúmulo, gradual e histórico, de gases de efeito estufa na atmosfera. Os responsáveis pelo acúmulo desses gases, que se originam na queima de combustíveis fósseis pela indústria e pelos transportes principalmente (hoje equivalem a 60%), são os países altamente industrializados, i.e., os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental, que foram líderes no processo de industrialização. O desmatamento (que, aliás, ocorreu no passado na Europa e nos Estados Unidos) é hoje em dia responsável por apenas 9%

da emissão de gases (quando há queima de árvores). As emissões por desmatamento no Brasil equivalem a 3% da emissão de gases de efeito estufa. Tem havido uma redução gradual e significativa do desmatamento na Amazônia, que passou de 29.000 km<sup>2</sup> para 11.000 km<sup>2</sup> por ano, mas que tem de ser ainda mais reduzido. A matriz energética brasileira é a mais limpa do mundo: cerca de 47% é de fontes renováveis, enquanto na OCDE as fontes fósseis são 94% da energia. Quem não está em dia, nem de longe, com suas “responsabilidades ambientais” são os países altamente industrializados, que não somente não cumpriram as metas com as quais se haviam comprometido de redução de suas emissões de gases, como aumentaram suas emissões nos últimos anos. Vamos cobrar de quem deve.

**versus**online  
[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

# ESPECIAL

## Ricardo Antunes



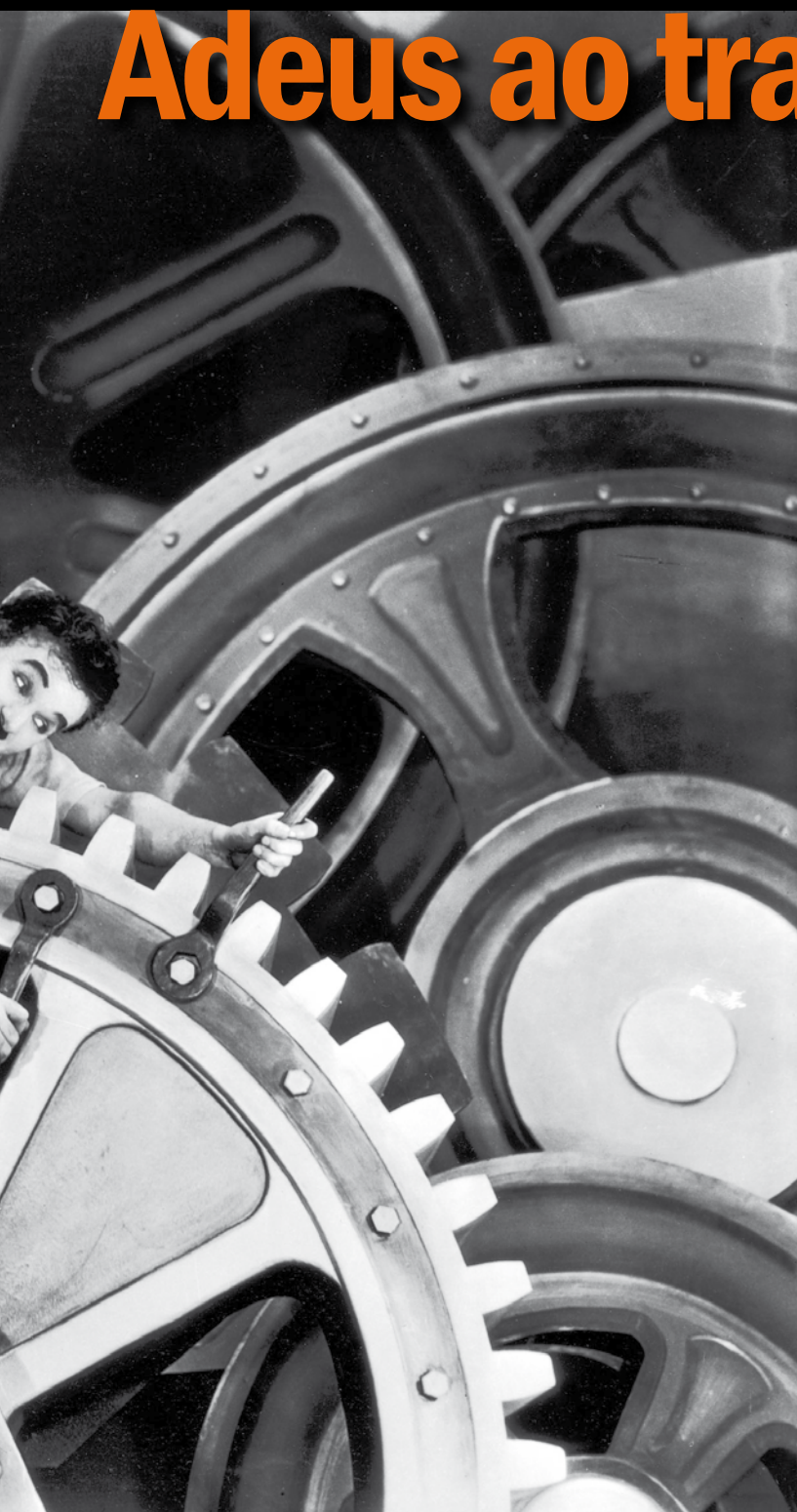
O sociólogo e professor da Unicamp, Ricardo Antunes, faz um mergulho no mundo do trabalho. Antunes desenha o trágico cenário do “caráter destrutivo” da sociedade atual e diz que o capitalismo hoje não tem condições de absorver, em escala global, a totalidade da população economicamente ativa. Resultado da equação: um exército cada vez maior de trabalhadores descartáveis





ESPECIAL

# Adeus ao trabalho?



*Hoje, a engenharia produtiva do capital combina a redução ao máximo da força de trabalho com a exploração intensiva dos que permanecem no mercado*

Luiz Carlos Maranhão

De Campinas

**S**urpreendente número de suicídios alcançou o povoado católico numa cidade do interior do Nordeste. Corria o ano de 1960 e a tragédia estava em curso. A fábrica têxtil que dava vida ao lugar acabara de fechar depois da explosão da caldeira, que deixou no chão corpos dilacerados de três operários. Os suicidas eram trabalhadores que, de forma instantânea, se viram diante do nada. De repente, centenas de operários não tinham como honrar suas contas, prover suas famílias. Perderam o seu lugar social. A quebradeira de quitandas e mercearias foi imediata, lojinhas cerraram as portas, a pequena economia foi para o brejo e o orgulho do bairro acabou. Não havia mais fábrica. Não havia mais trabalho.

Numa acanhada sala do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (Universidade de Campinas), o sociólogo e professor Ricardo Antunes acompanha a história com atenção. Antunes é

um dos mais importantes pensadores brasileiros sobre o mundo do trabalho. A convite do sociólogo húngaro István Mészáros, realizou pesquisa na Universidade de Sussex. Antunes lança mão do exemplo de infortúnio daqueles trabalhadores no microcosmo nordestino na década de 1960 para fazer uma ponte com a situação atual. “Eu estava lendo sobre a Toyota City, a cidade da Toyota no Japão. Uma cidade que nasceu no apogeu da Toyota, no pós-Segunda Guerra e que foi um pouco responsável por aquilo que nos anos 1970 e 1980 assombrou o mundo capitalista como o milagre japonês.”

O professor continua o seu relato. “Pois bem: no pós-Segunda Guerra, a cidade da Toyota se espelhava na Detroit. Olha a ironia ou a tragédia da história, a Toyota City está realizando o seu sonho.” Antunes afirma que a cidade da Toyota hoje no Japão vive o espectro da Detroit norte-americana. “A Detroit que desde os anos 1970 viu um brutal encolhimento do sistema automobilístico, viveu um processo de retração monumental e se tornou uma cidade destrocada”, compara. O professor continua. “Fechamentos de fábricas ocorreram no início do século XX, atravessaram o século e estão se repetindo hoje, num contexto ainda que diferenciado”, observa.

O professor aborda casos de relações diretas entre cidades e indústrias que abrigam. Lembra a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A empresa não fechou mais a dinâmica econômica que ganhou depois da privatização enfraqueceu profundamente o papel que exercia na cidade de Volta Redonda (interior do Estado do Rio de Janeiro), hoje em processo de degradação social. E cita casos análogos de cidades que surgi-

ram em função de suas indústrias, como Votorantim e Matarazzo, no interior paulista.

No caso dos suicídios, Ricardo Antunes não se surpreende. O professor revela que é uma das formas de morte até hoje intensa no Japão. “É o chamado *karoshi*, a morte que decorre do estresse do trabalho. Isto atinge inclusive gestores, às vezes até os proprietários de empresas.” O sociólogo explica. “Por exemplo: a empresa está num processo de crise, processo falimentar. O trabalhador se culpabiliza por essa falência. Um gestor, um administrador começa um processo de trabalhar na empresa diuturnamente. No décimo segundo dia ele morre porque ele não para de trabalhar.” Segundo Ricardo Antunes, só em 1999 a Justiça japonesa considerou o fato como uma morte que decorre do processo de intensidade

da exploração do trabalho. “Antes, era algo assumido como algo cultural, da história de uma sociedade que valoriza o trabalho.”

## Pária sem trabalho

Antunes retorna ao ponto inicial da conversa. “Então vivemos numa sociedade onde é valorizado quem trabalha; quem não trabalha é pária.” O professor explica que sobre este ser que trabalha incide uma série de valores. “Eu trabalho no Banco do Brasil”, “eu sou professor”, “eu trabalho numa transnacional”. “Agora você imagina numa cidade pequena ou numa cidade que depende de uma fábrica, onde todos de algum modo sonham ou sonhavam em tomar parte”, indaga. O professor disse que procurou mostrar nos livros que tem escrito sobre o mundo do



trabalho o esgarçamento das relações dos trabalhadores e as empresas. “Me referi, e com muita felicidade, ao que o Richard Sennet (1) chamou de (também título de seu livro) “Corrosão do Caráter”. No livro Sennet aborda a perda da estabilidade. “Você não sabe se vai trabalhar mais amanhã, quer dizer, o trabalho que era um valor começa a desmoronar.”

A Riqueza e a Miséria do Trabalho no Brasil é o nome do grupo de pesquisa que Ricardo Antunes lidera na Unicamp. O grupo investigou o caso do Banco do Brasil, quando a instituição lançou o seu PDV (Programa de Demissão Voluntária), que empurrou parcela importante dos trabalhadores do banco para a demissão. Antunes comenta: “Foi um processo de certo modo criminoso, porque um dos primeiros documentos

que incentivavam o PDV dizia ‘você foi escolhido para ser um dos que poderão decidir pelo plano de demissão voluntária com vantagens’. Quer dizer, você foi escolhido para ser candidato ao desemprego. E o número de suicídios no BB foi muito grande, porque o indivíduo imagina que tem 25 anos, onde ele cultuou esse ideário do labor e do status, do ‘eu sou do Banco do Brasil’, não sou um frentista do posto da esquina. E de repente o BB diz você é um supérfluo, você é um indivíduo desnecessário”, raciocina.

Esse exemplo, segundo Ricardo Antunes, revela caráter destrutivo da sociedade atual. Segundo ele, o capitalismo, em escala global, hoje não tem condições de assimilar 4 bilhões de pessoas que formam a população economicamente ativa no mundo. “Resultado, uma

parte imensa dessa é população é supérflua e descartável.” Antunes conclui: “Então veja, aquela ideia do culto do trabalho com estabilidade, com a certeza de trabalhar 20, 30 anos pra depois ter aposentadoria, torcer para que os filhos seguissem essa carreira e o reconhecimento sociocultural valorativo da cidade, isto acabou.” O sociólogo diz que hoje é a guerra por qualquer trabalho. É o que mostra filmes como *O Corte*, de Costa Gravas, e *El Método*, de Marcelo Piñero.

Ricardo Antunes afirma que a realidade de hoje é a existência de uma engenharia produtiva do capital que combina a redução ao máximo da força de trabalho, com a exploração intensiva dos que permanecem no mercado. “Quer no plano microcômico das empresas, seja ela um fábrica, um banco, uma escola, um jornal, um hospital, é isso o que acontece”, diz. “É a redução ao máximo do número de trabalhadores e trabalhadoras, a sua intensificação ao máximo de quem fica no trabalho, seja essa intensificação manual e/ou intelectual, porque tem toda a dimensão da expropriação do intelecto do trabalho”, acrescenta. O sociólogo reforça o argumento. “Por um lado, digamos assim, a redução do máximo de trabalhadores. Por outro, a intensificação e a polivalência. Antigamente era um trabalhador e uma máquina, hoje é um trabalhador em equipe com várias máquinas, porque tem que fazer um pouco de tudo. E do outro lado um maquinário técnico-científico, informacional e digital altamente qualificado que potencializa à enésima vez o coágulo de trabalho que fica. Então você desemprega intensamente, explora intensamente e potencializa intensamente. O resultado é essa sociedade”, diz.



HONFP

**CHAPLIN,**  
em *Tempos Modernos*,  
filme de 1936.  
Ao lado, linha de montagem de uma fábrica da Fiat, em Turim, Itália. O ano era 1939 e o modelo fordista imperava

# O despotismo sutil

O modelo fordista, hegemônico no século XX, ficou para trás. A era, agora, é das empresas liofilizadas. A apropriação do trabalho ganhou nova dimensão

As mudanças na forma como se organiza o trabalho nas empresas é um dos temas mais frequentes nas investigações de Ricardo Antunes. Pega-se uma empresa multinacional que produz alumínio. São cerca de 8 mil empregados que não enfrentam a vigilância do capataz. Pelo contrário: participam de conselhos de produção e se sentem ativos formuladores de soluções para aumentar a produtividade. Não são sindicalizados e seguem regras estritas, mas apresentadas de forma que não sugira coerção. A empresa é sugerida como uma família sem antagonismos. Não são chamados de trabalhadores. São parceiros em busca de metas comuns. A empresa está presente também nos fins de semana. Os operários e suas famílias são chamadas a trabalhos voluntários. E todos se sentem no melhor do mundo. Até a explosão da crise recente, quando 3 mil “parceiros” foram sumariamente demitidos, era impossível se observar tensão no ambiente. Veja o que diz Ricardo Antunes.

“A primeira coisa importante é que a empresa do passado, a empresa do século XX, seja uma indústria automotiva, banco, companhia na área do comércio, o que fosse, com todas as suas particularidades, ela tinha um molde taylorista-fordista. E o que é isso: empresa de massa concentrada, verticalizada, muito hierarquizada. O Taylor foi o primeiro grande administrador científico. Pensou como engenheiro, pensou numa administração científica. São os que pensam, os gestores, e os que operam. Por isso que ele dizia que o trabalhador tem que ser como gorilas amestrados. Ou seja, tem que ser forte, viril e amestrado, porque tem que ser dócil. Esse modelo de empresa Marx mostrou, antecipando-a no *Capital*, no capítulo sobre a grande indústria. Ele dizia: “Para que você pudesse ter uma massa de trabalhadores aqui na base da empresa e os gestores nos níveis de direção, você teria que ter uma camada intermediária dos déspotas que vigiavam ou que faziam o controle do trabalho” (nesse momento Antunes cita dois filmes como sugestão: *Tempos modernos*, de Chaplin, e *Classe operária vai ao paraíso*, do italiano Elio Petri).

Com a crise iniciada em 1973, as empresas se tornaram flexíveis, liofilizadas, que é um termo da química. Liofilizar quer dizer que,

numa temperatura baixa e constante, você elimina substâncias vivas. Na nova empresa é assim. E quais são as substâncias vivas da empresa? O trabalho vivo, vamos abolir, você vai queimando. A Volkswagen chegou a ter 44 mil operários no Brasil e hoje tem 15 mil, pouco mais, pouco menos. Chegamos a ter quase um milhão de bancários, a classe hoje tem menos de 500 mil, 400 e poucos mil. Nasceu então uma empresa nova, a empresa flexível, a empresa enxuta, liofilizada, onde os trabalhadores estão em equipe, eles trabalham de forma polivalente e multifuncional. Eles competem violentamente entre si, e ao mesmo tempo em que o trabalho é coletivo, há um monumental processo de individualização dos trabalhadores. De separar o público. A empresa esgarça as condições de trabalho dentro, mas ao mesmo tempo se mostra como uma empresa participativa, ao contrário do taylorismo e do fordismo.

Quando você ia almoçar numa fábrica no passado, 25 anos atrás, tinha o restaurante do peão e o restaurante do gestor. Nenhuma empresa mais faz isso. Agora é tudo igual. Porque a ideia é de que na fábrica são todos iguais. É um pouco a ideia do pan-ótico do Bentham\*, mas é um pouco diferente. Ele não é mais em círculo, não. Hoje todos estão vigiando todos. Não

tem mais as divisórias, caíram. Essa empresa moderna desmoronou a noção de trabalho com estabilidade, desmoronou a ideia do trabalho com uma certa longevidade, desmoronou a ideia de que amanhã você vai estar trabalhando lá. Então tem que, para compensar esse desmoronar, oferecer um conjunto de elementos, como essa ideia de que lá é melhor, de que lá você fica, de que você é individualizado, de que se você fizer a coisa direito, você cresce. Porque a empresa é você. Nenhuma empresa mais chama os trabalhadores de trabalhadores. São colaboradores, são parceiros, são consultores.

E nessa empresa moderna, ainda que ela seja despótica, não é o despotismo taylor-fordista. Você não trabalha com o capataz dizendo assim: você fez 99, mas tinha que ter feito 120. A empresa introjeta a tarefa no trabalhador. Inclusive a profissão do inspetor de qualidade é uma profissão que desapareceu. Na empresa taylor-fordista todo o produto era terminado, depois ia para o inspetor, que dizia tá bom ou não tá. Se não estivesse, voltava. Muitas vezes os trabalhadores faziam sua rebeldia produzindo errado, para depois, no final, chegar lá e era constatado que o carro estava com defeito e tinha que ser desmontado. Era o movimento, e houve muitos movimentos no Brasil nos anos 1970/80, esculhambando a produção, operação-tartaruga, operação-boicote, muitos, muitos. Isso não é mais possível. E a resistência se dá de outra maneira. ”

”

**DESCARTÁVEIS.**  
**Manifestação de trabalhadores (inclusive estrangeiros) temporários em janeiro deste ano no centro de Tóquio**

TORU YAMANAKA/AFP



# O arquiteto, a colmeia e o formigueiro

**R**icardo Antunes se detém sobre o conceito marxista de alienação do trabalho. “Aos 26 anos, em 1844, nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, Marx, pela primeira vez, elabora a noção de alienação do trabalho. “Há elementos constitutivos da alienação. O ser que trabalha se aliena ou se estranha em relação ao produto do seu trabalho, que não é dele. Então eu trabalho, e quando a coisa tá prontinha, ele me escapa porque ele vai para o mercado”, raciocina. “Se o trabalhador ou a trabalhadora se encontram alienados em relação ao produto do seu trabalho, isto significa que ele se encontra alienado em seu próprio processo de trabalho.” Ele já é um ser estranho no seu ato de trabalhar. Não é o trabalho que é desenvolvido plenamente. O fetiche da mercadoria, a perda do produto que ele produziu está presente, porque muitas vezes o

trabalhador não sabe nem o que está produzindo”, observa.

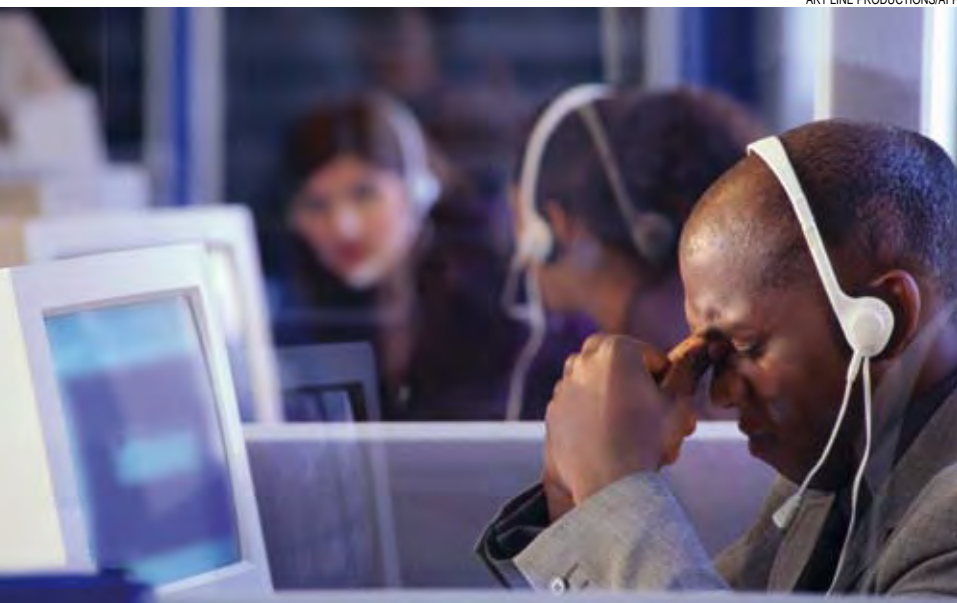
O professor aborda outro aspecto que, de acordo com Marx, caracteriza a alienação. “Um ser estranho em relação ao seu ato produtivo é um ser que se estranha em relação a sua própria individualidade”, afirma. “Por isso que o Marx disse que se os trabalhadores pudessem, fugiriam do trabalho. Estava falando do trabalho fabril, mas isso pode ser transcendido e ampliado”, acrescenta. “Se ele não se vê como parte de um indivíduo que se efetiva no trabalho, o Marx vai dizer: no trabalho nós nos sentimos como os animais. E nas nossas funções aparentemente ‘animais’, comer, beber, procriar, são funções que os animais também fazem. Nós não nos diferenciamos dos animais porque comemos, porque bebemos ou porque procriamos. Nós

somos diferentes dos animais no ato laborativo”, destaca.

Antunes dá o exemplo da colmeia e do formigueiro. A colmeia que a abelha fez ou o formigueiro que a formiga faz, há milênios é a mesma”, diz. “O trabalho humano não, o indivíduo cria cada vez formas mais complexas. Nós perguntamos no que trabalhar, o que fazer, pra que fazer e como fazer. A abelha não pergunta. Então nosso trabalho, Marx vai dizer, é genuinamente humano”, diz. “O único ser que pergunta o que vai fazer é o homem, por isso no *Capital* aquela famosa passagem: o que diferencia o pior arquiteto da melhor abelha é que o arquiteto pergunta e a abelha não. O arquiteto”, lembra Antunes, “faz projetos antes de construir. As abelhas não.”

O professor conclui: “No ato de trabalho alienado esta dimensão de individualidade, de criação, de-

ART LINE PRODUCTIONS/AFP



**OPERADORES**  
de telemarketing submetidos a rotina estafante. Ao lado, operário da Daihatsu Moto, uma das fornecedoras da Toyota. O Japão tenta sair da sua pior recessão desde a Segunda Guerra (1939/1945)

saparece, porque nós somos quase como que a abelha laborando a sua colmeia, a formiga fazendo seu formigueiro. Nós não estamos pensando muito no que estamos fazendo. Então, diz o Marx, ao invés de o trabalho ser um elemento de efetivação da condição humana, é um elemento de desefetivação. Ao invés de ser um momento do processo complexo e rico, um processo de humanização do ser social, é um processo de desumanização do trabalho.”

## Déspota de si mesmo

Trazendo a reflexão para a sociedade contemporânea, Ricardo Antunes afirma que a alienação do trabalho hoje é mais intensa quando a figura do déspota é eliminada ou diminuída, suavizada. “O trabalhador se torna déspota de si próprio porque o déspota é interiorizado nele. Então é uma alienação mais complexa, é um nível mais profundo de reificação, é um nível mais profundo do coisifi-

cação ou de fetiche que consequentemente obriga os trabalhadores a buscarem formas de resistência que vão desde dizer: eu não quero meu filho aqui; ou então o operador do telemarketing falar: “se eu soubesse que era isso aqui”, eu não vinha. Só que agora eu não posso sair daqui. E por que eu não posso sair: porque onde eu vou trabalhar se eu sair do telemarketing? Eu estudo, eu faço isso, faço aquilo, tenho uma jornada de seis horas.”

YOSHIKATSU TSUNO/AFP



## Trabalhar...

O sociólogo da Unicamp afirma que a sociedade que conformou o mundo moderno, o mundo burguês, é a sociedade do trabalho. “Essa sociedade burguesa que nos moldou segundo o padrão de que viver plenamente no mundo significa trabalhar, trabalhar, trabalhar, já é uma unilateralização brutal do trabalho”, ele diz. Nos livros *Adeus ao Trabalho*, (publicado em 1995, já 13ª edição e que inspirou o título principal desta reportagem), *O caracol e sua concha* e *Os sentidos do trabalho*, Ricardo Antunes tem procurado mostrar a dialética do trabalho desde os gregos até Karl Marx.

O professor expõe: “O trabalho ata o indivíduo à condição de ser útil. O primeiro indivíduo na humanidade trabalhava pra suprir seus meios necessários de sobrevivência. Isto é uma atividade vital, como Marx define nos *Escritos de 44*, e uma atividade vital é uma atividade imprescindível. Não é a única atividade. Seria um inferno se a vida humana se resumisse ao trabalho. Mas o trabalho permite se estabelecer relações sociais com outros indivíduos, formando o coletivo e a sociabilidade.”

*O livro Adeus ao Trabalho?, de Ricardo Antunes, que inspirou o título dessa reportagem foi lançado em 1995, publicado pela Cortez. A obra está na sua 13ª edição e já foi traduzida em vários idiomas*

CIDADE NUA

Elisa Monteiro

# O nó da habitação





Nas grandes e médias cidades brasileiras os assentamentos precários são o refúgio de milhões de famílias. Na raiz desse drama, de acordo com dois urbanistas ouvidos por VERSUS, reside a omissão histórica do Estado brasileiro em relação ao direito à moradia. O solo urbano e a construção de imóveis nas cidades estão submetidos à lógica de gerar valor para o seu proprietário, embora a função social (do solo urbano) esteja definida na Constituição de 1988 e no Estatuto das Cidades.





anúncio do governo federal de investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões para dar acesso a um milhão de famílias com até 10 salários mínimos<sup>1</sup> à casa própria através do programa Minha Casa, Minha Vida reacende o debate sobre a democratização da moradia no Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit habitacional no país está na casa de 7,2 milhões de unidades. Carência que recai predominantemente sobre os mais pobres. Somados, os segmentos entre 0 e 6 salários mínimos correspondem a quase 98% da demanda total.

Segundo o urbanista e professor da Universidade de São Paulo (USP), Nabil Bonduki, “perto de 3 milhões e 200 mil famílias vivem em assentamentos informais e precários e pelo menos 10 milhões (de famílias) enfrentam deficiência na infraestrutura”. Um problema que atinge, sobretudo, as regiões metropolitanas. De acordo com o especialista, a situação deve-se à incapacidade de o mercado absorver as especificidades da população de baixa renda. “Muitas famílias pagam até aluguel relativamente alto, mas não conseguem comprovar renda e ficam sem acesso ao crédito”, observa.

Nabil Bonduki aponta a omissão histórica do Estado brasileiro em relação ao direito à moradia. Na opinião do urbanista, esse dado retardou a adoção de políticas adequadas para enfrentar o problema. O professor afirma, porém, que houve avanços significativos nos anos recentes. Esses avanços, registra Nabil, foram traduzidos na aplicação de instrumentos para fazer valer a função social da propriedade. Ele destaca a aprovação do Estatuto das Cidades e a exigência de implantação de planos diretores, ainda que “nem tudo daquilo que se esperava desses instrumentos tenha se concretizado”, ressalva.

## Função social

Urbanista e também professora da Faculdade de Arquitetura da USP, Raquel Rolnik concorda com a avaliação segundo a qual os planos diretores são ferramentas eficazes para construção democrática de estratégia, planejamento e gestão da terra urbana no Brasil. Mas chama atenção para as raízes profundas da fissura no sistema habitacional metropolitano: a terra urbana e a construção dos equipamentos imobiliários da cidade estão submetidas à lógica de gerar valor para o seu proprietário e não à sua função social.

A professora observa que, apesar de a função social do solo urbano estar definida na Constituição de 1988, no Estatuto da Cidade<sup>2</sup> e obrigatoriamente nos planos diretores,<sup>3</sup> a política econômica dominante é a valorização da pro-

priedade. “E isso tem hegemonia sobre o resto, sobre o que é aprovado como regulação urbanística nas Câmaras Municipais, sobre o que é aprovado como extensão de perímetro urbano e influi decisivamente no resultado das sentenças judiciais nos conflitos onde se contrapõe o direito à moradia ao direito de propriedade.”

Raquel Rolnik identifica pontos positivos no programa Minha Casa, Minha Vida. Pela primeira vez, segundo ela, foi possível fugir do modelo em que o acesso à moradia era feito só via crédito. “Agora entram recursos subsidiados a fundo perdido, o que permite ao programa atender a baixa renda.” Mas a professora tem críticas incisivas. Para ela, o programa falha ao descartar as ferramentas legais de participação construídas desde a redemocratização, em especial, “toda uma trajetória de elaboração de planos diretores para aplicação social nas cidades”.

A professora Rolnik afirma que o governo não leva em conta os fóruns que têm debatido o acesso ao solo urbano e o direito à moradia. Cita, especialmente, a proposta de retomada de unidade vazias nas cidades. “Só no município de São Paulo tem 400 mil casas e apartamentos vazios. Então está na hora da política habitacional ser parte fundamental de uma política urbana”, raciocina Raquel Rolnik. “Com os recursos disponíveis teríamos chance de, pela primeira vez, pensar que produção habitacional é produção de um pedaço de cidade e não apenas casas para depósitos de gente da periferia.”

<sup>1</sup> O salário mínimo reajustado em fevereiro de 2009 equivale a R\$ 465,00.

<sup>2</sup> Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana, entre outras providências.

<sup>3</sup> Instrumentos previstos pela Constituição Federal e Lei nº 10.257, também chamada Estatuto da Cidade, voltados para definição do padrão de desenvolvimento da ocupação urbana do seu território.

# Remoção versus urbanização

**A**té o fim dos anos 1960 predominava a ideia segundo a qual os assentamentos precários nas cidades eram provisórios. Portanto, deveriam ser removidos. A partir de 1970, a política habitacional para as áreas pobres muda. Raquel Rolnik tem uma explicação. “Na eferescência das lutas contra a ditadura militar, a pauta se converte no reconhecimento do direito tanto dos posseiros das favelas como dos moradores de loteamentos irregulares a fazer parte da cidade e receber investimentos em infraestrutura e serviços.” O lado “perverso”, ela acrescenta, é que esse novo modelo não significou mudança substancial nas condições de urbanização e nem garantiu aos pobres acesso ao crédito.

A pesquisadora e doutora do Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lenise Lima Fernandes, tem leitura diversa para explicar o fim das remoções. Na opinião da professora foi “a dimensão descomunal que os assentamentos precários ganharam nos últimos anos” que obrigou o fim das remoções. “Hoje em dia não há como remover essa população sem provocar um grande impacto”, diz. Há 20 anos Lenise acompanha o processo de urbanização de duas favelas cariocas. E hoje ela observa que embora a urbanização evite a quebra de vínculos com trabalho e família provocada pela remoção, “mesmo quando urbanizada, a favela tem milhões de problemas”. Abastecimento de água, rede de esgotos

são melhorias feitas sobre uma base precária, acrescenta.

Segundo Lenise Lima, em muitos casos a urbanização é realizada de tal forma alheia aos interesses dos moradores que mesmo a população que reivindicou uma determinada intervenção, ao final do processo arrepende-se das mudanças. O trabalho de duas décadas em favelas permite a Lenise algumas conclusões. Ela diz, por exemplo, que a concessão de titularidade de casa própria nesses lugares é insuficiente para resolver o problema habitacional. Descolada de outras políticas sociais como geração de emprego e segurança, a conversão das ocupações irregulares em propriedade particular não assegura o direito à moradia dessa população. As famílias ficam fragilizadas, susceptíveis às pressões do setor imobiliário, além do tráfico de drogas. “Quando o imóvel ganha liquidez, perde o valor de uso e vira mercadoria como outra qualquer”, diz. “Não tendo condições para mantê-la, na primeira necessidade as pessoas vão vender e ir morar nas mesmas condições de antes.” Ou seja, retornam à informalidade.

## Sem mudança

A professora da UFRJ é cética em relação ao programa Minha Casa, Minha Vida. Ela acha que o programa não representa mudança qualitativa, mantém o foco no socorro de interesses dos mesmos grupos sociais e não atingirá os segmentos tradicionalmente excluídos. “Minha Casa, Minha Vida

com certeza é uma excelente contrapartida para construtoras. Não tenho dúvida de que vai mobilizar capital e gerar emprego, e de que é melhor do que não existir nenhuma política”, diz. O problema, segundo ela, é que se trata de um investimento enorme sendo feito sempre na mesma direção. “Esses programas atendem a um universo da favela, mas uma parte significativa não cabe ali, não se encaixa naqueles critérios e vai continuar à margem. É preciso que os programas pensem a propriedade de forma coletiva.”

Lenise relata que o conjunto de limitações embutidas à adesão a programas como Minha Casa e os parâmetros discriminatórios das obras voltadas para esta população são outro fator problemático. “O morador que compra casa financiada em determinados programas tem um limite de intervenções que pode fazer nessa habitação.” Para a professora, estes fatores somados a, comumente, “qualidade duvidosa” de serviços oferecidos são elementos que dificultam ainda mais o desenlace do nó habitacional metropolitano. Contribuem, inclusive, para o descrédito por parte da população sobre soluções mediadas pelo poder público. “Isso tudo gera por parte dos moradores de favelas uma sensação sempre muito dúbia, ao mesmo tempo de esperança e de frustração. Porque veem que entra política e sai política, se elaboram programas, se revogam programas e a situação deles não se altera de fato”, registra.

# “Urbanização a conta-gotas”

A arquiteta Raquel Rolnik é relatora do Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em 2008 ela deixou o comando da Secretaria de Projetos Urbanos do Ministério das Cidades por considerar “esquizofrênica” a política do governo Lula para o setor. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (Universidade de São Paulo), num dos seus estudos recentes para a ONU ela abordou o impacto da crise imobiliária dos Estados Unidos no acesso à moradia. À VERSUS, Raquel Rolnik abordou aspectos que podem ajudar a entender o drama habitacional do país segundas opções assumidas pelo Estado.



LUIS AFONSO

**ROLNIK.** Relatora da ONU

A ambiguidade do Estado brasileiro em relação às favelas e aos assentamentos precários sempre se expressou no que a arquiteta chama de “urbanização a conta-gotas”. Nessa ambiguidade não se define se aqueles lugares fazem ou não parte da cidade, observa. A política urbana brasileira jamais admitiu que os pobres tivessem lugar na cidade, tanto é que sempre os colocou para fora, ela afirma. Admiti-los em espaços valorizados, que concentram as oportunidades de emprego e desenvolvimento humano, sempre provocou uma enorme resistência. Resistência que, segundo Rolnik, tem a ver com a concentração histórica de renda no Brasil que mantém os melhores lugares da cidade e a sua valorização na mão daqueles que já estão lá e bloqueia o acesso aos mais pobres.

A professora é cética em relação às perspectivas habitacionais para as metrópoles brasileiras. A tendência aponta para a expansão de moradias precárias e faveliza-

ção. Raquel Rolnik desmistifica a lenda segundo a qual o crescimento das cidades médias (até 1 milhão de habitantes) no país preserva a qualidade de vida de suas populações. “Triste ilusão, todas elas estão favelizadas. Todas com loteamento irregular e precariedade”, constata. A especialista afirma que na maioria dos casos essas cidades têm como destino a condição de periferia das regiões metropolitanas.

Rolnik cita como exemplo recente o caso da Baixada Santista, no Estado de São Paulo. Nessa região a cidade de Santos não cresce há mais de uma década e perde a população para a periferia, observa. Raquel Rolnik afirma que as cidades pequenas desaparecem a cada dia, “não por uma rede urbana mais equilibrada, mas por migração”. Quanto às metrópoles, o crescimento corresponde, sobretudo, à verticalização ou ao adensamento. “É gente empilhada em favela ou periferia, ou seja, mais do mesmo”, critica.

## As COHABs

Os conjuntos habitacionais construídos em grande escala durante a ditadura militar (1964-1989) pelas Companhias Metropolitanas de Habitação (COHABs) estaduais ou municipais foram a alternativa deixada aos pobres. “Sempre na periferia, sem nenhum equipamento, sem nenhuma estrutura”, frisa. De acordo com a urbanista, depois da crise inflacionária da década de 1980, diante da impossibilidade de cobertura do custo de financiamento pelas prestações, o BNH fecha suas portas em 1986, deixando um espólio a ser herdado pela Caixa Econômica Federal, que reduziu a oferta de crédito para moradia até mesmo para a classe média.

## Caça ao voto

Um dos fatores determinantes para a postura ambígua do poder público em relação à informalidade habitacional das comunidades pobres, como assinala a professora, é o jogo político eleitoral onde a construção e a melhoria de moradias são utilizadas como moeda de troca na consolidação de currais eleitorais, o que tem retardado em décadas mudanças mais profundas no espaço urbano.

## Informalidade

As políticas públicas direcionadas à parcela de baixa renda podem ser mais claramente identificadas durante o intenso período de urbanização entre as décadas de 1940 e 1980. A promessa de emprego e de oportunidades econômicas promoveu a migração de vastos contingentes humanos do meio rural para o urbano. Cidades cresceram de maneira acelerada através de autoconstrução de moradias no mercado informal. “Estamos falando de favelas, ocupações e invasões, mas também dos loteamentos irregulares ou clandestinos, onde trabalhadores compraram lotes e fizeram suas casas em situação de extrema precariedade urbanística”, explica.

## Financiamento

Historicamente, a estrutura institucional para combate ao déficit habitacional sempre se manteve limitada à política de financiamento bancário para compra da casa própria sem atendimento às camadas mais pobres. Raquel Rolnik explica que, em 1967, quando o Banco Nacional da Habitação (BNH) assume a administração da poupança compulsória dos trabalhadores, ou seja, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), se transforma no principal financiador direto das construtoras. Interessadas em potencializar seus lucros, as empreiteiras pressionam (como fazem até hoje) para direcionar as obras para o público com maior poder aquisitivo.

## Tributos

Segundo Rolnik, nos Estados Unidos, por exemplo, as cidades retiram da própria valorização imobiliária recursos para investir universalmente em equipamentos urbanos e infraestrutura. Em média, as cidades norte-americanas cobram 6% do valor da propriedade. No Brasil recolhe-se de 0,1% a 0,8%, o que estimula a especulação imobiliária.

# Um milhão em favelas

**P**remiado internacionalmente, o carioca Favela-Bairro,\* primeiro programa de intervenção de larga escala em favelas, no Brasil, encontra-se em seu terceiro contrato entre a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano, com previsão de beneficiar cerca 30 mil domicílios. Iniciado em 1994, o programa mantém-se ainda distante da “missão de integração urbanística e social entre os cariocas para reverter o quadro de degradação urbana”, descrita na página eletrônica da prefeitura.

De acordo com o site da própria Secretaria, atualmente, pelo menos 18% dos habitantes da cidade (1 milhão de pessoas) vivem em favelas e outros 10% (500 mil) em loteamentos irregulares e clandestinos. Quanto à integração no Favela-Bairro, ela é considerada “fictícia” por Lenise Lima. Segundo a pesquisadora, o conceito de integração, na essência, propunha uma aproximação populacional que iria muito além do viés urbanístico. “Integração remete a um

leque de significados, para além da aproximação física com a pavimentação de vias e melhora na circulação”, afirma.

“Quando você urbaniza a favela, necessariamente o nível de escolaridade das pessoas muda? O vínculo do mercado de trabalho muda? São questões para se verificar”, indaga. Lenise relata que suas pesquisas qualitativas de campo demonstram que “nem mesmo a questão da estigmatização melhorou. Não deixaram de ser visto como moradores de favela depois da urbanização, nem de sofrer discriminação na disputa por um posto de trabalho”.

Além disso, a falta de ferramentas de avaliação eficientes e transparentes é outra lacuna apontada por Lenise. De fato, a página eletrônica da Prefeitura limita-se a publicar números absolutos do programa, de quinze anos, sem projeções de suas ações e desenvolvimento ao longo do tempo. “Falta uma avaliação detalhada dessas intervenções. A avaliação dos moradores não faz parte do programa, e quando se vê

algo, é com base em números, que têm sua importância, mas são insuficientes. Se compararmos o número de casas que em 1996 possuíam esgoto ligado à rede ou água encanada dentro de casa, ou as casas na condição de palafita, com o que existe hoje, inegavelmente estamos melhor. Agora, se cotejarmos esse tipo de informação com pesquisa qualitativa, vamos descobrir que novos problemas surgiram e outros antigos se reproduziram”, critica.

Outro motivo de descontentamento entre os moradores é o desgaste do investimento ao longo do tempo sem a manutenção das intervenções. “Primeiro, porque a qualidade é de segunda ordem. Depois, porque na lógica do poder público já se fez alguma coisa na área e, portanto, a tendência é não voltar enquanto não tiver coberto outras áreas”, argumenta Lenise.

\* Segundo a secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, o programa foi indicado pela ONU, no Relatório Mundial das Cidades 2006/07, como um exemplo a ser seguido por outros países. O Favela-Bairro também foi escolhido entre os melhores projetos do mundo apresentados na Expo 2000, em Hannover, na Alemanha.

## Moradia como mercadoria

A financeirização do setor imobiliário está intimamente ligada a uma das origens da crise capitalista recente. As três décadas de hegemonia neoliberal sedimentou o conceito da moradia como mercadoria, não um direito. “Foi essa a ideia disseminada pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”, registra Raquel Rolnik. “A cidade e a moradia passam a ser muito mais um elemento num circuito de valorização financeira do capital do que propriamente valor de uso e direito, um lugar para os moradores viverem.”

Ela diz que o neoliberalismo produ-

ziu impacto distinto nas políticas públicas de habitação. Nos países do Norte, com forte tradição de rede de proteção social, houve declínio da intervenção do Estado. Até então a participação estatal na maioria desses países “abarcava o financiamento de projetos de construções de conjuntos habitacionais de propriedade pública, os aluguéis eram controlados e, em alguns casos, subsidiados”, explica a professora.

Os países do Sul, em especial os da América, nunca possuíram, em sua maioria, redes de proteção social. Nesses países, ela lembra, na habitação sempre predominou a autoprodução e os meca-

nismos do mercado. Essa situação serviu de combustível para um crescimento urbano desordenado e excludente. O ajuste neoliberal acrescentou outros elementos que tornaram ainda mais agudo o problema habitacional para o universo de despossuídos.

Segundo Rolnik, a negociação da dívida pública imposta a esses países na década de 1980 produziu choque orçamentário. Não havia recursos para atender ao problema da moradia. Por outro lado, o desemprego reduziu o número de carteiras assinadas, aumentou a informalidade, dificultando o acesso ao restrito e proibitivo crédito imobiliário.

# Mercado de olho no Centro

**“A concessão urbanística e as áreas de revitalização econômica são mecanismos que apontam para o controle privado de áreas públicas”, diz a urbanista Mariana Fix**

O debate sobre a revitalização de regiões centrais de importantes capitais brasileiras vai muito além dos marcos urbanísticos, como se sabe. Mariana de Azevedo Barretto Fix,\* professora e especialista em políticas urbanas, mercado imobiliário e parcerias público-privadas, afirma que a noção construída de “centros degradados” tem relação com a transformação no perfil social da região. Segundo ela, a gradual substituição de comércio mais sofisticado por estabelecimentos de venda de artigos industriais de massa (roupas prontas, por exemplo) associada à migração das elites para outras regiões foram fatores decisivos nesse aspecto. Mariana Fix participou recentemente de uma rodada de debates promovida pelo Ministério das Cidades que ganhou o sugestivo nome “Moradia é Central”.

A popularização dos centros de algumas metrópoles brasileiras, segundo a professora, contribuiu para cristalização de um imaginário de “abandono” dessas regiões, o que, segundo ela, não corresponde à realidade, pois apenas uma parte da população (a mais rica), de fato, delas se retira. Além do crescimento vegetativo da maioria que permanece no local, as regiões centrais receberam, nas últimas décadas, migrações de diferentes pontos, igualmente de baixa ren-

da, em busca de melhores oportunidades de renda e serviços. A urbanista afirma que esse debate fica restrito ao ponto de vista de alguns setores influentes da sociedade, que impõem a ideia da urgência de se “repovoar” ou “revitalizar” essas áreas centrais. Segundo Fix, uma noção calcada em retórica “civilizatória em contraposição a uma suposta barbárie” instaurada no local.

Buscando entender o que denominou como “velha política de revitalização e novos instrumentos urbanísticos”, Fix destaca dois grandes projetos atuais, cultivados pelas elites, com pretensões de se tornarem modelos nacionais para intervenções em áreas centrais metropolitanas que vêm ganhando rapidamente espaço político e jurídico: a concessão urbanística e as áreas de revitalização econômica. “Esses dois projetos mostram por um lado um avanço, a meu ver, muito grande do discurso da revitalização, e de outro uma certa fragilidade da luta pela reforma urbana”. De acordo com a professora, ambos são instrumentos de parceria público-privada (PPP) e indicam, na verdade, uma tendência do controle privado sobre determinados fragmentos do território público.

## Estratégia imobiliária

A professora relata que nas décadas de 1980 e 1990 houve uma série de estratégias imobiliárias para abrir nova frente de expansão nessas faixas da cidade, verdadeiras ondas de reconquista através de intervenções direta de prefeituras, de operações urbanas ou de incentivos fiscais. “Uma dessas ondas foi a instauração de centros culturais na cidade”, observa Fix. A relação ambígua entre a mais recente onda de reserva de espaços deste tipo com interesse de valorização imobiliária de grandes construtoras é questionada pela urbanista. “É muito difícil alguém discordar de que é preciso recuperar os centros históricos, requalificar o centro, só que com isso se encobre elementos importantes.” Para Fix, a conversão de uma das estações de trem de São Paulo em sala de concerto é exemplar nesse sentido. “A estratégia era fazer um centro cultural que funcionaria como efeito dominó da transfor-

mação, uma metástase benigna, como chamaram”, compara.

Durante a inauguração da Sala São Paulo, os moradores de um cortiço vizinho, instalado num antigo casarão (habitado no passado por Santos Dumont), manifestaram seu descontentamento diante da ostentação do evento, incompatível com a falta de recursos públicos alegada para justificar a morosidade de seu processo de regulamentação. “Foi uma das primeiras ocupações chamando a atenção de São Paulo sobre a falta de política habitacional. Ela foi violentamente despejada e transformou-se no Museu da Energia, depois do famoso apagão.”

Com este histórico político de conflito, a Câmara de Vereadores de São Paulo aprovou em abril deste ano o projeto de lei denominado Concessão Urbanística. Esse projeto, segundo a urbanista, concede ao setor privado diretamente o poder de desapropriar para fazer negócios imobiliários e ser remunerado com a valorização imobiliária. Na prática, o projeto acentua a substituição dos usuários do ter-

ritório com objetivo de extrair desta mudança uma valorização imobiliária. Uma prática existente nas cidades norte-americanas, “onde há setores pioneiros que se mudam para as chamadas regiões culturais”, mas que no Brasil, “como se viu em São Paulo, não funcionou e por isso tentam fazer um processo em bloco, derrubando toda uma região para reconstrução de outra maneira e reinserindo ela no circuito imobiliário, que é o que está em jogo”.

## Business Improvement District

A outra grande referência criticada por Mariana Fix, as Áreas de Revitalização Econômica constituem uma adaptação dos Business Improvement District (BID) norte-americanos e canadenses. O projeto, apoiado politicamente no Brasil pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (disponível na página eletrônica da instituição) tal qual o original, prevê a definição de perímetros definidos para administração direta de assembleias

de comerciantes. Decisões acerca de fechamento de ruas, da oferta de serviço turístico, entre outras, passam a ser tomadas pelos empresários que contribuem financeiramente com o “distrito” e votam com peso político correspondente ao valor (m<sup>2</sup>) de sua propriedade. A taxa obrigatória decidida pela “maioria” da assembleia passa a ser obrigatória. “Sempre com essa ideia de auto: se autotaxam por uma suposta autossuficiência financeira, que faz com que tenham uma autonomia do ponto de vista político. Parece muito democrático, só que depois que decidem que vai ser criada uma área no local, todos são obrigados a pagar.”

De acordo com Fix, os BIDs surgem nos EUA depois da crise fiscal da década de 1970 em Nova York. Na convergência temporal de ascenso do movimento anticarcerário e a liberalização da circulação de sem-teto e pacientes mentais em parques públicos com o declínio das políticas de habitação social, “progressivamente avançam mecanismos de gestão privada e controlada dos parques. Esses

MARCIA FOLLETO/AGÊNCIA O GLOBO



**GOVERNO e empresários voltam sua atenção para as áreas centrais das metrópoles, como a Zona Portuária do Rio de Janeiro. Concessão urbanística e áreas de revitalização econômica são as ferramentas urbanas que, segundo Fix, escondem a privatização do território público**



distritos empresariais surgem, nos anos de 1980, como uma espécie de institucionalização do controle de elites sobre espaços públicos abertos”.

Como consequência para as cidades norte-americanas, os BIDs acentuaram “em muito” a desigualdade entre regiões das cidades. “Alguns desses distritos têm dinheiro para fazer obra pública que quiser e outros mal conseguem instalar luzinhas de natal, que para os norte-americanos é uma coisa muito importante.”

Fix sublinha que a importação do projeto ignorou até as críticas desenvolvidas nos próprios países de origem. “Eles empregam faxineiros e seguranças uniformizados, dão informações turísticas,

fecham ruas para alimentações, e depois? Depois, contratam lobistas para conseguir fundos complementares de estado. Isso ninguém se lembra de falar.” Segundo relato, o diretor executivo de um dos principais BIDs americanos ganha o dobro do salário do prefeito. “Um BID emite seus próprios títulos financeiros, transformando a especulação imobiliária numa especulação financeirizada. Outro,

instituiu sua própria corte comunitária. Se alguém fizer um crime não tem burocracia alguma, rapidinho. Um condenado teve que limpar a escadaria do local”, alerta.

\* Doutoranda no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora no departamento de Design das Faculdades de Campinas (Facamp) Arquitetura e Urbanismo.

## Com vizinhança de prestígio

Cerca de 40 famílias ocupam prédio do INSS fechado há 15 anos no Centro do Rio

“Há uma grande concentração de emprego nas áreas mais centrais onde a pessoa pobre eventualmente não tem alternativa de habitação”, observa o urbanista Nabil Bonduki. “O grande desafio hoje na política habitacional para regiões metropolitanas é a produção de moradia bem localizada, em terra legalizada, urbanizada, com acesso ao transporte coletivo e aos polos de emprego”, diz ele. Os argumentos de Bonduki se encaixam com precisão nas motivações apresentadas por lideranças das cerca de 40 famílias de sem-teto que desde outubro de 2007 ocupam um prédio do INSS,

há anos abandonado, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

O imóvel é vizinho ao prédio da Câmara dos Vereadores e fica a poucos metros do Teatro Municipal e da Biblioteca Nacional, referências urbanísticas da cidade. A maioria dos moradores são mulheres (e seus filhos), que não hesitaram em engajar-se numa aventura perigosa, enfrentando a polícia e o restante do arsenal coercitivo do Estado. A ocupação do prédio – numa madrugada de outubro – seguiu o ritual organizado de cuidados que caracteriza as ações dos movimentos por moradia no país. Ganhou o nome de

Manoel Congo, líder de rebelião de escravos no Estado do Rio e que morreu enforcado na primavera de 1839.

Na área central do Rio de Janeiro há dezenas de imóveis abandonados. Muitos são prédios públicos. Há outras ocupações no Centro, e a repressão é mais aguda quando o alvo dos sem-teto é um imóvel privado. O prédio da Manoel Congo estava fechado há 15 anos. Segundo Maria de Lurdes, 50 anos, liderança do Movimento Nacional de Luta por Moradia e moradora da Manoel Congo, ocupar o prédio do INSS foi uma decisão pensada. “Muitos de nós

EMAS



**NA LUTA.** Maria de Lurdes descobriu a política nas comunidades eclesiais de base. Raquel Pinheiro veio fugida do Piauí em busca de dias melhores. Ligia Sueli, com três netos e marido aposentado, morou em várias favelas. Agora reside na Manoel Congo

trabalhamos aqui, no Centro, e o inferno era diário com ônibus, vans e trens lotados”, diz.

Outro fator levado em conta para a escolha do local foi o político. Lurdes explica que a ocupação de imóvel na região central garante mais visibilidade ao movimento, o que é importante para mostrar a necessidade de uma reforma urbana que envolva política habitacional para todos. Um passeio não tão rápido pela Manoel Congo deixa claro as dificuldades que implicam fazer um prédio residencial funcionar por auto-organização, sem empregados. A carência de

recursos desses moradores, em especial, torna a empreitada ainda mais difícil.

Raquel Pinheiro, 26 anos, outra moradora, mostra os murais com as escalas de tarefas coletivas. A manutenção da limpeza dos corredores, banheiros, escadas e a vigilância da portaria são as mais importantes. Não há distinção de trabalho por sexo. Há desempregados, aposentados, pensionistas ou trabalhadores informais. Grande parte dessas pessoas vieram de favelas ou da periferia fluminense. Até o início da ocupação, foi um ano de reuniões semanais para a elaboração de uma espécie de estatuto ou regimento interno de convivência e manutenção do prédio, a Carta de Princípios.

## Operário em Construção

*Era ele que erguia casas  
Onde antes só havia chão.  
Como um pássaro sem asas  
Ele subia com as casas  
Que lhe brotavam da mão.  
Mas tudo desconhecia  
De sua grande missão:  
Não sabia, por exemplo  
Que a casa de um homem é um templo  
Um templo sem religião  
Como tampouco sabia  
Que a casa que ele fazia  
Sendo a sua liberdade  
Era a sua escravidão.*

Trecho da poesia de  
Vinicius de Moraes

# Artigos

## **Reflexões sobre a crise do neoliberalismo**

**Pág. 36**

Alfredo Saad Filho

## **"The Epistemological Challenges of Studying the Global Economic Crisis, and its Social and Political Consequences in the Long Run"**

**Pág. 44**

Eric Mielants

## **The soybean agro-food system in Brazil:**

### **from catching-up to technological leadership**

**Pág. 56**

Ana Célia Castro

## **Uma alternativa crítica à matriz smithiana da ordem liberal: as perspectivas de Steuart e Marx**

**Pág. 63**

Maria Malta  
Angela Ganem

**VERSUS**  
ACADÊMICA

# Reflexões sobre a crise do neoliberalismo<sup>1</sup>

Alfredo Saad Filho

Departamento de Estudos do Desenvolvimento  
SOAS, University of London  
as59@soas.ac.uk

**É** bastante apropriado iniciar uma reflexão sobre a crise atual com a declaração de um ministro da Coroa britânica ao jornal *The Guardian* em 19 de janeiro de 2009: “*The banks are fucked, we [the Labour government] is fucked, [and] the country is fucked.*”<sup>2</sup>

Essa avaliação é tão sensata, precisa e compacta que o seu autor precisaria mesmo ter escolhido o anonimato. Entretanto, uma análise mais detalhada da situação atual necessita de uma contextualização um pouco maior. Sem nos distrairmos dos pontos essenciais, já mencionados acima, esse artigo oferece uma avaliação da crise partindo da economia política marxista, e submete uma sugestão de política econômica adequada ao momento atual. Em essência, o artigo sugere que a economia internacional está atravessando uma crise do capitalismo neoliberal. Portanto, a análise deve partir do que é o neoliberalismo, e da natureza de suas dificuldades no momento.

## Neoliberalismo e Crise

O neoliberalismo é frequentemente conceptualizado como um arranjo político ou como um conjunto de políticas econômicas. Esse artigo oferece uma interpretação alternativa:<sup>3</sup> o neoliberalismo é a *fase, configuração, ou modo de existência* do capita-

lismo na atualidade. Ele desenvolveu-se em resposta aos problemas estruturais da reprodução do capitalismo após o colapso do “consenso keynesiano” e da aparente alternativa oferecida pelo Bloco Soviético.<sup>4</sup> O neoliberalismo é um sistema de acumulação estável, com uma base material incluindo quatro características principais:

- O uso sistemático do poder do Estado para impor um projeto de recomposição da hegemonia do capital, baseado na transferência da capacidade de alocar recursos intertemporalmente (a relação investimento-consumo) intersetorialmente (a composição do investimento e do produto total, e a estrutura do emprego), e internacionalmente (a distribuição das vantagens competitivas) para um sistema financeiro cada vez mais integrado e dominado por instituições norte-americanas.<sup>5</sup>
- A transnacionalização das firmas, instituições financeiras, cultura e dos circuitos individuais da acumulação, ou seja, os processos comumente chamados “globalização”. Esses processos recompuseram os sistemas de produção anteriores, supostamente “nacionais”, em um nível de produtividade mais elevado e integraram as elites internacionais mais firmemente.
- A introdução de mecanismos específicos de imposição de disciplina social sobre a classe tra-

balhadora, levando a um aumento da taxa de exploração através da extração de mais-valia absoluta e relativa.<sup>6</sup> Isso se deu através de mudanças tecnológicas e restrições aos salários, subsídios, direitos sociais e trabalhistas e outras formas de proteção extramercado instituídas pelos regimes keynesianos, desenvolvimentistas e socialistas de tipo soviético, e através do aumento do desemprego estrutural, da rotatividade no emprego e endividamento pessoal (ver abaixo).

- A reconstituição do sistema imperialista centrado nos Estados Unidos como gancho internacional do projeto neoliberal.

Cada um desses aspectos do neoliberalismo é potencialmente problemático, mas a crise atual emergiu – sintomaticamente – como uma *crise da financeirização*. A financeirização atravessa todas as características do neoliberalismo listadas acima.

No que se segue, examinaremos quatro aspectos dessa crise: a crise do controle sobre as principais fontes de capital; a crise do imperativo ideológico das políticas econômicas; a crise do princípio diretor da circulação internacional do capital; e a crise de um aspecto-chave da reprodução da classe trabalhadora no neoliberalismo.

## O Controle das Principais Fontes de Capital pelo Setor Financeiro

Uma das consequências do desenvolvimento da produção e das finanças nos anos 60 e 70, e do colapso do Sistema de Bretton Woods, foi o deslocamento das regulamentações sobre o setor financeiro que ajudaram a estabilizar o keynesianismo.<sup>7</sup> Nos anos 80 e 90 essas transformações da economia internacional foram amplificadas pela reestruturação global da produção e das finanças, incluindo a expansão geográfica do capital na Ásia, especialmente na China e Índia, e na Europa Oriental, mudanças tecnológicas significativas, especialmente nos transportes, comunicações e processamento de informações, reestruturação dos processos de trabalho e liberalização financeira e da conta de capitais do balanço de pagamentos na maioria dos países. Esses processos ampliaram o papel do setor financeiro na alocação de capital e levaram a uma rápida expansão da

especulação financeira. Por exemplo, os mercados de derivativos cambiais e *swaps* de juros cresceram de praticamente nada em 1990 para três vezes o PIB mundial em 2006.<sup>8</sup>

O processo de financeirização sob o neoliberalismo não foi uma distorção do “capitalismo puro”, ou um “golpe” do setor financeiro contra o capital produtivo, e as finanças não são apenas uma estrutura parasitária simplesmente “sugando” o capital industrial e/ou os rendimentos dos trabalhadores. Ao contrário, *a financeirização é uma característica estrutural da reprodução social no neoliberalismo*. Ela engloba tanto a reprodução do capital industrial quanto a reprodução da classe trabalhadora, o que, por definição da relação capital, implica que *a financeirização tem um papel constitutivo na relação capital no neoliberalismo*.

Hoje em dia, as relações entre capital e trabalho e entre os capitais em concorrência estão inseridas num processo de financeirização que engloba a comercialização da reprodução social, incluindo a apropriação privada de um número crescente de áreas da interação social, e a compra e venda desses títulos de propriedade. É por isso que as instituições financeiras – incluindo os bancos e outras empresas do setor financeiro, e também o braço financeiro do capital industrial (tipicamente, na GE e na Ford, grupos manufatureiros que incluem grandes financeiras) – puderam se apropriar de fatias cada vez maiores da mais-valia total. Por exemplo, Martin Wolf, respeitado jornalista do *Financial Times*, comenta que, nos Estados Unidos, “os lucros das empresas financeiras saltaram de menos de 5 por cento dos lucros empresariais totais, em 1982, para 41% em 2007”.<sup>9</sup> Esses lucros têm que vir do setor empresarial não financeiro e da polarização significativa dos rendimentos durante o período neoliberal.

Entretanto, mesmo antes da crise atual a noção de que o setor financeiro mobiliza e aloca recursos de maneira eficiente, e traz ganhos de produtividade para a economia como um todo, já era absurda. De maneira alguma seriam necessários meio milhão de trabalhadores e 25% do PIB do Reino Unido para executar essas funções, ou 20% do PIB na África do Sul, ou 10% no Brasil e nos Estados Unidos. Ao contrário, em todo o mundo as finanças ajudaram a globalizar as operações dos

grandes conglomerados, ou seja, exportar capital e centralizar a mais-valia produzida nos países pobres, a um *custo* entre 10% e 25% do PIB, conforme o país.<sup>10</sup>

Esses processos são limitados em quatro níveis. Primeiro, a financeirização das operações do capital industrial e a busca especulativa de ganhos financeiros desviam recursos do setor produtivo e corroem as fontes potenciais do lucro agregado.<sup>11</sup> Segundo, a liberalização financeira, os Acordos da Basileia e as regras de contabilidade de *mark to market* criaram incentivos para as instituições financeiras se endividarem e passarem a depender de recursos de curto prazo captados no atacado, em vez de depósitos captados no varejo. Isso aumentou a vulnerabilidade do sistema financeiro a mudanças da liquidez na economia. Terceiro, nesse arranjo institucional o endividamento do setor financeiro e a liquidez da economia eram procíclicos. O dinheiro barato encorajava o endividamento e a criação de liquidez através da transformação de dívidas em papéis transacionáveis. Isso aumentou os preços desses ativos, encorajando um novo aumento do endividamento, num processo Ponzi.<sup>12</sup> Reciprocamente, quando a liquidez se contrai, as instituições financeiras endividadas precisam cortar seus balanços rapidamente. Essa estrutura financeira torna a macroeconomia mais vulnerável a choques e crises de confiança.<sup>13</sup> Quarto, era geralmente esperado que a securitização transferiria os riscos para os agentes em melhor posição para suportá-los, aumentando a estabilidade da acumulação real. Na verdade, ocorreu o contrário: os bancos perderam o incentivo para avaliar os riscos de suas operações de crédito, porque os papéis eram rápida e sistematicamente passados adiante, e quem comprava os riscos não tinha noção do que estava incluído naqueles papéis.

### **As Finanças Sustentando a Política Econômica**

A expansão das finanças no neoliberalismo reforçou a virada da teoria neoclássica rumo a uma dependência crescente dos mercados financeiros para justificar a escolha e a implementação das políticas econômicas.<sup>14</sup> Por exemplo, é sabido que o

neoliberalismo generalizou a influência da lei do valor em todas as esferas da reprodução social.<sup>15</sup> Isso foi justificado ideologicamente por discursos inspirados nas escolas austríaca e monetarista, reafirmando a eficiência do mercado e apresentando os mercados financeiros como o caso paradigmático dessa eficiência.

Estes processos ficaram particularmente evidentes na crescente importância da estabilidade monetária nas políticas econômicas neoliberais. Em particular, o regime de metas de inflação e a independência dos bancos centrais se tornaram o “novo consenso em política monetária”,<sup>16</sup> e a manipulação das taxas de juro foi entronada como a principal ferramenta de política econômica, com a política fiscal sendo reduzida a variável de ajuste. Supostamente, essa combinação de políticas e instrumentos seria suficiente para manter a inflação baixa e o equilíbrio do balanço de pagamentos, dada a liberalização da conta de capitais. O mercado de trabalho desregulamentado deveria se equilibrar espontaneamente, e a economia neoliberal geraria um crescimento rápido e sustentado. Nesse contexto, a instabilidade financeira era vista, implicitamente, como *construtiva*, porque ela impõe disciplina sobre os trabalhadores, investidores e formuladores de política econômica.

Entretanto, hoje em dia tornou-se evidente que as taxas de juro são limitadas como ferramentas de política econômica, que a instabilidade financeira pode ser destrutiva, e que o imperativo de mercado perdeu legitimidade enquanto fundamento ideológico das políticas econômicas.

### **Os Estados Unidos como Polo da Economia Neoliberal**

A contraparte da globalização da produção e da cultura no neoliberalismo foi a globalização das instituições financeiras e dos ativos financeiros americanos. Esses processos se desenvolveram aceleradamente após a Crise Asiática na década passada. Como parte de sua resposta à crise, vários países passaram a manter suas moedas sistematicamente subvalorizadas para apoiar a retomada do crescimento e gerar um colchão de divisas para prevenir uma crise semelhante no futuro. Em larga medida devido a

essas políticas, as exportações da região para os Estados Unidos se aceleraram. Os déficits correntes dos Estados Unidos chegaram a um pico de 7% do PIB em torno de 2006, levando a saídas de dólares muito significativas. Esses dólares foram reciclados de volta aos Estados Unidos através de compras de ações, derivativos financeiros e títulos do Tesouro americano, o que reforçou a subvalorização das moedas leste-asiáticas e apoiou o consumo nos Estados Unidos.

O FED reduziu a taxa dos fundos federais substancialmente após o colapso da bolha *dotcom* e, novamente, depois do 9 de Setembro de 2001. Como a inflação americana continuou reduzida, em parte por causa dos baixos preços internacionais das *commodities* e devido às exportações baratas da Ásia, o FED concluiu que essas taxas de juro estavam “corretas”, e as manteve excessivamente baixas por tempo demais. Esses juros reduzidos e a demanda elevada por ativos financeiros americanos alimentaram o crédito ao consumo e a especulação, inflando uma enorme bolha imobiliária.<sup>17</sup> O endividamento total nos Estados Unidos cresceu de aproximadamente 160% do PIB, em 1980, para cerca de 350%, em 2007. O endividamento pessoal cresceu de 50% a 100% do PIB, e a dívida interna do setor financeiro passou de 20% PIB para 120% nesse período.<sup>18</sup> No Reino Unido, atravessando um processo semelhante, a dívida total do setor financeiro chegou a quase 250% do PIB em 2007.<sup>19</sup> A contrapartida desse endividamento doméstico foi a acumulação de reservas nos chamados países “emergentes”. Entre o final dos anos 90 e meados de 2008, as reservas internacionais desses países cresceram em mais de US\$ 5 trilhões. No pico desses processos, os Estados Unidos absorveram 70% das poupanças do resto do mundo.<sup>20</sup>

Os subsídios concedidos pelos países pobres aos Estados Unidos na forma de créditos e produtos excepcionalmente baratos ajudaram a promover a ideia de que a reestruturação econômica neoliberal tinha sido um sucesso. Esse discurso legitimou o neoliberalismo, ocultando o fato do *boom* resultar de um endividamento insustentável, acompanhado de um desalinhamento cambial grave.

## As Finanças como Mecanismo de Integração Social

A classe trabalhadora sempre esteve integrada nos circuitos do capital financeiro.<sup>21</sup> Essa integração se dá através de diversos canais. Por exemplo, os trabalhadores produzem mercadorias, têm seus salários depositados nos bancos, pagam contribuições sociais e planos de aposentadoria que são investidos na bolsa de valores, dependem de crédito pessoal, utilizam cartões de crédito e têm casas hipotecadas nos bancos.

As relações entre os trabalhadores e o setor financeiro tornaram-se muito mais pronunciadas no neoliberalismo. O crédito pessoal cresceu enormemente, e ele era lucrativo porque foi apoiado pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido como uma ferramenta de coesão social e de controle macroeconômico (ver a seguir). O crédito ao consumo ajudou a estabilizar a economia e a sociedade neoliberais, dadas a estagnação dos salários e a compressão sistemática do déficit público. Nesse período, o endividamento pessoal tornou-se um aspecto essencial da integração social e da imposição de disciplina sobre a classe trabalhadora. Essencialmente, os trabalhadores tiveram seus salários reprimidos durante duas décadas, com uma redução sustentada da parcela do trabalho na renda nacional na maioria dos países, além da privatização gradual da provisão de habitação, aposentadorias, pensões, educação e serviços de saúde, e um aumento significativo das pressões para o aumento do padrão de consumo. Os trabalhadores foram cada vez mais tragados pela lógica de inflação dos preços dos ativos para satisfazer suas necessidades básicas através de seus cartões de crédito e do uso de suas casas e fundos de pensão como se fossem caixas automáticos, vivendo como se seus salários fossem suficientes.

A questão não é se as famílias nos Estados Unidos e no Reino Unido estavam “vivendo além das suas possibilidades”, pois essa pergunta não tem resposta adequada. O ponto essencial é que houve uma mudança significativa na provisão dessas possibilidades de consumo, com uma redução do consumo mediado pelo Es-

tado e um aumento do consumo financiado pelo endividamento pessoal. Essa financeirização da reprodução social se refletiu no topo da escala distributiva através do comportamento das camadas mais ricas da população, que buscavam tanto o crédito pessoal quanto novos caminhos para investir seus rendimentos crescentes. De fato, entre 1973 e 2002, a renda real média dos 90% mais pobres nos EUA caiu 9%. Em contraste, os rendimentos do 1% mais rico cresceram 101%, e a renda dos 0,1% mais ricos em 227%. Enquanto em 1991 o 1% mais rico detinha 39% dos ativos das empresas, em 2003 essa fatia havia crescido para 58%.<sup>22</sup>

Esses processos criaram um enorme espaço para a venda de serviços financeiros para as famílias, especialmente num contexto de taxas de juro reduzidas. A partir dos anos 90, grandes empresas financeiras obtiveram receitas significativas na venda de serviços para os trabalhadores, incluindo hipotecas, retiradas de capital de suas casas (*remortgaging*), crédito ao consumo, fundos de investimentos e seguros, e venda de instrumentos financeiros baseados nesses ativos e serviços. A pressão pelo pagamento desses empréstimos, sob a ameaça de perda de casas ou carros, impôs uma disciplina de trabalho muito severa. Ela não só empurrou as pessoas para trabalhar mais horas, mas, num contexto de uso crescente de contratos de trabalho casual, temporário ou terceirizado, ela também aumentou o estresse de trabalhar em dois ou três empregos.

Em resumo, havia um regime de política macroeconômica baseado em baixos salários, elevadas taxas de exploração e endividamento de massa. Cada vez que a economia americana ou a britânica desacelerava, seus bancos centrais reduziam as taxas de juro e encorajavam o acúmulo de dívidas e o refinanciamento das casas para permitir o aumento do consumo. Essas taxas de juro reduzidas alimentavam a bolha dos preços dos ativos, permitindo às famílias tomar ainda mais dinheiro emprestado enquanto continuavam a pagar as dívidas anteriores. Em grande medida, o endividamento privado substituiu os déficits públicos, no que foi chamado de “keynesianismo dos preços dos ativos” (*asset price key-*

*nesianism*).<sup>23</sup> A noção subjacente era que ajustes das taxas de juro poderiam estabilizar o acúmulo das dívidas pessoais, não para limitar o crédito total, mas para manter a demanda agregada nos limites necessários para preservar a baixa inflação e, supostamente, sustentar o nível de emprego. Essa combinação de políticas pareceu dar certo. Por exemplo, o Departamento de Análises Econômicas do governo dos Estados Unidos estimou que as retiradas de capital do valor das casas levaram a um crescimento adicional do PIB de 1,5% ao ano entre 2002 e 2007. Retirando o impacto positivo do crédito hipotecário sobre o consumo, os Estados Unidos não teriam crescido mais que a (supostamente esclerótica) Zona do Euro durante esse período.<sup>24</sup>

O funcionamento dessa estratégia depende de quatro condições. Primeiro, os preços das residências devem subir continuamente, e as autoridades econômica apoiaram praticamente qualquer política que mantivesse sua trajetória ascendente, inclusive os empréstimos predatórios *subprime* nos Estados Unidos, a especulação na compra de casas para aluguel e/ou revenda no Reino Unido, e o tratamento tributário privilegiado para as empresas financeiras. Segundo, deve continuar o fluxo global de poupanças rumo aos Estados Unidos. Terceiro, no caso do Reino Unido, as taxas de juro domésticas devem exceder as dos Estados Unidos e da Zona do Euro, para atrair capital para o país. Quarto, precisa existir a possibilidade de converter hipotecas ilíquidas em ativos financeiros comercializáveis, para ampliar a capacidade dos intermediários financeiros de estender crédito aos consumidores, compradores de imóveis e o Estado.

A questão não é que esse arranjo macroeconômico eventualmente levaria a uma bolha especulativa que eventualmente teria que explodir. O ponto principal é que essa estratégia de política econômica era uma bolha: a estratégia era inconsistente e estruturalmente instável, porque os preços das casas, as hipotecas e as dívidas dos consumidores *necessariamente* perderiam qualquer relação sustentável com os salários relativamente estagnados a partir dos quais os pagamentos têm que ser feitos.



## A Crise

O argumento anterior leva a duas conclusões. Primeiro, o projeto neoliberal não encontrou uma maneira sustentável de incorporar e subordinar a classe trabalhadora. Essa é a constatação de um fato, mas não uma nova descoberta, porque o keynesianismo *também* foi incapaz de incorporar a classe trabalhadora de forma sustentável, e ele eventualmente entrou em colapso. No fundo, trata-se de reconhecer a validade da hipótese marxista de que o capitalismo não pode encontrar soluções estáveis para as suas contradições. Segundo, a crise atual tem um elemento específico: ela sinaliza um rompimento estrutural no neoliberalismo, porque ela deve levar a uma mudança na forma de integração social da classe trabalhadora e isso, evidentemente, significa uma mudança da relação capital.

Retornando ao nosso caso concreto, ficou demonstrado que o elo mais fraco eram os empréstimos *subprime* nos Estados Unidos. Dadas a centralidade das instituições financeiras americanas na estruturação e venda de derivativos e a voracidade dos bancos estrangeiros em adquiri-los, a crise foi transmitida rapidamente através do mercado interbancário, destroçando o sistema financeiro internacional. Entretanto, em última instância o gatilho da crise é desimportante. Se a combinação de políticas era inconsistente, algum elemento necessariamente entraria em colapso. Poderia ter sido a reciclagem dos déficits correntes americanos, o aumento do endividamento pessoal, a resposta do consumo a mudanças nas taxas de juro, ou outro elemento qualquer. Todos eles levariam, essencialmente, ao mesmo resultado.

Após o início da crise, três questões se colocam. Primeiro, como é que os governos dos Estados Unidos, do Reino Unido e de outros países podem encontrar vários trilhões de dólares para apoiar os bancos, quando mesmo uma fração desses recursos não estava disponível para financiar os gastos sociais num período de prosperidade, ou para proteger o nível de emprego, as rendas, o padrão de vida e os serviços públicos hoje em dia?<sup>25</sup> Segundo, por que a propriedade Estatal só é recomendável quando setores essenciais da economia estão em bancarrota? Terceiro, a crise sinaliza o fim do neoliberalismo?

As duas primeiras perguntas servem principalmente para embaraçar a ortodoxia, e não necessitam de ser respondidas aqui. Com relação à terceira, esse artigo sugeriu, acima, que o neoliberalismo é apenas secundariamente uma ideologia e um conjunto de políticas econômicas. Ele é, principalmente, uma forma de reprodução social e de hegemonia capitalista, que é compatível com uma grande variedade de políticas sob um amplo guarda-chuva ideológico supostamente de livre-mercado. O que temos agora é o fim da *primeira fase* do neoliberalismo. Essa fase incluiu os imperativos financeiros na escolha e implementação das políticas econômicas, a reciclagem dos déficits correntes dos EUA através de operações financeiras leste-asiáticas em Nova York, o regime de metas de inflação e a independência dos bancos centrais, a disciplina salarial e o uso do endividamento pessoal como uma ferramenta de integração social. Esse arranjo deve mudar. Especificamente, no momento, o neoliberalismo está confrontando quatro dificuldades principais:

- A necessidade de encontrar um novo imperativo ideológico para a formulação de políticas econômicas, dado que a noção da supremacia dos mercados, especialmente o mercado financeiro, demonstrou ser falha. Isso torna mais difícil aos políticos e ideólogos neoliberais defender a desregulamentação da economia.
- A busca de uma nova ferramenta de controle macroeconômico, dado que a manipulação das taxas de juro se provou ser insuficiente.
- A demanda por um novo mecanismo de integração social, dado que o crédito ao consumo não está mais disponível. Isso também coloca o problema imediato da demanda de massa, após a contração do crédito, das rendas salariais e das aposentadorias para os grupos de baixa renda, e a queda da renda dos estratos mais elevados depois da crise.
- Será também necessário rebalancear a economia global, rompendo o impasse do consumo financiado pelo endividamento pessoal, grandes déficits nos EUA, e enormes superávits na Ásia. Restaurar a lucratividade global exigirá uma desvalorização significativa do dólar, além de bancarrotas, contração da capacidade produtiva e desemprego em massa nos Estados Unidos e no Reino Unido, bem como no outro polo da onda de acumulação dos últimos 25 anos: a Ásia Oriental.

Inevitavelmente, a recessão durante esse ajuste será profunda. Mas essa recessão não modificará espontaneamente a internacionalização dos circuitos do capital, o controle capitalista sobre o emprego, a composição do produto e a reprodução da economia através dos mercados financeiros, ou as formas neoliberais de disciplinar a classe trabalhadora. Na ausência de pressões sociais significativas, o que tenderá a acontecer é um ajuste *dentro* do neoliberalismo, ao invés de mudanças estruturais no sistema de acumulação.

## Alternativas de Esquerda

A maioria das análises da crise no campo da economia política caem em dois campos. Alguns comentaristas veem essa crise como a manifestação mais recente de uma crise de lucratividade iniciada nos anos 70. Em contraste, outros veem a crise como sendo causada por uma explosão financeira e especulativa devida à desregulamentação dos mercados financeiros nos últimos trinta anos. Essas interpretações eventualmente conduzem a propostas de regulamentação “keynesiana” do setor financeiro. Essa conclusão é importante, porém insuficiente, porque essas abordagens da crise tendem a obscurecer tanto o papel estrutural da crise na acumulação capitalista quanto a especificidade da atual crise do neoliberalismo.

A primeira questão estratégica colocada pela crise é se a economia e a seguridade social devem continuar sujeitas aos ditames de um sistema financeiro evidentemente disfuncional.<sup>26</sup> A segunda questão estratégica é a razão de toda grande expansão financeira desde os anos 70 terminar em uma crise necessitando de um resgate Estatal. Por exemplo, a crise internacional da dívida no início dos anos 80, a crise das Savings & Loans nos EUA no mesmo período, a mania de fusões e aquisições em meados dos anos 80, as bolhas do mercado de ações no final dessa década e no final dos anos 90, e as bolhas imobiliárias e de crédito nos últimos anos. É possível que o setor financeiro seja dinâmico apenas quando ele é subsidiado e apoiado pelo Estado.

Na crise atual, as políticas econômicas tendem a girar em torno de três parâmetros principais:<sup>27</sup> (a) garantir que o sistema bancário tenha acesso à liquidez; (b) identificar e tratar dos ativos podres,

normalmente através de sua estatização; e (c) recapitalizar as instituições mais fracas e resolver o problema das inviáveis. Essencialmente, isso se resume aos governos doarem recursos a bancos e seguradoras falidos, chamando isso de “recapitalização”, ou comprando ativos sem valor. Em ambos os casos, não há transferência de gerenciamento ou um controle efetivo das instituições pelo Estado. Apesar dessas tentativas desesperadas de evitar a nacionalização efetiva do setor financeiro, a crise coloca questões importantes sobre a regulamentação do sistema além dos grandes bancos que eram vistos como essenciais. Ficou evidente que as instituições financeiras se tornaram altamente interconectadas e fortemente ligadas com o financiamento da acumulação.

Se o sistema financeiro está fortemente interligado, se ele tende a alternar fases de crescimento explosivo e insustentável com crises cada vez mais caras, se o setor está insolvente e estaria em bancarrota se não tivesse o apoio trilionário do Estado, parece evidente que o sistema financeiro como um todo deve ser nacionalizado e transformado em um setor de utilidade pública. A nacionalização e transformação do setor permitiriam evitar crises futuras e resgates socialmente regressivos. Elas também eliminariam o problema dos banqueiros sistematicamente capturarem os lucros e socializarem as perdas, porque, no atual arranjo institucional, nenhuma instituição relevante pode falir. Colocando de outra forma: se os contribuintes têm que arcar com os prejuízos e custos sociais do sistema financeiro, parece óbvio que os contribuintes deveriam, também, receber os lucros gerados pelo setor.

Ora, a principal justificativa moral para a existência dos lucros no capitalismo é o encorajamento do bom investimento, porque, do contrário, o proprietário dos recursos tem que arcar com os prejuízos. Isso funciona com a lojinha da esquina, mas se existe um setor no qual as perdas são sistematicamente socializadas, e têm que sê-lo para que a economia não entre em colapso, desaparece a justificativa para os lucros privados.<sup>28</sup> A nacionalização parece difícil hoje em dia, dada a desmobilização da esquerda, mas ela oferece ao menos a possibilidade de um saldo positivo a partir de uma crise enormemente custosa.

## NOTAS

<sup>1</sup> Esse artigo se baseia em palestra apresentada no seminário de inauguração do NEI-UFRJ. Sou grato a Alcino Ferreira Câmara Neto, Ronaldo Fiani e aos participantes do seminário pelos comentários oferecidos durante a sessão.

<sup>2</sup> "Os bancos estão fodidos, o governo Trabalhista está fodido, e o país está fodido".

<sup>3</sup> Ver Saad Filho (2002).

<sup>4</sup> Ver Saad Filho (2007).

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, Panitch e Gindin (2004) e Rude (2005).

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Duménil e Lévy (2004).

<sup>7</sup> Ver as referências nas notas 3-5 acima, e Harvey (2007).

<sup>8</sup> Harvey (2009).

<sup>9</sup> Citado em Fine (2008).

<sup>10</sup> Fine (2008).

<sup>11</sup> Ver Lo e Zhang (2009).

<sup>12</sup> Para uma descrição desses processos, ver Tett (2009).

<sup>13</sup> Bustillo e Velloso (2009).

<sup>14</sup> Ver Fine e Milonakis (2008) e Milonakis e Fine (2009).

<sup>15</sup> Ver McNally (2009).

<sup>16</sup> Ver Arestis e Sawyer (2005).

<sup>17</sup> Para uma análise das políticas monetárias americanas nesse período, ver Panitch e Konings (2009).

<sup>18</sup> Ver Gowan (2009).

<sup>19</sup> Wolf (2009).

<sup>20</sup> Wolf (2009).

<sup>21</sup> Para uma discussão detalhada, ver Panitch e Gindin (2008) e Panitch e Konings (2009).

<sup>22</sup> McNally (2009).

<sup>23</sup> Ver, por exemplo, Brenner (2009).

<sup>24</sup> Marazzi (2009).

<sup>25</sup> Fine (2008).

<sup>26</sup> Fine (2009).

<sup>27</sup> Ver IMF (2009, p.xiii).

<sup>28</sup> Ver Moseley (2009).

## REFERÊNCIAS

Arestis, Philip e Sawyer, Malcolm (2005) 'New Consensus Monetary Policy: A Critique', in P. Arestis, M. Baddeley and J. McCombie (orgs.) *New Monetary Policy: Implications and Relevance*. Cheltenham: Edward Elgar.

Brenner, Robert (2009) *Interview on the Current Crisis*, [http://www.hani.co.kr/arti/society/society\\_general/335869.html](http://www.hani.co.kr/arti/society/society_general/335869.html).

Bustillo, Inés e Velloso, Helvia (2009) 'The Global Financial Crisis: What Happened, and What's Next', *ECLAC Studies and Perspectives*, 4.

Duménil, Gérard e Lévy, Dominique (2004) *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Fine, Ben (2008) *Looking at the Crisis through Marx: Or Is It the Other Way about?*, manuscrito.

Fine, Ben e Milonakis, Dimitris (2009) *From Economics Imperialism to Freakonomics*. London: Routledge.

Gowan, Peter (2009) 'Crisis in the Heartland', *New Left Review* 55, January-February, pp.5-29.

Harvey, David (2007) *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.

Harvey, David (2009) 'Interview: Exploring the Logic of Capital', *Socialist Review*, <http://www.socialistreview.org.uk/article.php?articlenumber=10801>

IMF (2009) *Global Financial Stability Report*, April, IMF website.

Lo, Dic e Yu Zhang (2009) 'China and the Quest for Alternatives to Neoliberalism', em A. Saad Filho e G. Yalman (orgs.) *Neoliberalism in Middle Income Countries: Policy Dilemmas, Economic Crises, Forms of Resistance*. London: Routledge.

Marazzi, Christian (2009) *La Violenza del Capitalismo Financiaro*, manuscrito.

McNally, David (2009) 'From Financial Crisis to World

Slump: Accumulation, Financialization, and the Global Slowdown', *Historical Materialism*, no prelo.

Milonakis, Dimitris e Fine, Ben (2008) *From Political Economy to Economics*. London: Routledge.

Moseley, Fred (2009) *The Bondholders and the Taxpayers*, <http://www.workersliberty.org/story/2009/01/04/marxist-economists-comment-again-crisis-2-fred-moseley-bondholders-and-taxpayers>.

Panitch, Leo e Gindin, Sam (2004) 'Global Capitalism and American Empire', *Socialist Register*, pp.1-42.

Panitch, Leo e Gindin, Sam (2008) *The Current Crisis: A Socialist Perspective*, manuscrito.

Panitch, Leo e Konings, Martijn (orgs.) (2009) *American Empire and the Political Economy of Global Finance*. London: Palgrave.

Rude, Christopher (2005) 'The Role of Financial Discipline in Imperial Strategy', *Socialist Register*, pp.82-107.

Saad Filho, Alfredo (2002) 'Capitalismo e Anti-Capitalismo: Desafios e Oportunidades após o 11 de Setembro', *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 11, Dezembro, pp.103-124.

Saad Filho, Alfredo (2007) 'Monetary Policy in the Neoliberal Transition: A Political Economy Review of Keynesianism, Monetarism and Inflation Targeting', em R. Albritton, B. Jessop and R. Westra (orgs.), *Political Economy and Global Capitalism: The 21<sup>st</sup> Century, Present and Future*, London, Anthem Press, pp.89-119.

Tett, Gillian (2009) *Fool's Gold: How Unrestrained Greed Corrupted a Dream*. London: Little, Brown & Co.

Wolf, Martin (2009) 'Seeds of Its Own Destruction', *Financial Times*, 8 March 2009.

---

# "The Epistemological Challenges of Studying the Global Economic Crisis, and its Social and Political Consequences in the Long Run"

Eric Mielants,  
Sociology, Fairfield University, USA  
emielants@fairfield.edu

## Summary / Abstract:

*Depending on the unit of analysis (Wallerstein) or the temporal vectors (Braudel) that one takes into consideration when studying the current Global Economic Crisis, one arrives at different perspectives and public policy implications. In this essay I will argue that 1) social scientists insufficiently conduct long-term socioeconomic research from a multidisciplinary angle, limiting one's perspective; 2) Europe and America's political fields as well as their mainstream social science continue to suffer from Eurocentrism, limiting their ability to consider the negative implications for globalization in the global South; and 3) one should carefully consider the potential global and multifaceted political implications of increasing ethnic, ecological and religious mobilizations against neoliberalism and the Washington Consensus in the context of the current economic crisis.*

Five decades after Braudel's conceptualization of the *longue durée*, and thirty-five years after Immanuel Wallerstein's influential study entitled the

Modern World System one can reflect upon the many scholars in various disciplines who have developed research incorporating their concepts and insights as analytical tools.<sup>1</sup> But perhaps more important, one can contemplate the myriad obstacles that continue to exist for social science scholars to study long term trends seriously, and the significant methodological, theoretical, epistemological and ultimately public policy implications.

We know that in the social sciences major hurdles remain to implement a long term approach into one's research agenda. Most economists, for instance, use relatively short term data intervals and those that do research on long term economic cycles, such as Kondratieff Waves, are indeed a distinct minority. Part of this research driven approach is of course related to the fact that it requires sophisticated statistical and quantitative models and in order to do this, one needs reliable data. It is much more difficult to collect and use data from before 1900, and more difficult to collect data from the periphery than from more reliable entities (institu-

tions, governments and corporations) within core zones (Wallerstein 1999:211). As a consequence, a lot of economic history (a distinct minority within the field of economics) has had the tendency to be quite Eurocentric (Blaut 2000)<sup>2</sup>, and a substantial amount of scholars in the discipline have emphasized, not coincidentally, Micro-Economic Theory at the expense of Marco-Economic Theory (Van der Wee 2007:42). Subsequently, most economists have ended up expunging history from their curriculum (Hodgson 2001).

It is therefore imperative to historicize capitalism to understand the current Global Economic Crisis, for example. As the economic historian John Day (1999:114) put it: "Classical trade theory is utterly divorced from the historical realities of slave ships and silver argosies. The international division of labor did not result from the operation of the law of comparative costs because the world's trading nations were never equal partners. On the contrary, it was centuries of unequal exchange that created a 'chain of subordination' and led to the division of the planet into developed and underdeveloped regions" (emphasis added). Only once more economists historicize their research and critically revisit various epistemological assumptions about markets, progress and development, can one hope that more steps will be undertaken towards the creation of a historical social science in which the long term trends and economic cycles are integrated as an important analytical tool.<sup>3</sup>

The tendency to focus on what Braudel termed 'l'histoire événementielle',<sup>4</sup> that is the "stuff of traditional political and diplomatic narrative, the realm of individual consciousness in all its blindness" (Horden & Purcell 2000:37) and on micro-oriented processes or relatively small units of analysis – individuals and to a degree also nation states – prevents us from focusing on longer cycles and the *longue durée*. Individuals and their transactions are not usually perceived and analyzed as within households (e.g., Smith & Wallerstein 1992), in turn embedded in larger and long lasting commodity chains affected by cyclical market pressures. Instead, they are often considered as independent or autonomous actors engaged in relatively short term rational decision-making processes. This 'methodological individualism' in neoclassi-

cal economics is also dominant in influential schools of psychology and rational choice theory within sociology (Elster 1989:13; Udehn 2001).

Nation states have only come into existence in Europe in the last 200 years and much more recently in the periphery (the second half of the 20<sup>th</sup> century), and when taken as a unit of analysis by political scientists and economists alike, they too impose their temporal limits on us. After all, "it is not surprising that [the] history of the *longue durée* should unsettle our analytical categories such as the nation state [...] for concepts are embedded in time" (Nederveen Pieterse 2006:69). Thus when nation states are the preferred unit of analysis for political scientists or those academics who currently hold positions in various 'departments of government', one easily succumbs to what Schiller & Wimmer (2003) have coined 'methodological nationalism', where states are considered independent sovereign agents with particular cultural properties.<sup>5</sup> Not coincidentally, prominent social scientists as varied as Parsons, Merton, Bourdieu, Habermas or Luhmann, located within the strongest nation states (which emerged gradually in the core zones of the capitalist world economy),<sup>6</sup> produced "nation-blind theories of modernity" (Schiller & Wimmer 2002:304). It should therefore come as no surprise that many social scientists throughout the 20<sup>th</sup> century took their own nation state for granted. But even for those who undertook exceptional long-term historical research, it often attempted to project the boundaries of the later emerging nation state, if not its cultural and political features, onto the same area before that nation state actually came into existence. The Belgian economic historian, Henri Pirenne, and his Belgian Democracy, *Its Early History* is a case in point.<sup>7</sup> The gradual institutionalization and concurrent expansion of the European Union in the last couple of decades may have a similar effect in the future with a substantially larger unit of analysis and longer time horizon, though with a remarkably similar intellectual agenda.<sup>8</sup>

Consequently, not all social scientific studies that look beyond the immediate past or the nation-state as a unit of analysis are of equal value. If a Eurocentric depiction of globalization often implies a long-term linearity (with or without stages)

in which most agency is derived from the West, and if in such a meta-narrative one needs to study, implicitly or explicitly, almost exclusively the impact of the West on the non-Western world, either in the past, the present (or as a matter of foreign policy, the future), the intellectual challenge is to produce scholarly research that "situates globalization in the *longue durée* [without...] reversing the current of Eurocentrism by centering the East and marginalizing the West, thus replaying East-West binaries in reverse" (Nederveen Pieterse 2006:64). At its best, anti-Eurocentric scholarship, in its desire to "provincialize Europe" (Chakrabarty 2002), provides a much-needed correction to parochial social science that often disguises itself as objective, unbiased and universalist. But at its worst, it celebrates, as Sudipta Kaviraj (2005:501) puts it, an equally problematic "turn towards indigenism." The narrow path between this Scylla and Charybdis in the social sciences, which Pollock (1998:43) characterized as the epistemological trap between "a homogenizing universalism and a ghettoizing particularism," is a difficult, but necessary, endeavor. One must hold the tiller firm.<sup>9</sup>

In essence, one needs to be attentive to similar processes - such as economic cycles (for which a quantitative approach can be quite useful) - and specific particularities, which can often only be analyzed in-depth by using a qualitative method. To illustrate, one could argue that 'medieval' or 'early modern' Europe was in many ways similar to, and certainly not "more advanced," than many other regions of the world. But it also displayed its own specific particularities which enabled capitalism to emerge there, without being a "self-contained" area (Duchesne 2006:79), somehow detached or isolated from other regions of the world. This does not however imply that various non-European regions shared identical characteristics that did not allow capitalism to emerge or that despite their distinctive features they were not "incorporated" into the capitalist world system in structurally similar manners.<sup>10</sup> What is so important about what I call 'non-Eurocentric long-term social science research' is its ability to raise fundamental questions about whether our temporal and geographical unit of analysis is sufficient to understand what we are studying. Any study undertaken must also be sen-

sitive to epistemological concerns and therefore attentive to theory.

Yet the combination of quantitative and qualitative methodologies are not practiced by most social scientists. Some specialize in theory (in terms of teaching and writing), others in specific subfields by using one particular method (sometimes at the expense of theory altogether) and many have a very limited temporal horizon.<sup>11</sup> The comparative method has been implemented even less (cf. Martin & Beittel 1998; Apter 2006:104).<sup>12</sup> Not only is the latter important to counter intellectual parochialism in the West (see Abu-Lughod 2004; Kennedy & Centeno 2007:695-709), but it is crucial to the formation of genuine historical social science.

Despite its limitations, Western academic discourse - hegemonic and continuously reproduced in contemporary 'postcolonial' university settings and political outlets - dominates. The creation of the social sciences in the Western world and the manner in which they, in their own fragmented ways, think about past, present, and future conditions, cannot be separated from the way in which Western knowledge has been used to control, colonize and dominate the non-Western world, both in reality as well as epistemologically (e.g., Hira 2007). If one studies their creation and use in tandem, that is relationally, one can raise critical questions about 'state building' in the non-West and the function of nation states in core zones (rather than taking nation states for granted as a unit of analysis or outright model). This is not to argue that nation states or their governments play a trivial role in our modern world, but that more attention ought to be given to subnational, regional and transnational processes. If one can traverse the micro, meso, and macro levels from the structures of daily life to the wheels of commerce and ultimately a perspective of the world, one is inevitably forced to rethink Eurocentric epistemological assumptions about temporal linearity. This in turn has major implications on public policy recommendations.

One major challenge of mainstream social science is to overcome its Eurocentric limitations in an attempt to make Western models 'fit' the non-West. It is no coincidence that externally imposed paradigms often ignore the "historical, social and cultural experiences of individual countries and so-

cities" (Mbaku 2004:32) located outside the West. Many economic studies in the academic realm are good examples of this, similar to how Orthodox Marxist studies produced in the former Soviet Union and its Eastern European satellite states were salient indicators of how past, present and future conditions across different times and areas of the world were molded to fit particular Eurocentric paradigms.

Inherent to classical modernization theory, or developmentalism (Rostow 1960), is the theoretical assumption that if poor countries could only implement the "correct" public policies (e.g., import-substitution industrialization or ISI), they would be able to witness the gradual "take off" of their economies, ultimately achieving a standard of living similar to those in the West that are already considered "developed". Once ISI was abandoned both as an academic paradigm as well as a public policy regime, the new buzzword of the 1980s and 1990s, "globalization", was seen as the method by which less developed countries would develop and/or modernize. According to globalization advocates such as the IMF and the World Bank, the key ingredients for successful economic growth were: trade liberalization; fiscal austerity regimes; a lowering of taxes, quotas and tariffs; the privatization of state enterprises; and deregulation.

Such measures would attract the foreign direct investment necessary to enable recurring growth (Williamson 1990). Smithian *laissez-faire* theory also notes the incentives of technological changes and concurrent reduction of inefficiencies that are generated by an openness to international competitive markets. In sum, the argument in favor of trade liberalization has often been made in the belief that efficiency and technological progress will ultimately result in economic "development" (e.g., Bhagwati 1978). According to such wisdom, government intervention is detrimental to "spontaneous" self-regulating market forces while globalization is a civilizing agent that offers limitless prosperity (Ohmae 1990; Friedman 1999). The logical outcome of this thinking is to change that group of people, or countries that have been problematized. At most, macro-economic forces are referred to as a contextual natural byproduct of the "end of history" (Fukuyama 1993) or simply considered as

inevitable, having "no alternative" (cf. Wallerstein 2005).

In this sense, Eurocentric public policies based on Eurocentric value propositions and methodologies continue, in differential discursive formations, to colonize the field of International Studies and, of course, the social sciences at large. As Kiernan (1994:45) put it "development is the successor to what earlier generations of Europeans called Progress, a concept inspired by the Eighteenth century Enlightenment and meaning all-around advance in everything that makes up civilization." Progress, combined with Order, is not something I need to elaborate upon in the presence of so many who know the Brazilian flag up close.

Eurocentric epistemologies and public policies have of course not only been applied to non-Western zones, but also within the West when Western intellectuals and governments had to deal with, classify, label and manage large groups of people that were somehow deemed 'primitive', 'non-Western' and so on.<sup>13</sup> The mono-cultural Eurocentric view in the American school system, for example, still "presumes that the Western structure of knowledge is true, objective, universal, and applicable to all people and circumstances" (Boateng 2003:150), that is, regardless of time and space. If ethnic minorities do not conform to the received educational model, they are labeled deficient. In Migration Studies, the focus is all too often on the immigrant as a deviant who needs to be subjected to intense scrutiny and who is in desperate need of reform (Mielants 2009), which only reflects the present criminalization of immigration in the core zones of the capitalist world economy. Essentially, "the great growth area of migration studies in Europe and the US is about how to control, reduce, and eliminate immigration in developed countries" (Sutcliffe 1998:331).

As a result, international migration becomes for most politicians and academics a security concern rather than a humanitarian issue (Mielants 2002).<sup>14</sup> The migrant, not unlike a 'failed nation state', is measured, weighed, analyzed and compared to his/her ideal-typical successful contemporary Western counterpart. Often the lack of critical and relational analysis, and the inability or unwillingness to study the migration process in the long run,

results in a focus on the migrant as a deviant. At its worst, academics become intellectual mercenaries, providing the “fig leaf behind which those who decry immigration can hide their nativist sentiments” (Krissman, 2005: 36). The link between political policies and intellectual justification coming out of the academic field can not be underestimated (e.g. Mielants 2006).

Similar to the theoretical assumption that if poor countries implemented the ‘correct’ public policies advocated by Western experts they would be able to witness the gradual ‘take off’ of their economies, ultimately achieving a standard of living comparable to those in the West who are already considered “developed”, is the notion that immigrants can gradually assimilate / integrate into modern society if they undertake the correct steps at the right moment in time.<sup>15</sup> The implied stagism here is of course one of linear progress central to both Marxist and Liberal variants of the Enlightenment.<sup>16</sup> Within both neoclassical economics and the structural functionalist modernization variant in sociological literature it is argued that although progress is for the better, it is inevitable that some people (a statistical minority) will be negatively affected during a period of transition. In its most classical formulation, the transition from “mechanical solidarity” to the “organic solidarity” of a society with an increasing division of labor – as formulated by Durkheim (1997) in an earlier period of globalization and increased foreign direct investment shortly before the outbreak of the First World War – brings about some unfortunate side effects with which a society must cope (cf. Knöbl 2003). Specifically, concepts such as “anomie” – normlessness – can be used to classify those who suffer from the transition to industrialization and have a hard time dealing with the stress and other related problems of urbanization (e.g., crime) and mass migration, undermining the overall stability within society. Often the theoretical assumption is that only a minority of the population will be negatively affected during this transition period. The dilemma then is to intensively scrutinize that minority in order to effectively assist them in overcoming the specific problems with which they are themselves incapable of dealing. It is further assumed that although the transition period is rather painful, this minority

will inevitably benefit from the modernity once the transition process has been completed. For academics and public policy makers, the logical outcome of this particular way of thinking is to change the minority, allowing them to adapt as quickly as possible to the new reality that has unfolded. Interestingly, it is the minority that is problematized and seen as needing further study, and not the large-scale processes themselves (such as rapid industrialization, increased foreign direct investment, massive privatizations during the transition from a closed economy to an open economy, etc.). The scrutinized minority within the core zone, or similarly, so called primitive underdeveloped societies frozen in time and ‘people without history’ that stand in the way of progress, need therefore to be modernized, developed and civilized (e.g., Harrison 1985).<sup>17</sup>

The Eurocentric belief in (inevitable) linear progress, in vectorial measurable time and concurrent stages, emerging from the Enlightenment period, can be critically examined

when confronted with the temporalities of capitalism (see Sewell 2008). Examining, for instance, the impact of economic cycles on the relocation of specific sectors from core zones to peripheral zones and on mass migration, can be quite illustrative.

To what degree has the field of history, a key component of International Studies, incorporated these insights and methodology? Ironically the historical discipline, which ought to be the most sensitive to studying long run developments, is also not immune to the “condition” of being a byproduct of its own era. Created to sanctify the bourgeois nation state in the 19th century, the historical discipline, like other social sciences, has taken this unit of analysis for granted for far too long.<sup>18</sup> In addition, history departments are (depending from state to state and country to country) often located within the ‘*facultés des lettres et des beaux arts*’ or the humanities, rather than the social sciences, which reflects their preference for ideographic methodology and subsequent “resolute refusal to theorize, to put their own culture of history at risk by the reference of metahistorical thinking” (Dirks 1996:31; Fulbrook 2002:25).<sup>19</sup> This is not to suggest that historians have not critically reflected on their own discipline in the last five decades: the



influence of post-colonialism, feminism, and the subaltern school, among others, have had an impact on mainstream history. But despite intellectual challenges to the tradition, such as the creation of a *Journal of World History*, the field remains institutionally encapsulated within arbitrary epochs: the classical, medieval, early modern (whatever that means) and modern periods - Eurocentric demarcations based on a purely European history. Various 20th century debates about Indian feudalism, Tokugawan feudalism, etc. spent a lot of time assessing the degree to several non-European areas of the world also experienced similar stages or the degree to which they differed from the European norm and why.<sup>20</sup>

Of course, debating how arbitrary Eurocentric temporal categories or geopolitical labels undermine a more important holistic research agenda that covers longer periods of time inevitably raises the question: if not our arbitrary demarcations and labels, then whose? And why would different ones be any better or useful to understand human history in all its complexity? After all one could debate, as did Fernand Braudel or Henri Pirenne, the validity of using the entire Mediterranean region as a unit of analysis. But has a single European region ever really existed? Or should the notion, indeed the concept of Europe as such, be treated more as an idea than as a place (cf. Burke 2006), not entirely unlike Inden's (1990) *Imagining India*? Or to paraphrase the historian Maurice Aymard (2004): "Does one represent reality or does one explain it?" Perhaps historical analysis does say more about the present state of affairs than the past as such (e.g., Boucher 1985), but this does not imply that meaningful empirical data do not matter if one attempts to explain recurrent dynamics and processes over relatively long periods of time. The real challenge for historical social science is to create a theoretically informed, empirically reliable, and self-reflective praxis that consistently interrogates the epistemological and normative embedding of social science research.

Despite some calls, such as those made by Wallerstein (2004), to move in the direction of unidisciplinary social science, in order to undermine Eurocentric epistemology and public policy, the entrenchments of disciplines continue to be pro-

found. Historians and sociologists continue to be characterized as engaging in a dialogue of the deaf (e.g., Burke 2005). In political science the current "professional incentive structure is such that an article read and cited by just ten political scientists is more valuable professionally than another read and cited by 50 scholars of whom 45 are outsiders" (Freeman 2005:114).

Even interdisciplinary research in the social sciences has not profoundly altered the institutional status quo in the last couple of decades (e.g., Klein 1990; Bohem & Stiles 1998; Repko 2008:34-37). In a recent publication of the Social Science Research Council, Diana Rhoten (2004:6) states: "Across the spectrum of higher education, many initiatives deemed interdisciplinary are, in fact, merely reconfigurations of old studies — traditional modes of work patched together under a new label — rather than actual reconceptualizations and reorganizations of new research. It was common to hear [researchers] describing themselves as 'co-investigators on an interdisciplinary project' yet to observe them conducting their respective pieces of the research in near isolation from one another." The failure to engage beyond one's own discipline and consider different methodologies, concepts and theoretical perspectives cannot be separated from the merit-based incentives and tenure-granting criteria that many universities have institutionalized over a long period of time. As Arney and Brown (2004:135) conclude in their study on interdisciplinary collaboration: "We promote the disciplinary expert who works individually, publishes individually, and contributes to the disciplinary field by expanding the knowledge base within the often rigid and accepted boundaries of the discipline".<sup>21</sup> Although astonishingly more subfields and related scholarly journals exist than did five decades ago, generally speaking "interdisciplinary work suffers in terms of its prestige in comparison with research more centrally rooted in a single discipline, despite the encouragement of multi-disciplinary collaboration by many universities" (Freeman 2005:114). At best, one moves in the direction of co-authorship as a result of collaborative efforts between different disciplines, but ironically, this often only reinforces the existing expertise and divisions between them.<sup>22</sup>

Some might argue that the real-life examples of scholars such as Henri Pirenne and Fernand Braudel suffice to illustrate what can be done. Yet their magnum opuses were written when each was confined to a military prison for a prolonged period of time, respectively during World War One and World War Two, and this might have contributed to their concentration on such a work and on the *longue durée* (Hexter 1999:55). Today's publish or perish environment is quite different.<sup>23</sup> What graduate student working for years on a dissertation would want to undertake steps in the direction of unidisciplinary research, which might translate into unemployment if the scholarship is innovative and, by definition, controversial and non-conventional? In the United States a tenure track position is already hard enough to acquire as reported by the Chronicle of Higher Education and recent issues of *Academe*. Let us contemplate for a moment the intellectual consequences of the fact that "between 1975 and 2005 the percentage of American faculty either tenured or eligible for tenure was gradually cut in half, from 56.8% to 31.9%" (Nelson 2008:11). This implies that the overwhelming majority of positions that opened up in the world of American higher education consisted of part-time adjuncts, visiting professors, research associates and post-doctoral fellowships, with mostly limited institutional, technological and financial support behind them. The proliferation of these precarious positions does not invite methodological, theoretical or epistemological boldness and experiments with or challenges to the existing structures of knowledge. Even tenured faculty who aspire to be promoted from associate to full professor are often 'disciplined' by the disciplines to remain active within their respective boundaries. As Gary Krahenbuhl (2004:106-107), Senior Vice President at Arizona State University wrote in his book "Building the Academic Deanship: Strategies for Success", specifically written for newly-appointed deans or those who are about to become academic deans, "typically the standard for full professor is demonstrated success in teaching and mentoring, a national scholarly reputation and significant national leadership in one's discipline [... there is] a need to protect faculty who are devoting significant time to centers, institutes and interdisciplina-

ry programs. Such individuals, because they often direct their efforts outside the mainstream of the discipline, are systematically undervalued by those whose work is more clearly centered in the discipline" (emphasis added). This assessment, if not a warning, certainly invites the following question: if scholars engaged in interdisciplinary activities are so treated, does unidisciplinarity even stand a chance? Given these challenges, can the unidisciplinarian speak? And if (s)he speaks, who listens?

This last question is not unimportant. The myopic specialization of social scientists with one preferred methodology on one particular topic within their own discipline, which leaves ordinary people as well as social movements cold and in the dark (Street 2004:17) and ignores fundamentally important social issues,<sup>24</sup> cannot be separated from the 19th century artificial construction of separate disciplines institutionalized in different departments in the modern university setting which leads political scientists to study the state, sociologists civil society, economists the market, historians the past, and anthropologists the non-Western world as if separate logics were at work (Wallerstein 2004:124). This, in turn, has resulted in separate theories and preferred methodologies for each discipline.<sup>25</sup> It is therefore no surprise that intellectually provocative concepts such as Braudel's *longue durée*, Kondratieff's Waves, Schumpeter's business cycles, Wallerstein's Modern World System etc., which invite a rethinking of binary dichotomies (e.g., the past versus the present), nation state bias, and an exclusive commitment to either nomothetic methodology (e.g., to discover universal laws of social behavior, applicable across time and space) or ideographic methodology (e.g., to describe particular specificities in detail to illustrate their uniqueness), have either been ignored or encountered fierce opposition from the academic status quo throughout the entire 20<sup>th</sup> century.

If Eurocentrism, to use Manuela Boatcă's (2007:370) phrase, is "both a general framework of knowledge and a particular conception of modernity [in turn] the result of the establishment of Western hegemony as a global model of military, economic and epistemic power", then how can one escape or challenge it? At best, perhaps the incommensurability of social science practices between

the South and the North can be celebrated or, depending on one's view, deplored as Gabriel Abend (2006) pointed out.

As such, social scientists can continue acting as "tourists wandering through the city of knowledge to bypass each other completely" (Abbott 2001:101). The challenge to comprehend global reality in all its complexity, I argue, should force social scientists to consistently be engaged in multidisciplinary if not hybrid research<sup>26</sup> and formulate comparative analyses while looking at long term developments.

Take for instance the obsession of American foreign policy analysis on Islamic 'terrorism' produced in the aftermath of September 11<sup>th</sup> 2001. Can one plausibly expect to study this part of the world from one point of view and claim expertise?<sup>27</sup> Instead, I would like to make the argument that one should carefully consider the potential global and multifaceted implications of increasing ethnic, ecological and religious mobilizations against neoliberalism and the Washington Consensus<sup>28</sup>. And that to understand these movements in their complexity requires moving beyond hegemonic representations and narratives. For a brief case study, let us look briefly at the social phenomena of Islamist movements, be they Shi'a or Sunni and their ideas about social justice.<sup>29</sup>

For several decades, Islamist movements have been into the business of "welfare" and took over responsibilities that many Arab states—under the duress of the "free market" or under structural adjustment initiatives implemented to make them "investment ready"—abandoned, from building hospitals and schools, to assisting the poor and the homeless, to providing cooperative stores where prices of necessities were subsidized. The Egyptian Islamic Brotherhood owns banks and investment firms along with hospitals, cooperative stores, religious schools and so on. Hezbollah has hospitals and schools and is engaged in helping the poor in Lebanon. Some movements were aimed at resisting global capitalist cultural forces of subjectivization (engaged in the production of consumer subjects), but most movements embodied the "othering" processes intrinsic to Capitalist Civilization and directed their forces against a close "Other" rather than against the dominance of

hegemonic powers. "Religion" was itself constructed as an analytic category in Europe (Asad 2003); whether one looks for example at the work of Hussein Mroueh on the materiality of Islamic ideas or social imaginary significations associated with "Islam" or Mu'tazilla's thought that supported both an individual freedom built on reason and a social justice built on cooperative unity and mutual aid, one can make the argument that the proliferation of 'radical' Islamic movements in the past decades come out of a long tradition of a religious and ethical engagement with an interpretation not trying to claim "truth" but virtuously searching for what is "just." but also at a cyclical moment in world history in which after the 'trentes glorieuses' (1945-1975) of economic growth, economic recessions demolish the myths of modernization, Westernization and 'development'. From this perspective, this explains the relative success of fundamentalist Islamic movements from Khomeini's Iran to the crumbling of 'socialist Algeria' to the 2006 electoral victory of Hamas in Palestinian territories.

From a long term point of view one could argue that the Western world searches for Truth or at least claims to, whereas the justice prioritized by some Islamic movements can never be the same as divine justice, but is determined by proximity, resemblance, concordance, or mere speculation informed by a set of texts and practices declared as "exemplary". What this means it that a careful study of Islamic texts can show that there exist historically privileged practices of ethics and virtue aiming at "justice," and not practices aiming at "freedom." What makes it a potential threat to the modernist imaginary significations upholding the Modern Capitalist World-System, is the privileging of "Justice" over "Truth" in popular discourses over the long run. Taking into account a global cyclical downturn as of 1975 and subsequent recessions in which poverty and inequality manifest themselves substantially, further undermining nation-state mythologies about sustained development, Westernization and modernization, this may only increase the appeal of Islamic fundamentalism formulated by petty bourgeois like Sayyid Qutb and Al-Mawdudi to the lumpenproletariat of Pakistan's madrassas or inner city ghetto youth in London and Paris.

Whereas in the West the Church hierarchy managed to undermine Liberation theology, the “ethics of the oppressed” that became an integral part of Islamic social practices, with the ethical leadership expected to aspire to, making the “law” something to aim for, something no human can grasp but that every virtuous person and every ethical leader strives towards. All interpretations are not even an approximation of Truth; they are specific assessments or opinions of learned ulemas, those who have committed themselves to virtue guided by divine justice in order to get closer to a truthful path (a fatwa being nothing but a learned opinion).

Can all this be further removed from the Western scientist hired by lobbyists of Western corporations or governments interested in collecting Truth statements derived from ‘objective’, ‘truthful’ and ‘value-neutral’ knowledge?

If “Western Modernity” transferred the transcendence of the divine truth (of Christianity) to the transcendence of Scientific truth, which in turn cannot be separated from the individuation process that is the backbone of Modern Capitalist culture (built on individual freedom which produces the modern consumer subject), this transition implies an identification with the “truth” of oneself—and undermine communal standards of judgment.<sup>30</sup> Talal Asad also accentuated how it is not just discourses of rights, but those of duty and obligation that drive Muslim subjects to demand (and not just expect) the elimination of injustice (1993, 217). This may explain why global ideologies built on “economism” may produce empty signifiers such as “freedom”, associated with consumer society. Moreover, as Farzana Shaikh (2008:597) stated recently, “Islamic discourse has habitually regarded the territorial state as an artificial construct.” Why should not more social scientists do the same?

### TENTATIVE CONCLUSIONS

To interpret non-Western social movements, institutions or phenomena over a long period of time (as briefly outlined above) without succumbing to what Fernand Braudel disdainfully called ‘histoire événementielle’, perhaps best translated as episodic history, chasing headlines from what is happening from one nation-state to the other, requires a lot of diligence, time, effort and self-reflexive scrutiny. It raises some important questions:

Can non-Western subjects and voices reacting against Western power be understood by Western social scientists? Or are mere interpretations and speculations plausible?

Can ethics valuing virtue and justice supersede an ethics valuing truth and individual freedom?

Or should any social scientists aspire, if not attempt to combine them, and should this not be reflected in how they conducted their research, if not their writing style or publication outlets?

These are questions I only intend to raise, but for the sake of brevity do not wish to answer.

It remains to be seen if, as the 21st century progresses, a unified non-Eurocentric historical social science will become a feasible intellectual endeavor. But it might be a necessary undertaking if we are to rethink how we envision, interpret, and explain past, present, and future states of affairs, improve our knowledge, and translate it into meaningful public policy. A future form of non-Eurocentric historical social science may also allow more ‘organic intellectuals’ to flourish in tandem with their respective society, and world community, of which they are a part. Hopefully this may allow academics not only to study and interpret the world in various new and innovative ways, but also to change it for the better. Every new program of International Studies will therefore be a positive step in that direction.

### NOTES

<sup>1</sup> See, for example, the special issue of the Review of the Fernand Braudel Center on “The Impact of the Annales School on the Social Sciences” I, 3/4, (Winter/Spring 1978).

<sup>2</sup> Wallerstein (1999:169) claims that “social science expresses its Eurocentrism in (1) its historiography, (2) the parochiality of its universalism, (3) its assumptions about (Western) civilization, (4) its Orientalism, and (5) its attempts to impose the theory of progress”. Eurocentrism is, of course, not only influential in Europe, but in many areas of the world settled by Europeans and their descendants who usually became the political, socioeconomic and intellectual elite of the colonized area.

<sup>3</sup> Regarding the concept of development, Esteva (2001:19) aptly states that “the economic ‘laws’ of the classical economists were but deductive inventions which transformed the newly observed patterns of social behavior, adopted with the emergence of economic society, into universal axioms designed to carry on a political project.”

<sup>4</sup> For a concise annotated bibliographical overview of Braudel’s concepts and intellectual legacy cf. Horden & Purcell (2000:541-543).

<sup>5</sup> See also the problems with ‘Nation-State Centricism’ in the study of globalization as discussed by Robinson (2004).

<sup>6</sup> I specifically prefer to use the concept ‘zone’. Debating to what degree ‘Brazil’ is or when it became a semi-peripheral nation state leads certain world-system scholars to import problematic forms of methodological nationalism into their analyses. If one keeps in mind that zones are constantly evolving spatio-geographical entities, world system analysts can study the existence of core zones within the periphery, and simultaneously the proliferation of peripheral zones within the core, or what Wallerstein (1995a:161) has previously called “the phenomenon

of the 'Third World within' the core'. Cf. the 'multiple layers of coreness and peripherality' in Wallerstein and Smith (1992:255).

<sup>7</sup> See Pirenne (1971). The first English translation dates from 1915.

<sup>8</sup> Reference to the 'First World War' and the 'Second World War' may become as obsolete as the usage of 'The Great War' when the 'European civil war' or the 'great civil war' become more standard timelines implying a geographically bounded unit with a common past, present and future (cf. Preston 2000). Contemporary and future European historiography may "serve as an ideology to legitimate current European policies" (Mitterauer 2006:270).

<sup>9</sup> For Wallerstein's position on nomothetic and idiographic methodology, see Wallerstein (1995b). For a brief summary of his theoretical framework see Mielants (2007).

<sup>10</sup> For an elaboration of this argument see Mielants (2008).

<sup>11</sup> Sociologist Andrew Abbott (2001b:37) refers to the divide between sociological research and sociological theory as a "chasm".

<sup>12</sup> The minority of academics who undertake comparative research often face dangerous pitfalls as Fabian (1991:193) points out: "it has been a basic assumption of the comparative method that societies radically different from ours, even though they exist contemporaneously with us, 'represent' the past, to say the least, or that they are (the) past, to say the most."

<sup>13</sup> For the example of American sociology and the paradigms about race created by it see Winant's (2007) recent overview.

<sup>14</sup> In addition, systematic comparisons over long periods of time are scarce since comparative migration research is rarely funded (Wimmer & Schiller 2002:306). At best one engages in cross-ethnic group comparisons in one particular nation state. But genuine comparative research between states is still relatively exceptional. Complicating matters further, migration historians are distrustful of sociological theory, whereas "the resolute ahistoricism of mainstream American sociology in general, its immigration subfield included, is indeed difficult for historians to accept" (Morawska 2005:211).

<sup>15</sup> In this meta-narrative one often deploys temporal distancing, which denies co-evalness between the underdeveloped and the developed, the traditional and the modern, etc. See Fabian (1983).

<sup>16</sup> For a recent and extensive critical analysis of Modernization Theory see Gilman (2003).

<sup>17</sup> As Grofougel (2003:20) points out, "understanding peripheral zones such as Africa and Latin America as regions with a 'problem' related to 'stages of development' concealed Western responsibility for the exploitation of these continents. The construction of 'pathological' regions in the periphery as opposed to the normal development patterns of the 'West' justified [...] treating the 'Other' as 'underdeveloped' and 'backward'." The subsequent production and dissemination of parochial social scientific "truths" as universalist forms of knowledge throughout the 'rest of the world' is of course intrinsically interlinked with 'our' western perspective, methodology, units of analysis, concepts, abstractions or visualizations of 'national unity and social cohesion' and (muted) self-interests, in nationalistic or personal (academic) form (see Grofougel and Mielants 2006).

<sup>18</sup> This is also the case for many social science policy-centered studies which "inevitably reproduce the state-centered, nation-building optic in their framing and prescription of ways to achieve" (Favell 2005:52) specific social outcomes such as the integration of immigrants and ethnic minorities.

<sup>19</sup> According to John Lewis Gaddis (2001:301), "historians tend to respond to the story as small children do to spinach: we don't much like it, but we rarely explain why. No other academic discipline so strongly resists the specification of assumptions and the explication of methods." By way of example, in a monumental oeuvre such as the 1100-page study on the origins of the European economy (AD 300-AD 900) by noted historian Michael McCormick (2001), there is a remarkable lack of theory (see Mielants 2003).

<sup>20</sup> As Mignolo (2001:438) aptly states: "The Middle Ages were an invention of the Renaissance and of Western Modernity, and not a planetary reality". On the Asiatic Mode of Production see the now classic study by O'Leary (1989).

<sup>21</sup> Bernal & Villalpando (2005:189) go so far as to speak of an Apartheid of Knowledge in Academics and "a current de facto segregation in higher education" (p. 189).

<sup>22</sup> See also Dogan & Pahre's (1991:155-160) discussion of "pourquoi l'interdisciplinarité est une notion trompeuse."

<sup>23</sup> According to Strain (2007:307) "the 'wise' young professor at a major research university will strive to have six to nine senior-authored titles [published] by the end of the third year of his or her initial appointment." The increased obsession with the ranking of journals, citation indices and multitude of publications in a short period of time in the last couple of decades has led many (young) scholars to flee lengthy, sole-authored and time-consuming studies such as Braudel's Mediterranean. Instead one can expect a proliferation of very short, mostly quantitative and multiple-authored journal articles to bolster the academic's resumé and a strategy of Dithers quoting Smithers, who in return, honneur oblige, quotes Dithers in his own work. As Kupfersmid and Wonderly (1994:34) comment: "The publish or perish policy of many institutions promotes the quantity over quality

phenomenon of which many researchers are often captive employees [...] it is a practice of many scientists to write papers for journal submission that are the 'Least Publishable Unit' (LPU). The practice of LPU involves conducting one experiment, performing many statistical analyses on a variety of hypotheses, and publishing as many articles as possible based on this one study." Those who do not play the academic game well are at risk. For a collection of personal accounts about the state of American academia see Jacobs, Cintrón and Canton (2002).

<sup>24</sup> "Much social science remains a type of top-down research that does not recognize social domination, exploitation, and oppression as critical social issues" (Feagin & Vera 2001:245).

<sup>25</sup> Perhaps contemporary anthropology, after having turned its gaze back toward the West, has submitted itself to a more sustained self-critique during the last couple of decades than any of the other previously mentioned social sciences, enabling the emergence of new studies sensitive to non-Eurocentric insights on temporality and spatiality (see for example the references in Knapp 1992; Fox 2001; Hall 2002:92-96; Whitten 2007; Kardulias & Hall 2008; Crawford 2008). This has been especially the case in anthropology's subfield of archeology.

<sup>26</sup> Perhaps, for now, hybridity is a more plausible (or feasible) step forward, as it is situated somewhere between the lone researcher on the one hand and the specialized collaborators in interdisciplinary formats on the other hand (see Dogan & Pahre 1991:161-237). This requires quantitative as well as qualitative methodology, the latter implying that one should be proficient in at least two, preferably three or more languages.

<sup>27</sup> An often cited example is the Iraq Study Group's report, presided by J. Baker and L. Hamilton which mentioned that in the entire American Embassy in Iraq of over 1,000 only six individuals were fluent in Arabic. See [www.usip.org/isg/iraq\\_study\\_group\\_report/report/1206/iraq\\_study\\_group\\_report.pdf](http://www.usip.org/isg/iraq_study_group_report/report/1206/iraq_study_group_report.pdf)

<sup>28</sup> For such an attempt from a long-term perspective cf. Martin (2008).

<sup>29</sup> The section that follows below is elaborated upon at length in Kalouche and Mielants (2008).

<sup>30</sup> The meaning of life could only be individual if Truth is attainable by the individual. It is no coincidence that the philosophies of Al-Farabi, Ibn Khaldun, or even Al-Ghazali valued a public space built on virtue and on virtuous leadership concerned with communal justice—and not a public space where individuals spoke the truth freely. This privileging of individual virtue and ethics, combined with a commitment to communitarian ideals and mutual aid and cooperation, is also at the core of Ibn Khaldun's *The Muqaddimah*, esp. Ch. 2 and 3, and of his analyses of Assabiyyah and of nomadic/Bedouin virtue.

## Bibliography

- Abbott, Andrew "Chaos of Disciplines" Chicago: University of Chicago Press, 2001
- Abbott, Andrew "Time Matters" Chicago: University of Chicago Press, 2001b
- Abend, Gabriel "Styles of Sociological Thought: Sociologies, Epistemologies, and the Mexican and US Quests for Truth" in *Sociological Theory*, 24, 1, March 2006, p. 1-41
- Abu-Lughod, Janet "Continuing American Provincialism and the Rest of the World" in Immanuel Wallerstein (ed.) "The Modern World-System in the Longue Durée" Paradigm Publishers, Boulder, CO, 2004, p. 199-208.
- Apter, David "Comparative Sociology: Some Paradigms and Their Moments" in Craig Calhoun, Chris Rojek and Bryan Turner (co-eds.) "The Sage Handbook of Sociology" Sage, New York, 2006, p. 103-126.
- Arney, Marilyn and Dennis Brown "Breaking Out of the Box: Interdisciplinary Collaboration and Faculty Work" Information Age Publishing, Charlotte, NC, 2004.
- Asad, Talal (1993). *Genealogies of Religion*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Asad, Talal (2003). *Formations of the Secular*. Stanford University Press.
- Aymard, Maurice "Does one Represent Reality or does one explain it?" in Immanuel Wallerstein (ed.) "The Modern World-System in the Longue Durée" Paradigm Publishers, Boulder, CO, 2004, p. 209-218.
- Bernal, Dolores & Villalpando Octavio "An Apartheid of Knowledge in Academia" in Zeus Leonardo (ed.) "Critical Pedagogy and Race" Blackwell, 2005, p. 185-204.
- Bhagwati, Jagdish N. 1978. "Foreign Trade Regimes and Economic Development" Cambridge, MA: Ballinger.

- Bhagwati, Jagdish N. 2004. "In Defense of Globalization". Oxford, UK: Oxford University Press.
- Blaut, J.M. "Eight Eurocentric Historians" The Guilford Press, NY, 2000.
- Boatcă, Manuela "The Eastern Margins of Empire" in *Cultural Studies*, vol. 21, nrs. 2/3, March/May 2007, p. 368-384
- Boateng, Felix "Education in a Multicultural Society: The Role of Black Studies" in
- Delores P. Aldridge & Carlene Young (co-eds.) "Out of the Revolution: The Development of African Studies" Lexington Books, 2003, p. 147-162.
- Bohen, S. and J. Stiles. "Experimenting with Models of Faculty Collaboration: Factors that Promote Their Success." In S. Frost (Ed.), *Using Teams in Higher Education*. Jossey-Bass Publishers, San Francisco 1998, p. 38-56.
- Boucher, David "Texts in Context" Martinus Nijhoff Publishers / Springer, 1985.
- Burke, Peter "The Annales, Braudel and Historical Sociology" in G. Delanty and E. Isin (eds.) *Handbook of Historical Sociology*. Sage, London, 2003, p. 58-64.
- Burke, Peter "History and Social Theory" Blackwell, NY, 2005.
- Burke, Peter "How to write a history of Europe: Europe, Europes, Eurasia" in *European Review*, vol. 14, nr. 2, 2006, p. 233-239.
- Chakrabarty, Dipesh. "Provincializing Europe". Princeton, Princeton University Press, 2002.
- Crawford, David "Moroccan Households in the World Economy" Louisiana State University Press, Baton Rouge, 2008.
- Day, John. "Money and Finance in the Age of Merchant Capitalism". Blackwell, Oxford, 1999.
- Dirks, Nicholas "Is Vice Versa? Historical Anthropologies and Anthropological Histories" in Terrence McDonald (ed.) "The Historic Turn in the Human Sciences" Michigan University Press, Ann Arbor, 1996, p. 17-51.
- Dogan, Mattei and Robert Pahre « L'innovation dans les sciences sociales ». Presses Universitaires de France, Paris, 1991.
- Duchesne, Ricardo. "Asia First?" in *Journal of the Historical Society* 6, no. 1, March 2006, p. 69-91.
- Durkheim, Emile. "The Division of Labor in Society". Free Press, NY, 1997.
- Elster, John "Nut and Bolts for the Social Sciences" Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- Esteva, Gustavo "Development" in Wolfgang Sachs (ed.) "The Development Dictionary. A Guide to Knowledge and Power" Zed Books, London, 2001, p. 6-25.
- Fabian, Johannes "Time and the Other" Columbia University Press, New York, 1983.
- Fabian, Johannes "Of Dogs Alive, Birds Dead, and Time to Tell a Story" in John B. Bender and David Wellbery (eds.) "The Construction of Time" Stanford University Press, Stanford, 1991, p. 185-204.
- Favell, Adrian "Integration Nations: The Nation-State and Research on Immigrants in Western Europe" in Michael Bommes & Ewa Morawska (co-eds.) "International Migration Research: Constructions, Omissions and the Promises Of Interdisciplinary Research in Migration and Ethnic Relations" Ashgate Publishing, Aldershot, 2005, p. 41-67.
- Feagin, Joe and Hernán Vera "Liberation Sociology" Westview Press, Boulder, CO, 2001.
- Fox, Robin "Time Out of Mind: Anthropological Reflections on Temporality" in *KronoScope* 1, Nrs. 1-2, 2001, p. 129-137.
- Freeman, Gary "Political Science and Comparative Immigration Politics" in Michael Bommes & Ewa Morawska (co-eds.) "International Migration Research: Constructions, Omissions and the Promises Of Interdisciplinary Research in Migration and Ethnic Relations" Ashgate Publishing, Aldershot, 2005, p. 111-128.
- Friedman, Thomas. 1999. *The Lexus and the Olive Tree*. New York, NY: Farrar Straus Giroux.
- Fukuyama, Francis. 1993. *The End of History and the Last Man*. New York, NY: Harper Perennial.
- Fulbrook, Mary "Historical Theory" Routledge, New York, 2002.
- Gaddis, John "In Defense of Particular Generalization" in Colin Elman & Miriam Elman (co-eds) "Bridges and Boundaries. Historians, Political Scientists, and the Study of International Relations" MIT Press, Cambridge, MA, 2001, p. 301-326.
- Gilman, Nils "Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America" The Johns Hopkins University Press, Baltimore, MD, 2003
- Grosfoguel, Ramón "Colonial Subjects" University of California Press, Berkeley, 2003.
- Grosfoguel, Ramón and Eric Mielants "Introduction: Minorities, Racism and Cultures of Scholarship" in *International Journal of Comparative Sociology*, August 2006, Vol. 47, nr. 3-4, p. 179-189.
- Hall, Thomas "World-Systems Analysis and Globalization Directions for the Twenty First Century" in Betty Dobratz, Timothy Buzzell & Lisa Waldner (co-eds.) "Theoretical Directions in Political Sociology for the 21<sup>st</sup> Century" JAI Press, Greenwich, CT, 2002, p. 81-122.
- Harrison, Lawrence. "Underdevelopment is a State of Mind: The Latin American Case". Lanham, MD: Center for International Affairs, Harvard University and University Press of America, 1985.
- Hexter, J.H. "Fernand Braudel and the Monde Braudellien" in Stuart Clark (ed.) "The Annales School. Critical Assessments" Routledge, London, 1999, p. 30-84.
- Hira, Anil "Should Economists Rule the World?" in *International Political Science Review* vol. 28, nr. 3, 2007, p. 325-360.
- Hodgson, Geoffrey. "How Economics Forgot History". Routledge, N.Y., 2001.
- Horden, Peregrine and Nicholas Purcell "The Corrupting Sea. A Study of Mediterranean History." Blackwell, Oxford, 2000.
- Inden, Ronald "Imagining India" Basil Blackwell, Oxford, 1990.
- Jacobs, Lila and José Cintrón and Cecil Canton (eds.) "The Politics of Survival in Academia" Rowman & Littlefield, Lanham, MD, 2002.
- Kalouche, Fouad and Eric Mielants "The Significance of Religious or Ethnic Movements in the 21<sup>st</sup> century World-System: from South Asia to the Low Countries" in Khaldoun Samman and Mazhar Al-Zoby (eds.), *Islam and the Modern Orientalist World-System*, Boulder, Colorado: Paradigm Press Publishers, 2008, p. 129-153
- Kardulias, Nick and Thomas D. Hall "Archaeology and world-systems analysis" in *World Archaeology* Vol. 40, nr. 4, 2008, p. 572-583.
- Kaviraj, Sudipta. "An Outline of a Revisionist Theory of Modernity." in *European Journal of Sociology* 46, no. 3, 2005, p. 497-526.
- Kennedy, Michael and Miguel Centeno "Internationalism and Global Transformations in American Sociology" in Craig Calhoun (ed.) "Sociology in America" The University of Chicago Press, Chicago, 2007, p. 666-712
- Kiernan, V.G. "Imperialism and Its Legacies" Routledge, NY, 1994
- Klein, Julie "Interdisciplinarity: History, Theory and Practice" Wayne State University Press, Detroit, MI, 1990.
- Knapp, Bernard A. (ed.) "Archeology, Annales and Ethnohistory" Cambridge University Press, Cambridge, 1992.
- Knöbl, Wolfgang "Theories That Won't Pass Away: The Never-Ending Story of Modernization Theory" in G. Delanty and E. Isin (eds.) *Handbook of Historical Sociology*. Sage, London, 2003, p. 96-107.
- Krahenbuhl, Gary "Building the Academic Deanship. Strategies for Success" Greenwood Press, Westport, CT, 2004.
- Krissman, F. "Sin Coyote Ni Patrón" in *International Migration Review* 39, (1), 2005, 4-44.
- Kupfersmid, Joel and Donald Wonderly "An Author's Guide to Publishing Better Articles in Better Journals in the Behavioral Sciences" Wiley Publishers, NJ, 1994
- Mbaku, John Mukum "Institutions and Development in Africa" Africa World Press, Trenton, NJ, 2004.
- McCormick, Michael "The Origins of the European Economy. Communications and Commerce AD 300 - 900" Cambridge University Press, Cambridge, 2001.

- Martin, William and Mark Beittel "Toward a Global Sociology? Evaluating Current Conceptions, Methods, and Practices" in *The Sociological Quarterly*, Vol. 39, Nr. 1, 1998, p. 139-161
- Martin, William (ed.) "Making Waves: Worldwide Social Movements 1750-2005" Paradigm Press, Boulder, CO, 2008
- Mielants, Eric "Mass Migration in the World-System: An Antisystemic Movement in the Long Run?" in Ana Margarita Cervantes-Rodriguez & Ramón Grosfoguel (eds.) "The Modern / Colonial / Capitalist World-System in the Twentieth Century: Global Processes, Antisystemic Movements, and the Geopolitics of Knowledge" Greenwood Press, Westport, CT, 2002, p.79-102.
- Mielants, Eric "Michael McCormick's Origins of the European Economy" in *Comparative Sociology*, Vol. 2, nr. 3, 2003, pp. 569-571.
- Mielants, Eric "The Long-term Historical Development of Racist Tendencies within the Political and Social Context of Belgium" in *International Journal of Comparative Sociology*, August 2006, Vol. 47, nr. 3-4, p. 313-334.
- Mielants, Eric "Immanuel Wallerstein" in *The International Encyclopedia of the Social Sciences*, 2<sup>nd</sup> ed., edited by William Darity Jr., Detroit: Macmillan/Thomson Gale, 2007, p. 9-11
- Mielants, Eric "The Origins of Capitalism and the Rise of the West" Temple University Press, Philadelphia, 2008.
- Mielants, Eric "From the Periphery to the Core. A Case Study on the Migration and Incorporation of Recent Immigrants in the Netherlands" in "Caribbean Migration to the US and Western Europe: Essays on Incorporation, Identity and Citizenship", co-edited by Ramón Grosfoguel, Margarita Cervantes-Rodriguez and Eric Mielants, Temple University Press, Philadelphia, 2009, p. 58-93
- Mignolo, Walter "Coloniality of Power and Subalternity" in Ileana Rodriguez (ed.) "The Latin American subaltern studies reader" Durham: Duke University Press, 2001, p. 424-444
- Mitterauer, Michael "Exceptionalism? European history in a global context" in *European Review*, vol. 14, nr. 2, 2006, p. 269-280.
- Morawska, Ewa "The Sociology and History of Immigration" in Michael Bommes & Ewa Morawska (co-eds.) "International Migration Research: Constructions, Omissions And The Promises Of Interdisciplinary Research in Migration and Ethnic Relations" Ashgate Publishing, Aldershot, 2005, p. 203-240.
- Nederveen Pieterse, Jan "Oriental globalization: past and present" in Gerard Delanty (ed.) "Europe and Asia Between East and West" Routledge, NY, 2006, p. 61-74.
- Nelson, Cary "Across the Great Divide" in *Academe. Bulletin of the American Association of University Professors*, vol. 94, nr. 5, Sept.-Oct. 2008, p. 11-15.
- Ohmae, Kenichi. 1990. *The Borderless World*. New York: Harper.
- O'Leary, Brendan. "The Asiatic Mode of Production". Basil Blackwell, Oxford, 1989.
- Pirenne, Henri "Belgian Democracy, Its Early History" [Translated by James Vallance Saunders 1915] W.W. Norton & Company, New York, 1971.
- Pollock, Sheldon. "India in the Vernacular Millennium." in *Daedalus* 127, no. 3, Summer 1998, p. 41-74.
- Preston, Paul "The Great Civil War. European Politics 1914-1945" in T. C. W. Blanning (ed.) "The Oxford history of modern Europe", Oxford University Press, Oxford, 2000, p. 153-186.
- Repko, Allen "Interdisciplinary Research: Process and Theory" Sage, London, 2008.
- Rhoten, Diana "Interdisciplinary Research: Trend or transition" in *Items and Issues*, 5 (1/2), 2004, p. 6-11.
- Robinson, William "A Theory of Global Capitalism" The Johns Hopkins University Press, Baltimore, MD, 2004.
- Rostow, W.W. 1960. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Sewell, William "The temporalities of capitalism" in *Socio-Economic Review*, 6, 2008, p. 517-537.
- Shaikh, Farzana "From Islamisation to Shariatisation" in *Third World Quarterly*, vol. 29, nr. 3, 2008, p. 593-609
- Smith, Joan and Immanuel Wallerstein (eds.) "Creating and Transforming Households" Cambridge University Press, 1992.
- Strain, Boyd "Publishing in Science" in A. Leigh Deneef & Craufurd Goodwin (eds.) "The Academic's Handbook" Duke University Press, Durham, NC, [Third Revised Edition], 2007, p. 306-314
- Street, Paul "Empire and Inequality: America and the World since 9/11", Paradigm Press, Boulder, CO, 2004.
- Sutcliffe, Bob. "Freedom to move in the age of globalization" in "Globalization and Progressive Economic Policy", co-edited by Dean Baker, Gerard Epstein and Robert Pollin, Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 325-336.
- Udehn, Lars "Methodological Individualism: Background, History and Meaning" Routledge, London, 2001.
- Van der Wee, Herman. "Economic History: its Past, Present and Future" in *European Review*, vol. 15, nr. 1, 2007, p. 33-45.
- Wallerstein, Immanuel and Joan Smith "Core-periphery and household structures" in Smith, Joan and Immanuel Wallerstein (eds.) "Creating and Transforming Households" Cambridge University Press, 1992, p. 253-262.
- Wallerstein, Immanuel "Historical Capitalism with Capitalist Civilization" Verso, New York, 1995a.
- Wallerstein, Immanuel "Hold the Tiller Firm: On Method and the Unit of Analysis," in S.K. Sanderson, ed. "Civilizations and World Systems: Studying World-Historical Change" Altamira, Walnut Creek, CA, 1995b, p. 239-247.
- Wallerstein, Immanuel "The End of the World as We Know It" Minnesota University Press, Minneapolis, 1999.
- Wallerstein, Immanuel "The Uncertainties of Knowledge" Temple University Press, Philadelphia, 2004.
- Whitten, Norman "The *Longue Durée* of Racial Fixity and the Transformative Conjunctions of Racial Blending" in *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Vol. 12, nr. 2, Nov. 2007, p. 356-383.
- Williamson, John. 1990. (ed.) *Latin American Adjustment: How Much has Happened?* Washington, D.C.: Institute for International Economics.
- Wimmer Andreas and Nina Glick-Schiller "Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences" in *Global Networks. A Journal of Transnational Affairs*, 2, (4), 2002, p. 301-334.
- Wimmer Andreas and Nina Glick-Schiller. "Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology." in *International Migration Review* Vol. 37, Nr. 7, 2003, 576-610.
- Winant, Howard "The Dark Side of the Force: One Hundred Years of the Sociology of Race" in Craig Calhoun (ed.) "Sociology in America" The University of Chicago Press, Chicago, 2007, p. 535-571

# The soybean agro-food system in Brazil: from catching-up to technological leadership

Ana Célia Castro\*

**Abstract:** Catching-up is deemed to be the technological parity or equivalence to international “state-of-the-art” standards. It is a process that tends to occur in a concentrated manner within a determined time span, and is accompanied by high economic growth rates, with an increase in productivity and international competitiveness for both sectors and firms.

This article intends to approach the move from catching-up to technological leadership in the Brazilian soybean sector. Section one describes the soybean complex and its relevance to the Brazilian economy. Section two presents a brief overview of the catching-up process and institutional driving factors that have lead soybean complex to a technological leadership position. Sections three and four conclude the initial proposition by stating two different research agendas: (i) the lessons, perspectives and challenges to the Brazilian soybean complex, and (ii) an alternative approach to the role of the Agro-Food sector in catching-up processes.

This paper argues that the Brazilian soybean industry experienced a catching-up process until the end of the 1980s and now, from the last decade of the twentieth century up to today, it occupies a leadership position in the technological frontier

of international soybean production. The article considers, as the main factors explaining this performance, the existence of outstanding research institutions, a strong knowledge base, co-evolution of firms and other actors, relevant networks, and the new consumer demands. It is also considered the role of the partial migration of the soybean production from the very South of the country to the Centre-West, where the change of the environment came together with social institutions transformation. The development of these ideas is the purpose of this article.

## Keywords

### Introduction

Brazil is the largest Latin-America country, the fifth largest in the world, covers 8,5 millions of km<sup>2</sup> and has a population of 170 million (2000 census), only 18,8% in rural areas.<sup>1</sup> Today the estimated population is 190 million and the estimated rural population is even less. Brazilian agribusiness is considered a leading industrial complex of the economy, being responsible for 30% of GDP, 37% of employment and around 40% of the total exports.<sup>2</sup>

Since the middle of the 1990s, the Brazilian agro-food system could be characterized by the enhanced capacity for the increasing international competition.

This article intends to approach the move of the soybean sector from catching-up to technological

\* Professor at the Centre for Law and Economic Sciences, Federal University of Rio de Janeiro - CCJE/UFRJ. Director of the Graduate Program in Public Policies, Strategies and Development, at the Institute of Economics, Federal University of Rio de Janeiro (PPED/IE/UFRJ). Vice-coordinator of the Institute for Science and Technology in Public Policies, Strategies and Development. Minds Director (Multi-disciplinary Interinstitutional Network on Development and Strategies).



leadership. Section 2 describes the soybean complex and its relevance to the Brazilian Economy. Section 3 presents a brief overview of the catching-up process and institutional driving factors that have led Soybean complex to a technological leadership position. Sections 4 concludes by stating Brazilian perspectives towards opportunities and challenges of the New Millennium.

### **The soybean complex and its relevance to the Brazilian economy**

The relevance of the soybean agro-industrial complex to the Brazilian economy rests on the fact that this sector is related to many of processed foods; it enjoys a number of markets. The most important market of soybeans has been the production and export of raw beans to the emerging international consumers in the recent decades. Also important are the production of soybean oil (brut and refined) and its by-products, and the production of animal feed. All these relate to agro-industrial meet chains. To be able to complement the grain-bran-oil and grain-meal-meat sequences, soybeans enabled the industry to provide more diverse and sophisticated foods, spreading along different food chains,<sup>3</sup> which leads the industry not only more competitive but also attending to increasingly new consumer demands (for example, functional foods and organic food in contrast to traditional foods).

Many factors contributed to the presence of so many different agro-industrial chains by the Brazilian soybean complex. From the demand side, there are huge demands for commercial provision of fat and oil and protein, directly from soybeans and indirectly from meat, dairy products, eggs, and for substitutes for traditional sources such as with vegetable-sourced oil and protein for animal-sourced.

From the supply side, effective production is determinate. Brazil has achieved technical progress in the improvement in seed variety with good protein and oil contents, the reduction of toxicity, high cost/profits in production, and the industrial utilization of vegetable oils. These achievements have been gained under relevant economic policies and supported by science and technology infrastructure and transportation and other physical infrastruc-

ture. The strategic vision and management of leading agro-business conglomerates have been very central. Many of them operate with great diversification. The fact that the biggest firms integrate both chains – oil and meats – might explain the synergy that they created the capacity in multiplying added value from attending the many potential intermediate and final products. Leading firms also have been increasingly the home of R&D and international marketing, a number of them become not only the leaders in Brazil, but also worldwide. They should also be concerned with the systemic influence in the reduction of production costs, and in the transportation, communication and logistics efficiency.

In 2008, the Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, from the Ministry of Agriculture) forecasted a harvest of 142.4 million tons of grains, 8.1 % higher than the previous year. The rapid growth of the sector has continued for thirty years, as a result, the output of the sector increased by approximately 170%. Of the five principal grain crops (soybeans, corn, rice, beans and wheat), soybeans and corn are the major contributors for the performance, while rice and beans remained relatively stable during the period. In 2008, Brazil produced 117.3 million tons of soybeans and corn, or 82.4% of the total national grain production. Soybeans and corn together have contributed 70.1% of the growth in this year; they not only had been the major contributors in the past thirty years, and according to forecast the two key grains will be very important in the coming years. Figure 2.4.1 shows the soybean production in current years and the production forecasted for the coming ten years up to 2020.

The increase of planted area, 2.1% in 2008 which was higher than the previous year, was not the main factor for the increase. Brazil has a grain cultivated area of 47.17 million ha in 2008 (almost 80% is in the Centre-South of the country and only 3.5% in the North Region, which includes the legal Amazon). Productivity growth has been the main reason for the remarkable performance, and this should be attributed to the investments in knowledge creation and diffusion, the development of infrastructure and institutional creation. Figure 2.4.2 shows the evolution of the principal grains cultivated in Brazil.

Figure 1 - Soybean production

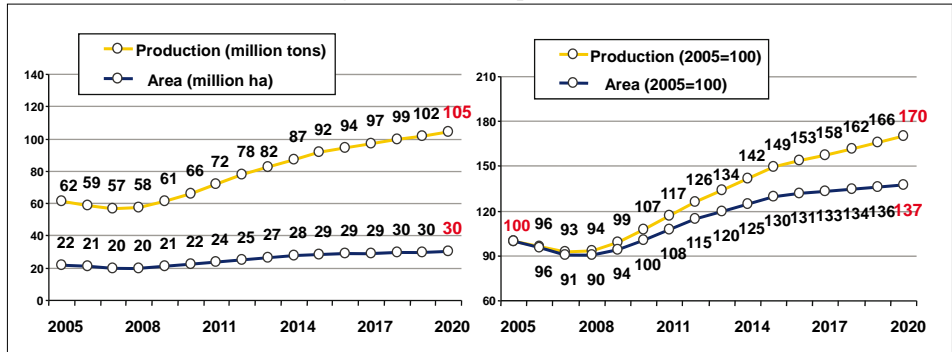


Fig. 1 Soybean production. In 2020, Brazil will produce around 105 million tons of soybeans, in 8 million ha. 70% of production growth will require only 37% of additional area, due to 1,5% per year growth in productivity.

Growth in agricultural exports of Brazil is remarkable. Between 2000 and 2005, agro-food exports grew 131%. Soybeans complex explains 22% of the total exports in 2005 and meat, 19%. Meat exports grew 319% between these years. Considering that Corn and soybeans are used as basic feedstock for chicken and pork, the increase in soybean production, as well as corn, also explains the competitiveness of Brazilian meat exports.

#### A brief overview of the catching-up process and institutional driving factors

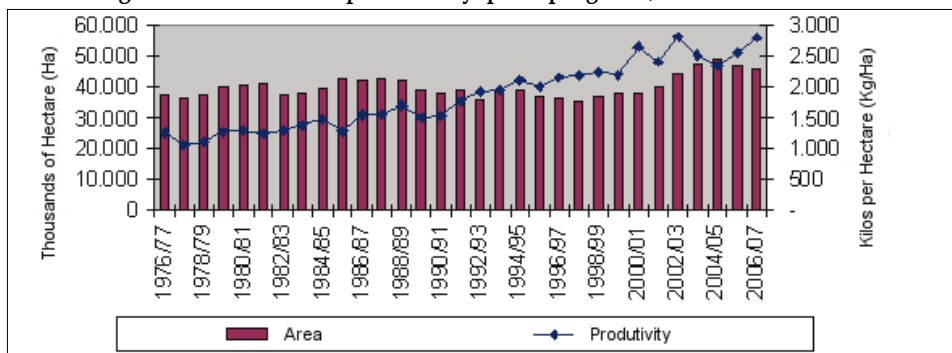
The Brazilian agrofood catch-up could be divided into two phases.

The first phase – from the late 1940s to the 1970s – could be characterized, on one side, by the insti-

tutional setting – research, technical assistance and extension services, credit system – and on the other side, by the introduction of the material base for agricultural modernization – transport and commercial infrastructure, seed companies, machine and tools sector, fertilizers and agrochemicals.<sup>4</sup>

The Brazil-United States Mixed Technical Commission (the Abbink Mission) played a role in catalysing the development in policy and institutional setting, from the end of 1940s to the mid 1950s. These developments include the creation of the BNDES (National Bank for Economic and Social Development) in 1952, and the Targets Plan (Plano de Metas) which was proposed in order to reach results in targeted areas, and, especially, the development of a transport and communication infrastructure during

Figure 2 - Area and land productivity (principal grains, 1976/77 to 2006/07)



**Table 1: Agro-food exports (2000 to 2005, US\$). Source: Secex/MDIC - DPI/SRI/MAPA.**

|                          | 2000           | Part. % | 2005           | Part.% | Var. % |
|--------------------------|----------------|---------|----------------|--------|--------|
| Soybeans complex         | 4.197.418.679  | 22,2    | 9.476.727.127  | 21,7   | 125,8  |
| Meat                     | 1.957.786.471  | 10,3    | 8.195.734.182  | 18,8   | 318,6  |
| Forestry products        | 3.801.128.549  | 20,1    | 7.198.474.486  | 16,5   | 89,4   |
| Sugar-Alcohol Complex    | 1.246.783.680  | 6,6     | 4.707.715.160  | 10,8   | 277,6  |
| Leather and sub-products | 1.399.006.337  | 7,4     | 3.058.422.245  | 7,0    | 118,6  |
| Coffee                   | 1.784.140.234  | 9,4     | 2.928.564.269  | 6,7    | 64,1   |
| Tobacco                  | 841.473.613    | 4,4     | 1.706.520.228  | 3,9    | 102,8  |
| Fibbers and Textiles     | 867.714.738    | 4,6     | 1.593.004.655  | 3,6    | 83,6   |
| Orange Complex           | 1.066.362.713  | 5,6     | 1.176.959.813  | 2,7    | 10,4   |
| Fruits and Nuts          | 329.297.292    | 1,7     | 752.422.533    | 1,7    | 128,5  |
| Others                   | 1.424.801.116  | 7,5     | 2.852.041.886  | 6,5    | 100,2  |
| Total                    | 18.915.913.422 | 100,0   | 43.646.586.584 | 100,0  | 130,7  |

the government of President Juscelino Kubitschek (1956-1961). Some key industrial sectors were developed in that period, for example, machinery, fertilizers and agro-chemicals, which are either necessary tools or basic inputs for the modernization of the agribusiness system.

The policies and institutions articulated or created in the beginning of the 1950s were made directly in response to the need of agricultural development—when the agro-food sector was still very backward, it was a sector in which family farms' subsistence agriculture was predominant. These initiatives had a triple structure. One part concerns public agronomical research within the DNPEA family (National Department of Agriculture and Livestock Research), some of the institutes were old ones, which had already been existing since the 19th Century such as the Instituto Agronômico de Campinas (coffee, corn, cotton) and the Instituto Biológico de Campinas, or the early 20th century, such as the Instituto Agronômico do Paraná (mainly cotton) and the Instituto Agronômico de Pernambuco (sugar cane). The second part was the ACAR system for technical assistance and rural extension system, created in the 1950s. And the third part was related to the modernization of farmer credit services, provided by the Carteira Rural do Banco do Brasil, which was established earlier in the 1930s.<sup>5</sup>

International exchange programs, created in that time, were also important for academic and managerial capability building. An early result was the success in hybrid corn in Brazil.<sup>6</sup> The programs established international networks for academic and entrepreneurial relationships. International exchanges have been continued well up to the present time; the capability building at the EMBRAPA (Brazilian Enterprise for Agricultural Research) has been benefiting from the exchange; and many academic and corporate leaders had their training or study abroad based on the programs.<sup>7</sup>

The second phase of catching-up took place since the 1970s. Soybeans were a representative of the agro-food sector, which boomed together with the rapid growth and transformation of the Brazilian economy, and which was supported by the strengthening of agricultural public research; EMBRAPA as just mentioned (established in 1973), was the foundation. The booming had links with the then economic conditions and policies taken by the Brazilian government: The establishment of EMBRAPA, and the emphasis on agriculture among other industries, was part of the Second National Development Plan (II PND), as a strategic response to the petroleum crisis. The formulation of a science and technology project for the agro-food system within the National Economic Development Plans,

was backed by the creation of the EMBRAPA,<sup>8</sup> at the eve of the II PND; furthermore, with the establishment of EMBRAPA, interaction between public research institutes (EMBRAPA, Institutes, Universities) and research institutions from the private sector, both agricultural and agro-industrial, as well as the part played by research funding institutions – namely, the FINEP (Research and Projects Financing), began intensified.

Social relations including the involvement of local people were important in accompanying the acquisition and dissemination of technology and with the changes of the production structure in the period. In the case of soybeans, for instance, the introduction of soil correction technology which uses calcareous to adjust the soil to be suitable for soybeans, was initially tested and implemented in the State of Rio Grande do Sul, at the very South of the country, it was an event at the beginning of the 1960s. The initial success led the spread of soybeans in the Cerrados, centre-west of Brazil, in the following decade. The Federal University of Rio Grande do Sul and the University of Wisconsin worked together, made viable the soil analysis and its “correction”. The rural credit by Banco do Brasil offered the needed resource to for the initial implementation and afterwards the completion of the transferring towards new production territory.<sup>9</sup>

More than the changes in knowledge base and yield, the soybean boom in the 1970s caused an agrarian redistribution that enabled small and medium producers in the south of Brazil, mainly by allowing the production of both wheat and soybeans in the same agricultural year. The knowledge base was transformed by the introduction of a biannual crop system, with good results in terms of productivity and profitability. The consequences were not only in terms of the necessary introduction of the modernized production system, but mainly in that it made viable the small farm agriculture in the South; and it moved further towards the Centre-West (mainly in the 1980s), where the cheap land and the vast terrain made possible the large scale production of soybeans, corn, cotton and cattle. This movement had redefined in depth the space configuration of the Brazilian agro-food system.

Together with approaching to the level of the US

and Argentina in terms of efficiency, the agricultural boundaries in Brazil shifted to the mid-west and the mid-north,<sup>10</sup> which dramatically increased Brazilian production potential.<sup>11</sup> This led to finding solutions to the technological problems brought about by the expansion of these frontiers, in order to made production cheaper. This gave a pressure on the build-up of an, as yet inexistent, transport network, based in different modes of transportation (roads, railroads and ferryboats) that did reduce costs further. Above all, researches on soybeans in Brazil has since the beginning stressed the technologies for biological nitrogen fixing in the soil. This technological trajectory requires less use of fertilizers, facilitated and sustained expansion of soybeans production.<sup>12</sup> Since the 1990s, the Brazilian soybean complex have taken a leadership in international markets based on its ability in maintaining at the technological frontier.

### **Brazilian perspectives towards opportunities and challenges of the new millennium**

The Brazilian agro-food system is an example illustrating that catching-up in the sector can be very successful. This is proved through its performance during the entire period in terms of growth rates, competitive position (measured by increase participation) in the global markets, labour productivity and land yield, prices and product diversification. The greatly rich resources of Brazil provide enormous potential for Brazil for the coming years of the New Millennium. The technological transformation of the Brazilian agro-food system in general and the soybean agribusiness in particular, has brought the country with a leading position both in biotech and information technologies. Together with the uniquely rich natural resources this might enable the country prosperous in the New millennium.

What are the Brazilian perspectives in relation to the agro-food sector, to the opportunities and challenges opened at the beginning of the New Millennium? A tentative answer points to the following considerations.

1. The resources available: in term of land availability, Brazil possesses 50 millions of cultivated ha, additionally it has the potential of 400 million ha, and 90 millions of free land applicable for the production of food and agricultural raw materials).<sup>13</sup>

Brazil has qualified technical personnel trained from the Universities, who wants to live in the country side.<sup>14</sup> Labour supply is in decline, which is in favour of income improvement from the engagement in agriculture. Brazil also developed reasonably good credit and monetary system.

2. The demand for food from the international market: international demands are very strong for agricultural and livestock products. Demands are especially strong from the emergent markets like China and India. China and India have contributed to the lion's size in the increase in soybean sales in the past, and according to estimation the two countries will continue to be the major buyers of soybeans in the coming years. Worldwide growing urbanization and the aging of the population will entail strong demands as well for agro-food especially meat products.<sup>15</sup> Increasingly consumers' concern about organic and functional foods creates new niches that would push technological frontiers further.

3. The demand for bio-fuels: This demand is strong especially in the growing market of ethanol.

4. Competitive firms: Brazilian agribusiness enterprises are already well established in the global market.<sup>16</sup>

5. The needed institutions: They have been built in the two previous catching up phases. Well established actors with commonly shared beliefs, such as in sustainability, export leadership, production cost reduction (including competitive use of land for different crops, as sugar cane and bio-diesel raw materials). Other institutions include grade and standards regulation, and WTO rules.

6. The existence of a solid knowledge base: The well functioning of EMBRAPA and other Institutes,<sup>17</sup> universities, and a network of research teams including the private sector foundations, such as the Fundação Mato Grosso, in the State of Mato Grosso, and COPERSUCAR, Cooperativa dos Produtores de Açúcar, in São Paulo, and UNICA, are good examples. A huge number of networks in public agro-food research has been established, which can be shown in the number of research groups registered in CNPq, the data base of National Research Council.

The creativeness of the knowledge base is demonstrated in the achievements in the areas: mo-

lecular male sterility, "apomixia" for the hybrid strength in traditional crops; biotic and no biotic resistances; high nutritional value (vitamins, amino acids, oils and iron); more efficient plants in the capacity for absorption soil nutrients which reduces fertilizer utilization; plants and animals as bio reactors for the production of new bio molecules; transgenic animals with resistance to common diseases; vaccines and other genetic recombinant inputs for farming; and new trend for bio energy.

7. New institutions for IPR: Cultivars are under protection.<sup>18</sup> The new cultivars represent a more open and diversified market, which explains the fastest growth of Brazilian soybeans production and land yield.

8. The renewal of the Brazilian Innovation System with a new set of policies: A number of policies and new actions recently developed aiming at the renewal of the Brazilian innovation system: the Industrial and Technology Policy; the Innovation Policy; the Biotechnology Program; the innovation incentives and financial support at BNDES; the strengthening of the Fundos Setoriais (Sector Funds) at FINEP; the new incentives and policies at the INPI (Brazilian Patent Office), that implies capacity building in regulation for intellectual property rights with special concerns on development and catching-up.

## Acknowledgment

Ana Castro wishes to thank Dr. Monica Desiderio (PPED/IE/UFRJ; INCT in Innovation in Neglected Diseases and INCT-PPED) for the inestimable help in the development of this Brazilian soybean sector case.

## NOTES

<sup>1</sup> FIBGE, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>2</sup> See Rodrigues, R. in Reis Velloso, J.P., *O Desafio da China e da Índia. A Resposta do Brasil (2005)*, José Olympio Editor.

<sup>3</sup> "Soybeans are the primary ingredient in many processed foods, including dairy product substitutes (e.g., margarine, soy ice cream, soy milk, soy yogurt, soy cheese and soy cream cheese), as well as soybean oil, tofu, veggie burgers, soy-nut butter, soy crisps, among others. Soybeans are processed to produce a texture and appearance similar to other foods (e.g. butter, ice cream, milk, yogurt, cheese, lard, olive oil, ground beef, peanut butter, potato chips, etc.) and are readily available in most supermarkets. Soy milk does not contain significant amounts of calcium, since the high calcium content of soybeans is bound to the insoluble constituents and remains in the pulp. Many manufacturers of soy milk now sell calcium-enriched products as well. Soy products also are used to extend meat and poultry products in food service, retail and institutional (primarily school

lunch and correctional) channels. Extension can result in diminished or off flavors, but fat and cholesterol, as well as cost, are reduced. Vitamin and mineral fortification can be used to make soy equivalent to the animal protein source; the protein quality is already roughly equivalent. Soybeans are also used in industrial products including oils, soap, cosmetics, resins, plastics, inks, crayons, solvents and clothing. Soybean oil is the primary source of biodiesel in the United States, accounting for 80% of domestic biodiesel production. Today, very high quality textile fibers are made commercially from "okara" (soy pulp), a byproduct of tofu production. Soybean meal is a byproduct of milling soybeans and used in lower end of the meal industry.<sup>4</sup>

Finally, it is claimed that soybeans contain isoflavones and omega-3 fatty acids, helping to reduce cholesterol and the risk of breast cancer in women. (Source: Wikipedia)

<sup>4</sup> The "Green Revolution" depends on the introduction of the new seeds and plants, necessarily adapted to the environmental conditions of the tropical and sub tropical agriculture. The corn seeds coming from the USA couldn't be grown in Brazil, because of the higher incidence of the sun, unless it is adapted to local conditions. In short, the pre-condition was the existence of a research background.

<sup>5</sup> Castro, A.C. (1984). See also Castro, A.C. in *Pensamiento Ibero Americano, Revista de Economía Política*, (1985), p. 171-212.

<sup>6</sup> The introduction of hybrid corn in Brazil was possible after an exchange program abroad, when Antonio Secundino de São José, at the time teaching at the University of Viçosa, Minas Gerais, went to Purdue University and brought to Brazil some Mexican maize strains, that gave birth of the first commercial crops of the Sementes Agroceres S.A., the enterprise founded in association with Rockefeller and a group of University geneticists, in 1945. See Castro, A.C. (1988)

<sup>7</sup> The successful cases of agribusiness enterprises include the leading hybrid corn producer Agroceres (founded in 1945), the known Sadia enterprise, a leader in Brazil and the world in chilled and frozen foodmeat, and Aracruz Celulose (founded in the 1960s), the world's largest exporter of short fibre cellulose. For the case studies see Castro, A.C. (1988); Gertner, D., May, P., Castro, A.C., Vinha, V. and Leme, C. (1997); Castro, A.C. in Teixeira da Silva, F. C.; Santos, R. e Costa, L.F.C. - *Mundo Rural e Política, Ensaios Interdisciplinares*, (1997), pgs. 177-208; and Castro, A.C. - in Costa, L.F., Moreira, R.J.; Bruno, R., Orgs. *Mundo Rural e Tempo Presente*. (1999).

<sup>8</sup> The foundation of Embrapa in 1973 gave unprecedented impulse to the national agriculture and livestock research system, which had in that time already composed a number of research institutes including such as the Instituto Agronômico de Campinas (Campinas Institute of Agronomics) established in the end of the 19th century, the IAPAR (Paraná) in the 1930s, the Agronômico de Pernambuco (Pernambuco Agronomic). There was also the IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool - Sugar and Alcohol Institute) as part of the DNPEA (Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (National Agriculture and Livestock Research Department).

<sup>9</sup> The correction of the soil was a local government program, known as Operação Tatu, with the participation of the University of Wisconsin through Professor John Murdock. Soja 80 Anos de Produção 1924-2004 (Soybeans 80 Years of Production 1924-2004). Edição comemorativa aos 80 Anos de produção de Soja em Santa Rosa, RS, promovida pela 15a Fenasoja.

<sup>10</sup> See Castro, A.C. and Fonseca, M.G.D., in *Revista de Economia Política*, (Jan.-Mar. de 1994), p. 63-84.

<sup>11</sup> Castro, A.C. (1995).

<sup>12</sup> The biological nitrogen fixing in the soil is still an important area of the biotechnological research. The EMBRAPA Soybeans, had founded an alternative to increase the biological nitrogen fixing in the soy production, by the utilization of the soybean seed enriched with molybdenum. The new technology will introduce the element in the process of seed production, avoiding.

<sup>13</sup> See Rodrigues, R. in Reis Velloso, op. cit.

<sup>14</sup> In Brazil the number of undergraduate courses related to agribusiness increased from 3 in 2000, to 100 in 2005 (Gepai/UFSscar) in *Anuário Exame, Agronegócio 2006/2007*.

<sup>15</sup> Contini, E.; Gasques, J.G.; Leonardi, R.B.A.; Bastos, E.T., in *Revista de Política Agrícola, EMBRAPA*, (Jan/Fev/Mar 2006). References: FAPRI, FAO, IFPRI, OCDE, USDA, IBGE.

<sup>16</sup> They are for example Cargill, Bunge, Sadia, ADM do Brasil (Archer Daniel Merchants), Louis Dreyfus Commodities, Aracruz Celulose, Klabin, Perdigão, several cooperatives as Itambé, Coama, Cocamar, in the seed industry, Syngenta, Monsanto, Pfizer, Agroceres.

<sup>17</sup> Good examples are the Institute for Technological Research - IPT, the Institute of Metrology - INMETRO, the National Institute for Technology - INT, besides other private Foundations, organized by large agribusiness companies. See, Zackiewicz, M.; Bonacelli, M.B.M.; Salles-Filho, S. L. M. - in *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 1, p. 115-121, (2005).

<sup>18</sup> Lei Brasileira de Cultivares (Lei de Proteção de Cultivares n. 9.456/97 -- Decreto n. 2366/97 -- Regimento Interno do SNP -- Portaria n. 503/97)

## References

Abramovitz M., 1986. Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind. *Journal of Economic History* 46 (2).

*Anuário Exame*, 2006/2007. Agronegócio.

Baumol J, Nelson R.R., and Wolf E (eds.), 1994. *Convergence of Productivity*. Oxford: Oxford University Press.

Castro, A.B., 1993. *Renegade Development: Rise and Demise of State-led Development in Brazil*. In: Smith, W. et al (eds.). Miami: Transaction Publishers.

Castro A.B. and Proença A., 2001. Novas Estratégias Industriais; sobriedade ou inflexão? In: Velloso, J. P. R., (ed.). *Como vão o Desenvolvimento e Democracia no Brasil?* Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Castro A.B., 2003. El segundo Catch-up Brasileiro: Características y Limitaciones. *Revista de la Cepal* 90.

Castro A.C., 1985. A Industrialização Incompleta da Agricultura Brasileira: A Questão da Heterogeneidade Tecnológica. *Pensamiento Ibero Americano, Revista de Economía Política* 8: 171-212.

\_\_\_\_\_, 1988. *Crescimento da Firma e Diversificação Produtiva: o caso Agroceres*. Doctoral thesis, IE/UNICAMP.

\_\_\_\_\_, 1995. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. O Caso da Indústria de Óleos Vegetais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_, 1997. Agribusiness brasileiro e o papel do sistema de transportes intermodal. In: Teixeira da Silva, F.C.; Santos R and Costa L.F.C. (eds.). *Mundo Rural e Política, Ensaios Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus/ Pronex: 177-208.

\_\_\_\_\_, 1999. O Plano Brasil em Ação e as Oportunidades de Investimento para as Empresas Agroalimentares. In: Costa, L.F., Moreira R.J., Bruno, R. (eds.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Editora Mauad.

\_\_\_\_\_, 2005. The Catching-up of Brazil's Agro-food System: Globalization, International Relations and Development. Mimeo. Proposal presented in the Catch-up Workshop. New York: The Earth Institute, Columbia University.

Castro A.C. and Fonseca M.G.D., 1994. O Potencial do Agribusiness na Fronteira. *Revista de Economia Política* 14 (1): 64-84.

Contini E., Gasques J.G., Leonard R.B.A., and Bastos E.T., 2006. Projeções do agronegócio no Brasil e no Mundo. *Revista de Política Agrícola, EMBRAPA* 15 (1).

FENASOJA, *Soja 80 Anos de Produção 1924-2004*. Edição comemorativa aos 80 anos de produção de Soja em Santa Rosa, RS, 15a Fenasoja.

Gerschenkron A., 1960. The Early Phases of Industrialization in Russia and Their Relationship to the Historical Study of Economic Growth. In: Conference on the Economics of the Take-Off into Sustained Growth. Konstanz.

Gertner D., May P., Castro A.C., Vinha V., and Leme C., 1997. Case study of Aracruz Celulose communication plan. In: Ward S et al (eds.). *Sustainable Enterprise in Latin America*. Washington, D.C.: Management Institute for Business and Environment (MEB).

Hikino T. and Amsend A., 1994. Staying Behind, Stumbling Back, Sneaking Up, Soaring Ahead: Late Industrialization in Historical Perspective. In: Baumol J, Nelson R.R. and Wolf E. (eds.). *Convergence of Productivity*. Oxford: Oxford University Press.

Nelson R.R. and Winter S.G., 1982. *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge: Harvard University Press.

Nelson R.R., Mazzoleni R., Cantwell J., Bell M., Hobday M., Von Tunzelmann N., Metcalfe S., Henry C., Odagiri H., 2006. *Catching up Project*, mimeo, 2006.

Rodrigues R., 2005. Perspectivas do Agronegócio. In Reis Velloso J.P. (ed.). *O Desafio da China e da Índia. A Resposta do Brasil*. Forum Nacional: José Olympio Editora.

Zackiewicz M., Bonacelli M.B.M. and Salles-Filho S, 2006. *São Paulo em Perspectiva* 19 (1): 115-121.

# Uma alternativa crítica à matriz smithiana da ordem liberal: as perspectivas de Steuart e Marx

Maria Malta\*  
Angela Ganem\*\*

## 1. Introdução

O objetivo do trabalho é discutir, na história do pensamento econômico, as bases para a formação de uma leitura heterodoxa sobre a ordem econômica e social. Usando como contraponto a formulação liberal de Adam Smith, apresentaremos os autores Steuart e Marx como os componentes da matriz heterodoxa dos séculos XVIII e XIX. Esta matriz carrega consigo a concepção de uma ordem econômica e social que rompe com o espontaneísmo smithiano e reconhece a importância do Estado e os limites do indivíduo.

\* Professora Adjunta do Instituto de Economia da UFRJ e coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA).

\*\* Professora Visitante do Instituto de Economia da UFRJ e professora aposentada da UFF.

Marx e Steuart, nossos autores escolhidos para o desenvolvimento deste argumento, possuem influência política quase antagônica, porém são capazes de formular um conceito de ordem social e econômica que nega o naturalismo da ordem liberal. Trabalha-se, então, as noções de indivíduo e ordem nestes autores, ambos conceitos institucional e historicamente constituídos. A partir de elementos de escolha social fundamentalmente não naturais é explicada a preocupação com o processo de desenvolvimento econômico e social nesta matriz de pensamento.

É interessante notar que o caminho teórico que explora o indivíduo como a origem da explicação da economia e da ordem social, trilhado por grande parte da filosofia moral dos séculos XV a XVIII deu origem a duas formas diferentes de pensar o

funcionamento da economia e a determinação da ordem social. De um lado encontramos a solução smithiana do mercado, a matriz teórica do liberalismo, relida, apropriada e matematizada pelos marginalistas, um século após. Estes incorporam a razão maximizadora como explicação para o comportamento do indivíduo e substituem o bem-estar de Smith pelo equilíbrio geral walrasiano para explicar a ordem social e econômica emanada do mercado. Por outro lado, Steuart propõe uma solução teórica que pode ser pensada como parte de um caminho que se abre para uma perspectiva mais heterodoxa<sup>1</sup> que compreende que a ação do indivíduo, além de limitada, está mediada pelas instituições, pelas leis e pelo Estado na determinação do funcionamento da economia e da sociedade. Tal caminho só seria retomado e revolucionado por Marx, que, mesmo reconhecendo a categoria indivíduo, concebe a ordem no capitalismo como o resultado de um processo histórico embasado em instituições socialmente constituídas.

No primeiro movimento do texto trataremos, de um ponto de vista crítico-filosófico, da explicação da ordem social do mercado em Smith, tendo em vista não apenas sua importância como referência para o entendimento da ordem liberal, como o papel que suas ideias desempenharam na história do pensamento e na história das ideias. Nesse sentido, apresentaremos, ainda que de forma sucinta, algumas polêmicas em torno de sua obra, do conceito de mão invisível e da questão sobre a explicação espontânea para a ordem do mercado, especificamente no que tange à necessidade ou não para a sua validação de componentes extraeconômicos, em especial da moral.

O segundo movimento trata da concepção steuartiana de ordem, que considera o indivíduo e seu autointeresse como seus motores, porém indica que a direção de todo o percurso que determina a ordem, econômica e social depende da mediação do Estado e das leis, sem os quais não haveria por que existir qualquer ordem harmônica.

Finalmente, o terceiro movimento do texto trata do radicalismo da concepção de ordem em Marx.

A ordem histórica marxista tem forte relação com a noção steuartiana, que se contrapõe de forma radical à ordem espontânea e natural proposta pela leitura do mercado liberal. Porém, ao invés de considerar que a ordem possível é apenas aquela capitalista e guiada pelo Estado, como fez Steuart, propõe a possibilidade de obtenção de várias ordens sociais diferentes com base em interações histórico-sociais distintas.

O trabalho conclui no sentido de destacar a existência de uma matriz heterodoxa que nasce em Steuart e é recuperada em Marx, e que, ao romper com o naturalismo e o espontaneísmo da ordem liberal de Smith, se apresenta como uma fonte alternativa de reflexão para a compreensão do mercado nas sociedades capitalistas.

## 2. A ordem social em Smith

Entendemos a solução smithiana da ordem social liberal como a palavra final da modernidade na explicação da lógica dos fenômenos coletivos segundo uma *démarche* individual. Isso significa uma dupla injunção: entender a solução da ordem espontânea do mercado como superior à solução do contrato e reivindicar para o campo da economia a responsabilidade de fornecer uma resposta para o pensamento filosófico/científico dos modernos (Dumont,1977; Rosanvallon,1979; Dupuy,1992 b).

Adam Smith (1723-1790), considerado uma das grandes figuras da modernidade e pai da economia política, apresenta uma solução para a explicação da ordem social que se traduziu para a história das ideias como a matriz da ordem liberal. Sua solução de uma ordem que emerge do mercado substitui a noção de contrato e desloca as disciplinas irmãs da explicação de uma lógica para os fenômenos coletivos: “foi pensando a sociedade como mercado que Adam Smith revolucionou o mundo” (Rosanvallon,1979). Só é possível entender a força da sua solução frente à solução dos filósofos contratualistas (Hobbes, Rousseau e Locke) se o considerarmos entre os grandes pensadores da modernidade, entre aqueles que aceitaram um de



seus maiores desafios teóricos, qual seja: explicar a emergência e a regulação da ordem recorrendo única e exclusivamente à imponderável e complexa ação dos indivíduos. Tratava-se de fornecer uma explicação para a lógica dos fenômenos coletivos segundo uma “*démarche*” individual, dispensando definitivamente a explicação divina. Os interesses dos indivíduos, exercício puro de sua liberdade de escolha, em vez de se chocarem induzindo à guerra hobbesiana ou à paz instável lockiana, são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo. Essa ordem espontânea – que é o mercado – é um mecanismo natural que age livremente e engendra também naturalmente o bem-estar e a riqueza. O ponto de partida desta solução de uma ordem espontânea, que é ao mesmo tempo produtora de justiça e de riqueza, é a ação de indivíduos interessados no puro exercício de sua liberdade individual de escolha. Adam Smith fará correções no desejo básico do homem, transmutando-o do desejo de glória fratricida de Hobbes para o desejo do homem de melhorar a sua própria condição expresso no desejo de ganho, uma paixão universal herdada de Hume que assenta a fonte da sociabilidade desta ordem social na troca e no desejo imperioso de acumular dinheiro em vez de poder político.

Entretanto, esta solução de uma ordem social espontânea só se viabiliza tendo em vista o diálogo interdiscursivo que foi travado no quadro da história das ideias, sobretudo na filosofia moral anglo-saxônica dos séculos XVI e XVII. A sua solução do mercado tem como precondição o direito liberal, que garante o direito à vida, à liberdade e à propriedade (tomados de Hobbes e Locke). Esta ordem social se assenta no seu fundamento último: o indivíduo e suas paixões mobilizadoras que não mais estariam mobilizadas pelo desejo de poder e glória (Hobbes, Montesquieu), mas transmudadas na paixão de ganhar dinheiro, de acumular infinitamente, de comprar toda a sorte de mercadorias, sedimentando o interesse privado para uma busca constante do homem em melhorar a sua pró-

pria condição (Hume). Esta paixão calma, estável e universal, no sentido de ser comum a todos os homens, estaria livre das ideias de vício e de pecado (Mandeville) e teria como grande aliada a razão expressa na previsibilidade e na prudência. No segundo plano, teríamos um operador, a mão invisível, que, substituindo o legislador, permitiria que a busca desses interesses não resultasse na guerra (Hobbes), mas na paz, expressão do interesse coletivo realizado. O mercado, como fator de integração social, atinge todos os planos e, superando o comércio entre nações (Montesquieu), se traduziria no próprio mecanismo de organização da sociedade liberal. A mão invisível, em substituição ao legislador, se tornaria, portanto, o operador último dessa nova ordem social. Esta adquiriria autonomia explicativa nos fundamentos do indivíduo e descartaria para a explicação de sua emergência, o contrato social (Hobbes). (Ganem, 2000)

Adam Smith, ao pensar a ordem social como uma emergência natural que harmoniza o caos potencial dos interesses individuais e o traduz em bem-estar para a sociedade, define que os interesses privados são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo. Uma solução aparentemente harmoniosa que supõe a dissipação dos conflitos próprios de uma sociedade hierarquizada e dispensa, numa primeira leitura teórica, o príncipe e a moral, partindo do indivíduo, agora o microfundamento da ordem. Além disso, esta solução consiste numa explicação nada trivial que, utilizando-se de uma metáfora – a mão invisível –, funciona como um operador social. Nesse sentido, o mercado é entendido como algo mais complexo do que um *locus* de troca e a mão invisível como mais do que um mecanismo de ajuste automático, representando a própria viabilização da ordem social, seu operador último, sua forma de organização social. E não é por outra razão que a teoria do mercado de Smith se torna inquestionavelmente a matriz teórica da ordem social liberal e a economia passa a ser entendida como a essência da sociedade, terreno sobre o qual a harmonia social pode ser pensada.

Em que pese uma das maiores contribuições de Smith ser a ideia de uma ordem espontânea e natural, um estudo mais aprofundado sobre o autor e sua obra revela que o conceito de ordem natural encerra dentro de si duas leituras sobre a sua obra. Essas leituras deram origem a uma questão, que ficou conhecida na história do pensamento econômico como o problema Adam Smith ou *Das Adam Smith Problem*.

Inúmeros autores dentro da História do Pensamento trataram desta questão que se denominou *Das Adam Smith Problem*, que, como sabemos, foi o nome dado pela Escola Histórica Alemã à questão da relação entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM), publicada em 1759, e a *Riqueza das Nações* (RN), publicada em 1776 (Bertrand, 1993; Raphael e MacFie; 1976; Brown, 1998). A partir desse marco, duas teses disputaram a verdade sobre a obra de Adam Smith, a primeira definindo uma ruptura na sua trajetória intelectual e, portanto, na obra, e a segunda defendendo sua unidade.

A primeira leitura pode ser clarificada por um tratamento “evolutivo” sobre a obra e o autor. Em relação aos fundamentos da economia, encontramos algumas variações entre esses autores. Os argumentos vão desde os que defendem claramente a ruptura da obra de Adam Smith e a passagem/superação do filósofo ao economista, até aqueles que constroem seus argumentos através da preocupação em demonstrar que existe um processo na história das ideias que forneceu as condições metodológicas de autonomização da economia.<sup>2</sup> No entanto, o que os une é a busca dos fundamentos da economia e uma perseguição dos seus contornos disciplinares. Levada a extremo, esta leitura significa, em última análise, que: i) todo o debate da modernidade serve apenas para mostrar que a economia persegue fundamentos que lhe permitirão entrar no quadro das ciências, separando-a do príncipe e depois da moralidade; ii) a TSM se vê transformada em delírio da filosofia moral ou ritual de passagem do jovem e romântico filósofo para o maduro economista da RN; iii) ocorreria uma rup-

tura ou mudança de enfoque entre as duas obras, a segunda expressando superação ou redenção da primeira; iv) o sujeito smithiano é visto como um prelúdio do homem econômico racional; v) e, finalmente, toda teoria de Adam Smith estaria representada na *Riqueza*, considerada como esboço da explicação acabada dos neoclássicos. Esta leitura definiu como grande legado a mão invisível transformada em operador técnico (Ganem, 2000). Um século depois, a teoria neoclássica retomará e traduzirá nos seus próprios termos esta questão. Nesse sentido, Walras e seu modelo canônico se constituirá no tratamento teórico rigoroso, posto que oferece uma solução lógico-matemática para a explicação da ordem social de Adam Smith (Ganem, 1996).

Dois pontos teóricos aqui merecem destaque: 1) a ambição dos grandes teóricos do mercado, entre eles Smith e Walras, por exemplo, de compreender o mercado como ordem social ou como lógica para a explicação dos fenômenos sociais coletivos; 2) a linha de continuidade que foi explorada pelos próprios neoclássicos – entre a solução da ordem smithiana e o desígnio lógico-matemático de Walras – de demonstrar que a ordem do mercado existe, é estável e ótima, via sua *Teoria do Equilíbrio Geral* (TEG), vendo, portanto, a solução smithiana como um esboço do modelo canônico walrasiano. Arrow e Hahn – honrando a própria tradição neowalrasiana em *Analyses General Competitive* –, admitem que Smith “forneceu a contribuição mais importante ao pensamento econômico no entendimento geral dos **processos sociais**” (grifo nosso). Esses autores tratam, por um lado, a solução smithiana como uma referência teórica para a explicação da emergência da ordem social do mercado, um prelúdio da TEG. Por outro lado, reafirmam a visão canonizada pelos neoclássicos de que a solução smithiana, embora matriz, foi limitada – porque literária – e que, portanto, mereceria um fino acabamento lógico-demonstrativo. Nos seus termos: “Adam Smith foi o criador da teoria do equilíbrio geral, ainda que se possa colocar em dúvida a coerência e a consis-

tência do seu trabalho” (Arrow/Hahn, 1972:14, in Ganem, 1996).

Nessa interpretação da obra de Adam Smith, o interesse se traduz em *self-interest* e princípio explicativo minimal para esta ciência espelhada na física. A ideia da mão invisível como um operador social se dilui e se traduz num mecanismo automático. O mercado se distancia da ambição de ser uma teoria do social e está se tornando uma pálida referência destituída de seu conteúdo propulsor. Em vez de ocorrer uma ascensão do econômico ao social (Rosanvallon, 1979), o que se observa é uma redução do social ao domínio agora recortado do econômico. Esta é, em última análise, a leitura canonizada da obra de Smith, que parte da ideia de que o microfundamento da ordem do mercado é definido única e exclusivamente pelos interesses individuais, um componente exclusivamente econômico, expresso no desejo de ganho ou no desejo de melhorar a sua própria condição, cuja fórmula perfeita poderia se traduzir pelo cálculo racional utilitário. Nesse intento, a *TSM* é considerada como um delírio de filosofia moral de um jovem e romântico filósofo que teria dado lugar ao maduro economista da *RN*. O sujeito smithiano seria visto como um prelúdio ao homem econômico racional e a teoria do mercado de Adam Smith como um esboço da tentativa demonstrativa da ordem racional do mercado via o modelo canônico walrasiano.

Uma segunda leitura alternativa sobre a obra, o autor e o nascimento da economia mostrou-se, no entanto, possível.<sup>3</sup> E foi tendo em vista esta peculiar tensão que múltiplas questões puderam e podem ser continuamente recolocadas, como por exemplo: o que significa fornecer uma explicação para a emergência de uma ordem social? O que significa afirmar que o mercado para Adam Smith é uma teoria da sociedade? Foi possível explicar a emergência da ordem social liberal, alicerçada em fundamentos puramente econômicos? Ou ainda: Adam Smith consegue recortar o domínio da economia e fazê-la nascer livre da moral e da política? O que significa afirmar que a economia

nasceu sob a égide de um filósofo moral? Nesta segunda interpretação temos que a solução de Adam Smith só pode ser compreendida na sua real extensão se levarmos em conta não apenas a complexidade de um processo que teve berço na filosofia política e moral dos séculos XVII e XVIII, mas também o diálogo, a assimilação e o conflito que Adam Smith estabeleceu com este quadro de ideias. Aí sim o resultado pode ser entendido como a palavra final desse processo ou a melhor explicação para a inteligibilidade da ordem social. Além disso, a competência e a natureza filosófica do autor são inequívocas e estão manifestadas na *Teoria dos Sentimentos Morais*. Esta obra é um tratado filosófico e moral que o tempo e o debate provaram que não pode ser descartado. A *Teoria* não é nem obra do delírio nem da imaturidade do autor: o filósofo não se transfigura em economista. A economia nasce sob a paternidade de um filósofo moral. Dentro dessa perspectiva não é possível, portanto, compreender a obra sem aceitar a sua unidade. Isso significa iluminar a *Riqueza* com os escritos filosóficos da *Teoria* e entender a relação entre as duas obras. Na explicação da ordem social, a *TSM* funciona como obra tão importante quanto a *RN*, não sendo, portanto, a ela redutível. 2) A noção de interesse privado não se esgota no *self-interest* e carrega consigo a moralidade subjacente à noção de amor-próprio. O amor-próprio, eixo do interesse, é uma paixão que retira sua substância do reconhecimento do outro. Ao necessitar visceralmente da aprovação do outro, o sujeito smithiano reafirma ontologicamente sua substancial incompletude. O sujeito smithiano, como um ser incompleto, está muito mais próximo do *homo mimeticus*, e não pode, portanto, ser entendido como prelúdio do homem econômico racional. 3) O nascimento da economia em Adam Smith não se faz rompendo com a moralidade. Isso significa quwqe ele deixou clara a tensão e a situação paradoxal para seus herdeiros: a autonomia da economia só poderá ser realizada com reduções. Se posteriormente outros teóricos reduzirão a economia, isto é uma outra história. Adam Smith, segu-

ramente, não o fez. 4) E, finalmente, a mão invisível que dá inteligibilidade à ordem social liberal é mais do que um operador técnico: trata-se de um operador social, e a ideia de mercado de Adam Smith se constitui numa teoria da sociedade, numa explicação da lógica dos fenômenos coletivos. Ela é, em última análise, a própria explicação da emergência da ordem social liberal.

Em ambas as leituras da obra de Smith, porém, podemos encontrar um ponto em comum importante, que marcou a história do pensamento e a história das ideias: a ideia de que é possível pensar a ordem social como uma emergência e o bem-estar social como uma resultante única e exclusiva dos indivíduos na perseguição de seus interesses particulares. Esses últimos tanto podem ser pensados como *self-interest*, ou um interesse autocentrado, como um interesse articulado a uma moralidade da economia capitalista. O primeiro gerando um processo reducionista e economicista da economia e o segundo, uma compreensão interdisciplinar da economia, posto que incorpora no seu âmago teórico os juízos de valor. Ambos com profundas implicações epistemológicas para a compreensão da ciência econômica.

Entretanto, em que pese as diferenças de abordagem, a contribuição do autor trata em última instância de uma ordem que gera o bem-estar de forma espontânea e natural, tendo o Estado funcionando como arcabouço jurídico-institucional, ou em seu Estado mínimo, para usar uma terminologia contemporânea. Esta concepção de ordem que marcou o discurso liberal, e mais tarde o neoliberalismo, dispensa o Estado e o planejamento. Ao contrário, toda ingerência gerará como resultado ineficácia e será produtora de injustiças. Walras fornece o tratamento matemático à questão e Hayek retornará a matriz smithiana para reforçar sua tese do espontaneísmo do mercado como ordem social e como fim da história. Não cabe nesta matriz liberal a preocupação com desenvolvimento econômico, preocupação de autores de outras filiações teóricas. As questões relativas ao desenvolvimento quando

aparecem no pensamento liberal é sob a perspectiva da concorrência entre Estados Nacionais e não como um questionamento dos resultados da ordem espontânea e natural emanada dos interesses dos indivíduos dentro do Estado Nacional. Esse contraponto é o que veremos a seguir, tratado na origem de uma outra matriz para o pensamento econômico e para o entendimento da ordem social: a matriz heterodoxa.

### **3. Steuart e a contestação do naturalismo da ordem econômica e social**

A contemporaneidade dos trabalhos econômicos de James Steuart (1767) e Adam Smith (1776) poderia ser considerada apenas uma contingência cronológica se pensada segundo os resultados e recomendações de política econômica explícitos em suas obras. Indo além, Smith e Steuart podem ser pensados como a origem de duas formas diversas de conceber a ordem social e econômica, e, neste sentido, formas distintas de relacionar o indivíduo e esta ordem. Porém, quando analisamos os trabalhos desses autores da perspectiva dos seus métodos, das suas principais questões científicas e de seus principais conceitos analíticos encontramos o “elo perdido” em suas formas de pensar.

A ligação entre estes autores está no entendimento da centralidade do indivíduo como referência analítica. Nesse sentido, Steuart e Smith situam-se perfeitamente na tradição do pensamento científico-filosófico do século XVIII e seus trabalhos refletem a principal questão da modernidade: afastar o divino da origem da explicação da sociedade e centrá-la no homem. O indivíduo, para ambos, é de onde são emanados os desejos e as motivações que organizam a sociedade. Suas semelhanças, porém, não vão muito além.

Steuart e Smith fazem uso de um conceito comum: o autointeresse. Tal princípio tem como base o indivíduo e sua liberdade de escolha elementos bastante preservados na análise de ambos. Porém, apesar de Smith e Steuart possuírem um

mesmo ponto de partida para pensar a economia, utilizam formas muito diferentes de articulação deste ponto com sua proposta de análise sistêmica: Steuart compreende que é ação humana, por meio do autointeresse e do estímulo do Estado, que transforma e orienta o movimento produtivo e gerador de riqueza da sociedade; Smith baseia sua explicação da economia e da sociedade na atuação ordeira da mão invisível do mercado, resultante dos interesses dos indivíduos, por meio da troca.

Da observação da diferença, pudemos perceber que, apesar de partir de um ponto semelhante ao de Smith, Steuart trouxe à tona uma explicação da ordem social e da regulação da economia essencialmente diferente daquela smithiana. A base desta explicação pode ser encontrada na perspectiva steuartiana sobre as limitações da economia como ciência.

Apesar de Steuart, como toda a tradição científica escocesa do século XVIII, identificar o indivíduo como o centro da análise e a experiência como a base para a formulação da teoria, este autor possui adicionalmente a particularidade de enfatizar as limitações da economia como ciência (Skinner, 1965). Na concepção de Steuart, a limitação da economia como ciência pura só pode ser superada segundo uma abordagem histórica. Não existe um sistema econômico abstrato que possa dar conta de explicar completamente os fenômenos econômicos e sociais, objetos desta ciência. Com base neste tipo de articulação de ideias, Steuart fornecerá uma interpretação para o funcionamento da economia que tem como mola mestra o autointeresse do indivíduo, mas que precisa ser mediado pelo Estado e pelas relações de produção para ser capaz de determinar o funcionamento da economia e uma ordem harmônica da sociedade.

Sendo assim, Steuart faz questão de deixar bastante claro quais os limites do autointeresse como princípio organizador da sociedade.<sup>4</sup> O autointeresse a que ele se refere é o auto-interesse dos súditos, diferente daquele do governante, que deve ser

a expressão do espírito público. Ou seja, a questão do espírito público diz respeito estritamente ao governante. Os governados não precisam ter este tipo de sentimento, a não ser que mediado pelo “autointeresse” e não há nada que os harmonize espontaneamente. Assim, compete ao governante conferir ao Estado Nacional um *status quo* que interesse a sua população. Se o povo se entender agindo em interesse próprio, terá uma forte motivação para reproduzir o *status quo* definido pelo “plano do governante”. Há, portanto, um plano do governante que “manipula” e organiza o autointeresse dos cidadãos.

Esta vertente da obra de Steuart nos coloca diante de duas questões importantes e nos dá a pista da articulação entre o indivíduo e a determinação da ordem presente em sua obra. Por um lado, o autointeresse é o meio pelo qual as “leis da natureza” vão dar regularidade ao sistema econômico, porém não há uma ordem natural derivada deste canal. O autointeresse é apenas um canal. O mediador e ordenador entre as “leis da natureza”, expressas no autointeresse, e a ordem social e econômica é o Estado, na figura do Soberano. De fato, no trabalho de Steuart, a regularidade do sistema econômico é dada pela atuação do Estado orientando a produção. Por outro lado, não há qualquer menção à coerção neste processo, o Estado tem que criar mecanismos de estimular o autointeresse dos indivíduos para mobilizá-los a produzir.<sup>5</sup>

O indivíduo e a ordem social se articulam de uma forma muito diversa daquela encontrada na matriz liberal. Esta é a diferença e o fundamento para uma outra forma de pensar a ordem econômica e social que, a nosso ver, inaugura uma matriz de pensamento heterodoxa. De acordo com Steuart, para se engendrar uma sociedade harmônica que produzisse e ampliasse a sua riqueza, fazia-se necessário uma intervenção estatal que garantisse que os indivíduos contribuíssem para o plano de prosperidade elaborado pelo governante. Não há ordem harmônica natural. Sem a devida orientação de seu governante, os indivíduos livres não teriam

motivação para pensar no bem da coletividade, muito menos no bem e na prosperidade do Estado Nacional, no bem-estar coletivo smithiano.

É possível, portanto, formular uma interpretação da obra de Steuart em que o princípio básico da organização de uma sociedade seja a viabilização da subsistência necessária para sustentar uma população crescente e não o autointeresse puro e simples. A subsistência é parte do autointeresse, porém sua base material é a produção. Por isso o foco da análise steuartiana sobre a acumulação de riqueza é a evolução do processo de produção de subsistência da população. Neste ponto da análise podemos destacar como a concepção de ordem em Steuart o impulsiona (na verdade, praticamente o obriga) a pensar em desenvolvimento econômico e acumulação como preocupações fundamentais.

Na descrição do processo de acumulação, que reproduz e amplifica esta ordem social e econômica, tanto os métodos de produção da subsistência se complexificam (enquanto se tornam mais eficientes), como a própria subsistência vai incorporando novos padrões de consumo. Seu ponto de partida para a análise de acumulação é uma economia em um estágio primitivo (hipotético) no qual ainda não há propriedade sobre a terra nem há produção. Neste contexto, não se faz necessário que se estabeleçam trocas<sup>6</sup> no sentido comercial, pois tudo pertence a todos. Quando se estabelece propriedade sobre a terra, mesmo que ainda não haja produção de mercadorias, cria-se uma divisão social. A diferença entre os não proprietários e os proprietários no acesso à subsistência, que é a base da divisão social, engendra, nesta perspectiva, a necessidade de uma troca comercial para a circulação e distribuição do excedente. É neste ponto que se estabelece uma economia mercantil, ou seja, uma economia em que se produzem mercadorias visando à troca no mercado. Esta perspectiva da acumulação é um recurso que Steuart utiliza para destacar a não naturalidade da troca, bem como a não naturalidade da ordem econômica.

Supomos, então, que é pelo fato da explicação de Steuart para a acumulação de riqueza na economia considerar o indivíduo, mas não baseá-la em uma lógica que emana exclusivamente dele, que Marx (1857) destaca Steuart como um autor que escapou da “ingenuidade” (p. 26) dos cientistas sociais do século XVIII, que imaginavam que o homem moderno, isolado, independente do meio, formulado como objeto científico no século XVIII fosse o ser humano em seu “estado puro”. Marx (1857) afirma que o homem é um animal social e como tal “só pode isolar-se em sociedade”, isto é, o conceito de homem “livre” do século XVIII surge em um contexto em que as relações sociais atingem seu mais alto grau de desenvolvimento, não sendo, de forma nenhuma, independente destas.

Do nosso ponto de vista, a verdadeira diferença entre Steuart e Smith (como também em relação aos clássicos subsequentes que “compraram” a visão smithiana) está na suposição steuartiana de que a economia não era capaz de se desenvolver efetivamente se entregue aos seus próprios meios. Todo o seu entendimento da dinâmica econômica identificava a necessidade de um maior ou menor grau de intervenção, a depender do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e do padrão de consumo, para que a economia pudesse crescer.

A perspectiva de análise econômica aberta por Steuart encontrou poucos seguidores no século que transcorre entre sua obra e a de Marx. Naquele século de afirmação definitiva do modo capitalista de produção pouco se produziu sobre os limites e problemas intrínsecos do capitalismo. Além de Malthus e Sismondi com suas críticas implícitas e explícitas à lei de Say, ninguém parecia negar a capacidade natural de reprodução da riqueza daquele sistema.

#### **4. A ordem histórica do capitalismo em Marx**

Marx surge então negando toda a “naturalidade” que a economia burguesa atribuía ao processo de produção, distribuição e acumulação de riqueza

do capitalismo. Não havia nada de natural nem no processo nem no ator da produção capitalista. O ser humano, entendido como indivíduo naturalmente livre dos economistas burgueses, não tinha nada de natural e muito menos de livre na concepção de Marx.

O indivíduo pensado fora de suas condições sociais específicas não era considerado o verdadeiro sujeito do capitalismo. Neste sistema a própria forma de constituição da sociedade cria uma aparência de individualidade e igualdade entre seus participantes, na medida em que todos se apresentam como “mercadores”, indivíduos que trocam mercadorias. No processo produtivo, porém, evidencia-se a enorme diferença existente entre os atores sociais e econômicos do capitalismo. Tal diferença não se encontra em uma característica efetivamente natural da espécie humana nem é causada pelas diferenças nas tomadas de decisão dos indivíduos, mas na posse ou não de capital, na propriedade privada. A propriedade privada e sua garantia, que formam o ponto de partida para pensar a tradição liberal, são para Marx a fonte da diferença social.

Neste ponto, Marx e Stuart encontram uma raiz analítica comum. Para Stuart, a divisão social também tem origem com o estabelecimento da propriedade privada sobre a terra. Stuart, pensando fora do capitalismo plenamente constituído, pôde até mesmo conceber uma sociedade em que ainda não houvesse produção de mercadorias, mas em que a instituição da propriedade privada determinasse a existência de divisão social. Esta concepção de Stuart pode ser encarada como um espantalho construído para demonstrar que a propensão a trocar não existe na natureza humana. Na verdade, exatamente como em Marx, a origem da troca seria a necessidade. A partir da apropriação da terra e da divisão social dela decorrente, os não proprietários teriam de restabelecer o acesso a sua subsistência, na medida em que a expropriação os havia obrigado a oferecer serviços a outros para obter seu

sustento. Seus indivíduos não são livres no capitalismo, porque estão submetidos à propriedade privada e ao modo de organização social e econômico dela originado.

Mesmo partindo desta concepção inicial que associa negativamente a propriedade privada (e a riqueza privada) com liberdade, Marx e Stuart chegam a resultados diferentes em suas análises sobre a articulação entre o indivíduo e a ordem no capitalismo. Stuart consegue articular, segundo a introdução do conceito de autointeresse, a noção de um indivíduo livre com a produção de riqueza e da ordem nesta sociedade, apesar da ausência inicial de liberdade suposta pela existência de propriedade privada.<sup>7</sup> Os caminhos filosóficos trilhados por Marx o deixam longe desta conclusão.

O indivíduo a que Marx se refere tem sua liberdade essencialmente reprimida pela existência de propriedade privada. Para Marx, a sociedade capitalista existe porque existe um Estado e as leis que garantem a propriedade privada. Desse modo, Marx constrói sua concepção de ordem com base em uma perspectiva histórica. A ordem se constitui como um processo histórico e se baseia em instituições sociais muito mais do que em indivíduos.

A crítica e o radicalismo do pensamento de Marx está em ser capaz de discordar que só possa existir sociedade, ordem social e econômica, onde exista propriedade privada e proteção a esta. Em *Para a crítica da economia política* há um reconhecimento claro de que toda forma de produção é “uma apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e por meio de determinada sociedade”, porém ridiculariza o salto que identifica esta apropriação com uma forma específica de propriedade, tal como a propriedade privada. É mais crítico ainda à ideia de que este tipo específico de propriedade fosse considerado natural. Seu argumento é que, historicamente, a propriedade coletiva ou comum foi a forma primitiva, tendo desempenhado um importante papel no progresso material, por exemplo,

entre os hindus, os eslavos e os antigos celtas. Além disso, o Estado e a lei, que representam a salvaguarda desta propriedade privada, são nada mais que as relações de direito e a forma de governo próprias do tipo de produção desenvolvida especificamente no capitalismo. Não há nada de natural neles. “A noção que flutua no espírito dos economistas burgueses é que a polícia é mais favorável à produção que o direito da força, por exemplo. Esquecem apenas que o direito da força é também um direito, e que o direito do mais forte sobrevive, ainda que sob outra forma, em seu “Estado de Direito” (Marx, 1857, p. 29).

Assim, é negada por Marx toda a solução liberal para a ordem social, que parte da existência de propriedade privada e ganha dinâmica a partir da propensão humana “natural” à troca e do mercado. Em Marx, a noção de troca não aparece como imanente da natureza humana, tal como aparece em Smith e nos clássicos subsequentes, mas como “uma espécie de recuperação da dimensão social, depois de esta ser negada onde deveria ser imediatamente afirmada, ou seja, no processo de produção, no trabalho” (Napoleoni, p. 53). Neste sentido, a existência de troca é consequência, fundamentalmente, da perda do caráter social próprio do trabalho humano, perda esta implicada a partir da alienação da subjetividade do trabalhador através da venda (ou troca) da força de trabalho como mercadoria. Dessa forma, o sistema capitalista “coisifica” a subjetividade do trabalhador e o submete a vendê-la, dada a diferença social e econômica determinada pela existência de propriedade privada, passando a ser um sistema que contradiz a noção de liberdade em sua raiz.

Sendo assim, mesmo que a sociedade capitalista estabeleça concretamente a noção de indivíduo na medida em que liberte seus membros de uma relação direta de dependência pessoal, como aquelas encontradas no sistema feudal ou escravista, ela os coloca em uma relação de “liberda-

de” mediada pela troca. A existência de propriedade privada (que define a subsunção formal do trabalho ao capital) e a posterior subsunção real do trabalho ao capital determinam um usufruto indireto dos capitalistas sobre o trabalhador, restabelecendo uma relação de dependência social indireta, porque mediada pela troca, entre os indivíduos daquelas duas classes, descaracterizando a liberdade<sup>8</sup> inicial dos indivíduos. Por isso, do ponto de vista de Marx, a liberdade individual existente no capitalismo é uma falsa liberdade.

Se para Marx capitalismo e liberdade não combinam, por outro lado o sistema capitalista é extrator e potencializador de riqueza material. Na verdade, a forma de geração de riqueza deste sistema depende do cerceamento à liberdade. Observemos que a produção da riqueza, no capitalismo, é identificada pelo duplo caráter da troca da mercadoria por força de trabalho. Conforme Napoleoni (p. 50), “a troca que tem por objeto a força de trabalho, que é uma troca entre equivalentes enquanto se permanece no interior do processo de circulação, é uma troca entre não equivalentes, caso se considere o processo global que é conjuntamente de circulação e produção”. A mais-valia, a fonte da riqueza, tem origem na diferença entre a quantidade de trabalho fornecida pelo trabalhador no processo de trabalho e a quantidade de trabalho necessária para reproduzir a sua subsistência. Com a mais-valia nasce a capacidade de multiplicação da riqueza do capitalismo.

A questão do desenvolvimento econômico em Marx se processa de forma diferente daquela de Stuart. Marx não questiona a capacidade de crescimento e de acumulação do capitalismo, apenas a considera reprodutora e aprofundadora das relações sociais perversas existentes no sistema. Mais que isso, em *O Capital*, deixa claro que é da dinâmica do capitalismo, bem como é necessário a ele que a miséria se aprofunde enquanto a riqueza se expanda. São exatamente estas as caracte-



terísticas que vão indicar como as que podem vir a pôr em xeque o próprio sistema.

Pelo exposto, podemos observar que as visões de ordem social e econômica presentes em Stuart e Marx são bastante diferentes. Enquanto Marx identifica a ordem capitalista como resultado de um processo histórico e descreve e identifica outros tipos de ordem já efetivamente existentes e fruto de diferentes processos históricos e sociais, Stuart considera que a ordem emana do governante ainda que planejada, levando em conta os interesses individuais. Sendo assim, como é que podemos pensar que nasce em Stuart e recupera-se em Marx uma noção que pode ser pensada como a origem do pensamento heterodoxo em economia?

A noção comungada por estes autores que contribui conjuntamente para uma formulação heterodoxa de economia política (e de política econômica, no caso de Stuart) é o reconhecimento de que o mercado não é gerador de uma ordem social espontânea e harmônica. O mercado não daria origem nem mesmo a uma ordem econômica harmônica. É nesse sentido que, embora a “solução” para a ordem econômica e social de Marx (o comunismo, sistema em que poderiam conviver liberdade e riqueza) e a solução de Stuart (a participação do Estado) não sejam convergentes, há um âmbito em que negam fortemente a solução liberal (liberdade negativa e mercado): não creem na capacidade de geração de riqueza do capitalismo com liberdade no sentido liberal, na medida em que creem que a garantia do próprio sistema é dada pela a participação do Estado.

## 5. Conclusão

A análise que fizemos de Smith mostrou a solução do mercado como a matriz liberal. O que constatamos é que a própria natureza do sistema de mercado promove a sua reprodução e a sua ampliação, definindo e subsumindo a acumulação e o desenvolvimento aos parâmetros e à lógica do mercado. Em que pesem as duas leituras sobre o

pensamento do autor (que certamente abrem uma reflexão sobre a natureza da economia e sua interdisciplinaridade), é a lógica do mercado que se impõe como centro nevrálgico teórico, entendida esta ordem como natural e espontânea e resultado de escolhas exercidas por indivíduos pretensamente “livres”.

Stuart e Marx são a crítica a esta visão de organização social e econômica natural. Para estes autores, a questão do desenvolvimento se colocava, na medida em que não enxergavam a solução ou a harmonia do sistema com base na livre interação entre indivíduos. Ambos identificavam que havia limitações à liberdade no sistema defendido como inteiramente natural pelos liberais. Nesse sentido, propusemos que deste pensamento se origina uma outra corrente de pensamento na economia (que chamamos de heterodoxa) que critica nos seus fundamentos a proposta analítica liberal e se constitui como uma forma alternativa de se pensar a ordem do mercado capitalista.

## NOTAS

<sup>1</sup> Consideramos como caminho heterodoxo aquele que vai dar nas teorias chamadas atualmente de heterodoxas. É fato que em seu contexto histórico Stuart representava a “ortodoxia”, enquanto Smith era o “heterodoxo”.

<sup>2</sup> Fazem parte da tese da ruptura: Roscher (1848); Knies (1853); Skarzynski (1878) tratados em Bertrand, 1993; Viner (1971), os iconoclastas Dumont (1977) e Hirschman (1979), além da leitura canonizada pelos autores neoclássicos.

<sup>3</sup> Fazem parte dos adeptos de uma leitura unitária da obra: Morrow (1923), Marshall (1984), Raphael e Macfie (1976), Heilbroner (1982), Bianchi (1988), Dupuy (1992), Todorov (1996), Justman (1996) e Brown (1997) e Zanini (1997). Dentro de uma perspectiva historiográfica, vide esses autores em Bertrand, 1993, (Dupuy, 1992b) e (Ganem, 2000).

<sup>4</sup> “Espero não ser aqui entendido como dizendo que autointeresse deveria conduzir o governante em nenhum sentido. Autointeresse, quando considerado em relação a esta figura, é espírito público, e tal coisa pode apenas ser chamada de autointeresse quando é aplicada àqueles que devem ser governados por isto” (Steuart, 1767, Introduction, Livro II).

<sup>5</sup> É interessante ver como o compromisso com a liberdade de escolha em Stuart é patente no campo econômico. Paradoxalmente, Stuart está associado politicamente a grupos que apoiavam a monarquia absoluta (ver Redman, 1996 e Skinner, 1999). Esta questão perpassa o fato de que os conceitos de democracia, *liberty* e *freedom* eram usados em sentidos diferentes daqueles que possuem hoje em dia. Segundo Redman, “o apoio de Stuart ao Monarca era baseado em uma corrente específica do pensamento grego antigo com raízes nos con-

ceitos platônicos de *freedom* e *liberty*” e explica a questão afirmando que Platão era positivamente hostil à *freedom*, que identificava com a oportunidade desmedida de se fazer tudo aquilo que se quisesse. Não era a liberdade, mas sim a disciplina, baseada na formação filosófica, que faria os indivíduos bons e sociedade estável”.

<sup>6</sup> Em inglês há uma diferença importante entre *barter* e *trade* que está relacionada à primeira ser uma transação sem moeda e a segunda ser uma venda ou uma compra contra moeda. A palavra *trade* inclusive pode denominar o que chamamos de comércio, implicando mais fortemente a noção de troca em seu objetivo capitalista, troca de mercadoria em seu sentido marxista. Em português esta distinção foi convencionalizada através do uso da expressão “troca pura” ou da palavra “escambo” para significar *barter* e deixando a palavra troca com um sentido mais genérico que não pode também corresponder ao sentido de *trade* utilizado por Stuart. Dada esta dificuldade, optamos por explicar, em cada ponto do texto, qual o conceito a que estamos nos referindo.

<sup>7</sup> Em alguns momentos fica bastante evidente a não linearidade da concepção de liberdade nos grandes pensadores com que estamos trabalhando.

<sup>8</sup> O argumento de Marx é que mesmo que consideremos a liberdade dos liberais, a liberdade negativa, só é possível pensar em liberdade no capitalismo se a propriedade privada for considerada como natural, for tomada como um pressuposto.

<sup>9</sup> Entendido o termo solução como a obtenção de riqueza com liberdade positiva.

## Referências bibliográficas

BERTRAND, P. Histoire d'une question - Das Adam Smith Problem. In: *Journée d'Etudes de l'Association Charles Gide pour l'Étude de la Pensée Économique*, Paris, 1993.

BROWN, V. Mere inventions of the imagination; a survey of recent literature on Adam Smith. In: *Economy and Philosophy*, n. 13, pp. 281-312, 1998.

DUMONT, L. *Homo Aequalis: genèse et épanouissement de l'idéologie économique*. Paris, Gallimard, 1977

DUPUY, J. P. *Le sacrifice et l'envie: Le libéralisme aux prises de la Justice*. Paris, Calmann-Lévy, 1992a.

\_\_\_\_\_. *Introduction aux sciences sociales: Logique de phénomènes collectifs*. Paris, Ellipses, 1992b.

GANEM, A. Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível. In *Revista de Economia Política*, São Paulo, Nobel Editora, v. 16, n.2, abril-junho, 1996.

\_\_\_\_\_. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. In *Revista de Economia Contemporânea*, v. 4, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. Economia e Filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith. In *Revista de Economia Política*. São Paulo, Nobel Editora, 22(4), 2002.

HEILBRONER, R. “The socialization of the individual in Adam Smith”. In *History of Political Economy*, n.14(3), pp. 427-439, 1982.

HIRSCHMAN, A. *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. Paz e Terra, 1979.

KOBAYASHI, N. On the method of Sir James Stuart. In TORTAJADA, R. (org); *The Economics of James Stuart*. Routledge, London, 1999.

MALTA, M. *James Stuart e o princípio da demanda efetiva*, Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica, Conservatória, 2005.

MALTHUS, T. (1820). *Princípios de Economia Política*. Coleção Os Economistas, Nova Cultural, São Paulo, 1986.

MARX, K. (1859). *Para a crítica da economia política*. Coleção Os Pensadores, Nova Cultural, São Paulo, 2005.

MARX, K. (1954). *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Bertrand Brasil, 1987.

MARX, K. (1867). *O Capital: crítica da economia política*, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, São Paulo, 1985.

MEEK, R.; *The Economics of control prefigured by Sir James Stuart*. Science and Society, 22(4), 1958.

MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*, Ed. T.A. Queiroz, São Paulo, 1982.

NAPOLEONI, C. *O valor na ciência econômica*, Livraria Martins Fontes, Rio de Janeiro, 1977.

PASQUINO, P. “Sieyes et L'Invention de la Constitution en France”. Paris, Éditions Odile Jacob, Avril 1998.

RAPHAEL, D.D. e MACFIE. *Introduction of The Theory of Moral Sentiments*. Oxford, Clarendon Press, 1976.

REDMAN, D. *Economic and the Philosophy of Science*. Oxford University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. Sir James Stuart's Stateman Revisited. *Scottish Journal of Political Economy*, v. 43 (1), February, pp. 48-70, 1996.

ROSANVALLON, P. *Le Libéralisme Économique: histoire de l'idée de marché*. Paris, Editions du Seuil, 1979.

SKINNER, A.S. Sir James Stuart: a perspective on Economic Policy and Development. In *Quaderni di Storia Dell'Economia Politica*, v. 3, 1985

\_\_\_\_\_. Introduction: Sir James Stuart and the Jacobite connection. In TORTAJADA, R. (ed). *The Economics of James Stuart*. Routledge, 1999.

\_\_\_\_\_. James Stuart: aspects of economic policy. In TORTAJADA, R.(ed). *The Economics of James Stuart*, Routledge, 1999.

\_\_\_\_\_. Sir James Stuart: Economics and Politics. *Scottish Journal of Political Economy*, v.9, February, 1962.

\_\_\_\_\_. “The Idea of Negative Liberty”. In R. Rorty, J.B. Schneewind, and Q. Skinner (eds.). *Philosophy in History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1984

SMITH, A. (1776). *A Riqueza das Nações*. Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

STEUART, J. *An Inquiry into the Principles of Political Oeconomy*. Printed for A. Millar, and T. Cadell, Strand, London, 1767.

VINER, J. Adam Smith y lo laissez faire in Spengler. In J. e Allen, W. (org.). *El pensamiento economico de Aristoteles a Marsall*. Madrid, Editorial Tecnos, 1971.

BRASIL

# Nas mãos dos tribunais

ANTONIO CRUZ/ABF - ARTE GIL CASTRO

O protagonismo dos tribunais superiores – em especial o do Supremo Tribunal Federal – ganha cada vez mais amplitude na vida brasileira. Da cassação de governadores à decisão sobre o fim do diploma para o exercício do jornalismo, nenhum assunto relevante para a sociedade escapa ao pronunciamento desses juízes. Num artigo especialmente escrito para VERSUS, os professores José Ribas Vieira, Margarida Maria Lacombe Camargo e Alexandre Garrido da Silva analisam o fenômeno. Os três integram grupos de pesquisa que investigam o ativismo judicial e a judicialização da política no Brasil.

# O Supremo Tribunal Federal como arquiteto institucional: a judicialização da política e o ativismo judicial

José Ribas Vieira\*  
Margarida Maria Lacombe Camargo\*\*  
Alexandre Garrido da Silva\*\*\*

**O protagonismo dos tribunais e a judicialização como fenômeno institucional, social e argumentativo: O protagonismo dos tribunais e a judicialização como fenômeno institucional, social e argumentativo:**

É difícil imaginar atualmente alguma questão política, moral, econômica, científica ou ambiental que não possa ser levada à apreciação pelo Supremo Tribunal Federal. Inúmeros fatores corroboram esta per-

cepção do atual funcionamento da complexa relação entre os Poderes de Estado em nosso sistema político-jurídico marcado pela expansão da judicialização da política e das relações sociais.

A judicialização é um fenômeno bastante complexo e possui diferentes dimensões. De um ponto de vista institucional, a judicialização da política define-se como um processo de transferência decisória dos Poderes Executivo e Legislativo para os magistrados e tribunais, que passam, dentre outros temas controversos, a revisar e implementar políticas públicas e rever as regras do jogo democrático. A partir de um enfoque mais sociológico, a judicialização das relações sociais ressalta o surgimento do Judiciário como uma “alternativa para a resolução de conflitos coletivos, para a agregação do tecido social e mesmo para a adjudicação da cidadania”.<sup>1</sup> Por último, segundo uma perspectiva lógico-argumentativa, a judicialização também significa a difusão das formas de argumentação e decisão tipicamente jurídicas para fóruns políticos, institucionais ou não, representando, assim, a completa domesticação da política e das relações sociais pela “linguagem dos direitos” e, sobretudo, pelo discurso constitucional.

\* Professor-associado de Direito do Estado da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor titular de Ciência Política da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do grupo de pesquisa *Ativismo Judicial e Judicialização da Política* (IBMEC-RJ). Colaboraram para o artigo os mestrandos Bernardo de Abreu Medeiros (PUC-Rio), Jorge Gomes de Souza Chaloub (PUC-Rio) e a graduanda Daniella dos Santos Pessanha (IBMEC-RJ), que integram o grupo de pesquisa supramencionado.

\*\* Professora-adjunta de Teoria do Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Teorias Jurídicas Contemporâneas da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Pesquisadora da Casa Rui Barbosa (FCRB). Líder do grupo de pesquisa *Observatório da Justiça Brasileira* (CNPq). Merece destaque a participação dos mestrandos Alain Remy, Bernardo Soares e Flávia Martins de Carvalho (PPGD-FND-UFRJ) no grupo de pesquisa citado acima.

\*\*\* Professor-assistente de Fundamentos do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (FaDir-UFU). Líder do grupo de pesquisa *Poder Judiciário e teorias Contemporâneas do Direito* (CNPq). Pesquisador vinculado aos grupos de pesquisa “*Ativismo Judicial e Judicialização da Política*” e *Observatório da Justiça Brasileira* (CNPq-UFRJ).



FÁBIO RODRIGUES POZEBOM/ABR - ARTE GL CASTRO

### **ALTA CORTE.** Sessão do Supremo Tribunal Federal, em Brasília

Segundo a perspectiva de relações sociais e políticas “judicializadas”, não há um espaço “vazio” de Constituição, isto é, não há questão controversa para a qual o texto constitucional não possa oferecer uma diretriz valorativa ou principiológica que circunscreva, em último caso, as opções político-normativas deliberadas e aprovadas pelo Legislativo, implementadas pelo Poder Executivo ou demandadas pela sociedade civil. Há fatores de diferentes ordens que são apontados por cientistas sociais e juristas para a explicação da expansão do poder judicial nas democracias contemporâneas. Com relação ao caso brasileiro, cabe mencionar fatores históricos como a redemocratização do país e a promulgação de um texto constitucional abrangente no tocante à defesa e promoção dos direitos fundamentais, responsável,

ainda, pela determinação de inúmeras tarefas positivas dirigidas aos Poderes Executivo e Legislativo no sentido de sua concretização normativa. Ao mesmo tempo, nesse período conturbado de redemocratização, grandes expectativas foram depositadas no Poder Judiciário, que passou a ser vislumbrado por muitos como o “guardião das promessas”<sup>22</sup> e o principal responsável pela efetivação da Constituição em um contexto de suspeita e de descrédito em relação aos poderes democraticamente eleitos.

De um ponto de vista mais sociológico, é importante destacar o crescimento da litigância judicial em sociedades marcadas por um Estado social que não cumpriu suas promessas por meio da implementação de políticas públicas universais, estimulando, assim, o acesso aos tribunais como última garantia para a ob-

tenção das prestações positivas previstas pela Constituição.<sup>3</sup> Assim, haveria uma relação entre o ocaso das pretensões transformadoras do Estado social e o aumento da judicialização das relações sociais, transformando cidadãos em clientes de prestações estatais individualizadas.<sup>4</sup>

Há, ainda, fatores propriamente políticos que fomentam a tão comentada judicialização da política. Cabe citar, por exemplo, a expansão do uso dos tribunais por grupos de interesse e por agremiações partidárias derrotadas nos processos deliberativos parlamentares. Os tribunais tornam-se, assim, parte do jogo político e um recurso estratégico importante para a implementação, em muitos casos politicamente controvertidos, de um verdadeiro terceiro turno de deliberação e votação. Consolida-se, assim, nas palavras de Oscar Vilhena Vieira, uma “supremocracia”<sup>5</sup> ou, ainda, uma forte tendência à “juristocracia”.<sup>6</sup> Hoje, certamente, o provável recurso ao Judiciário pela oposição faz parte do cálculo político e das negociações partidárias no âmbito do Parlamento. C. N. Tate e T. Vallinder apontam, além dos fatores políticos acima, o conflito político-ideológico entre os poderes como importante variável explicativa para o crescimento do fenômeno da judicialização.<sup>7</sup>

No sentido de uma crítica política mais contundente à expansão decisória da jurisdição constitucional, Ran Hirshl destaca o interesse de auto-legitimação do próprio tribunal na decisão de questões disputadas na sociedade e a im-

portância de uma análise do fenômeno do “novo constitucionalismo” em um contexto mais amplo marcado pelas lutas políticas, econômicas e sociais que modelam o sistema jurídico-político de uma determinada sociedade. Hirshl destaca, de modo original, uma nova dimensão da judicialização, que passa a denominar de “judicialização da megapolítica”, na qual é possível verificar a transformação das Cortes Constitucionais em uma parte crucial do aparato nacional de tomada de decisões políticas em seus respectivos países.<sup>8</sup>

Além dos fatores supramencionados, é importante mencionar, também, a contribuição da reflexão jusfilosófica para a legitimação do *judicial review*. Há, na atualidade, a hegemonia de uma compreensão da democracia em termos constitucionais que confere às Cortes Supremas a última palavra na interpretação da Constituição.<sup>9</sup> A inspiração histórica dessa compreensão hegemônica reside nas experiências institucionais, em especial da Suprema Corte norte-americana e do Tribunal Constitucional Federal alemão. No caso da pesquisa com células-tronco embrionárias,<sup>10</sup> por exemplo, com apoio na teoria de Robert Alexy, o ministro Gilmar Mendes defendeu o papel do STF como “representante argumentativo” dos cidadãos. De acordo com essa perspectiva, caberia ao STF atuar como instância jurídica de reflexão, correção e aprimoramento do debate parlamentar, justificando, assim, o protagonismo do tribunal como legislador positivo responsável por suprir a proteção insuficiente aos direitos fundamentais dispensada pelo legislador no momento de discussão e elaboração da Lei de Biossegurança, responsável pela previsão dos parâmetros normativos para a pesquisa com células-tronco embrionárias para fins terapêuticos.

De acordo com essa concepção, de modo extremamente idealista, concebe-se o Supremo Tribunal como um fórum pautado exclusivamente pela “força do melhor argumento”, que permanece blindado contra as investidas da barganha política e dos interesses, diferentemente dos poderes legitimados democraticamente. Cabe às Supremas Cortes, segundo tal perspectiva, submeter os demais poderes de Estado a um “dever de racionalidade”<sup>11</sup> com fundamento na motivação de suas decisões. Há, por trás do discurso de legitimação supramencionado, uma profunda desconfiança com relação à democracia majoritária (ou



FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

seja, o receio de uma “tirania da maioria”) e aos resultados epistêmicos de suas deliberações.

### Dimensões do ativismo judicial: o ativismo não jurisdicional e a politização do Judiciário

Outro conceito igualmente importante para a compreensão do protagonismo institucional do STF na atualidade é o de ativismo judicial. Assim como o fenômeno da judicialização, o ativismo judicial é igualmente complexo por conter uma pluralidade de dimensões. O ativismo judicial pode ser praticado tanto no exercício da prestação jurisdicional (por meio dos autos do processo) quanto de forma extrajudicial pelos magistrados, como, por exemplo, em entrevistas, discursos de posse e pronunciamentos exteriores aos processos.

O ativismo extrajudicial torna mais explícita uma dimensão de “politização do Judiciário”, que o aproxima do modo de atuação dos demais poderes de Estado legitimados democraticamente. Como poder político, a manifestação extrajudicial de seus membros é recorrente na história do tribunal. A novidade consiste, justamente, na intensidade de sua prática pelo presidente do STF, o ministro Gilmar Ferreira Mendes, fato relevante que o distingue de sua antecessora, a ministra Ellen Gracie, mais preocupada com a administração e a racionalização das atividades do tribunal. Neste sentido, pode ser citado o pronunciamento do ministro Gilmar Mendes sobre o suposto caráter ilegal da atuação de certos movimentos sociais – com destaque, segundo a sua visão, para o Movimento dos Sem Terra (MST) –, assim como a ilegalidade do financiamento público de organizações não governamentais pelo Estado, direta ou indiretamente relacionadas com tais movimentos sociais. Outro exemplo consiste no posicionamento de alguns ministros, notoriamente do próprio ministro Gilmar Mendes, sobre a oportunidade política e social da discussão sobre a interpretação dos efeitos da Lei de Anistia com relação aos chamados “crimes conexos”. Dentro desse quadro destaca-se, em uma solenidade de comemoração dos 60 anos da Lei Fun-

damental alemã em Brasília, a manifestação do ministro Gilmar Mendes sobre a possibilidade jurídica de um terceiro mandato do presidente da República, considerando-a incompatível com o princípio republicano. Os exemplos apresentados acima, para além da questão de mérito, corroboram uma aproximação entre as funções judicial e política, ratificando, assim, uma crescente dimensão de “politização do Judiciário” nos dias atuais.

Tradicionalmente, a perspectiva ativista é vista como uma atuação progressista dos magistrados e tribunais no tocante ao reconhecimento, garantia e promoção de direitos fundamentais. Por exemplo, no campo da sociologia do Direito, José Eduardo Faria identificou, no final dos anos 80, o Judiciário brasileiro como uma promissora arena de lutas e conquistas para os novos movimentos sociais com apoio em um ativismo judicial inspirado por uma cultura jurídica transformadora.<sup>12</sup> Após duas décadas, no entanto, a ampla transformação crítica do ensino jurídico não aconteceu e a formação acadêmica dos bacharéis em Direito continua, em suas linhas gerais, excessivamente formalista e acritica. Consolidou-se, apesar dessa constatação, um senso comum teórico de que o ativismo judicial é necessariamente progressista. Cass Sunstein, respaldado na experiência judicial norte-americana sob o governo Bush, destaca, entretanto, que um posicionamento ativista pode conduzir tanto a uma decisão progressista quanto a uma conservadora.<sup>13</sup> Além disso, esclarece Sunstein, não é possível afirmar, de antemão, que uma

**GILMAR MENDES.** Manifestação fora dos autos e politização do Judiciário provocam polêmicas. O ministro **Joaquim Barbosa**, seu colega de corte, o acusou de “desmoralizar a Justiça deste país”



FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

atitude ativista seja sempre a postura correta ou incorreta diante de todos os casos jurídicos possíveis, especialmente em casos difíceis.<sup>14</sup>

No debate norte-americano, o termo ativismo judicial é utilizado, muitas vezes, para qualificar “uma decisão com a qual não concordamos”. Em um esforço analítico, William P. Marshall identificou sete dimensões do ativismo judicial, quais sejam: o ativismo contramajoritário, não originalista, jurisdicional ou formal, de precedentes, material ou criativo, remediador e partisan.<sup>15</sup> Segundo Sunstein, o ativismo judicial pode ser mensurado pela frequência com que um determinado magistrado ou tribunal invalida as ações (normas e atos normativos) de outros poderes de Estado, especialmente do Poder Legislativo.<sup>16</sup> Ou seja, com que frequência os tribunais “retiram a decisão das mãos dos eleitores”.<sup>17</sup> Além disso, também será considerado ativista o magistrado ou tribunal que procura suprir omissões (reais ou aparentes) dos demais poderes com suas decisões.

Tendo em vista as múltiplas acepções do termo, cabe destacar o ativismo judicial em seu sentido jurisdicional ou formal,<sup>18</sup> ou seja, entendido como a ampliação da competência do tribunal por meio de suas próprias decisões. Segundo esse ativismo formal, o STF vem redefinindo os limites de sua própria competência jurisdicional, modificando, assim, o seu papel institucional nas relações com os demais poderes.

A judicialização da megapolítica e o ativismo judicial são conceitos centrais para a nossa análise acerca do protagonismo do STF no sistema político

## “A judicialização da política define-se como um processo de transferência decisória (...) para os magistrados e tribunais

brasileiro. Ran Hirshl inclui os temas da justiça transicional e do processo eleitoral como exemplos de judicialização em seu sentido mais forte e político.<sup>19</sup> Com relação ao tema da justiça de transição, cabe mencionar a ADPF nº 153, em análise pelo STF, que tem como objetivo a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79) responsável pela extensão de seus efeitos aos crimes comuns praticados por agentes públicos contra opositores políticos do regime militar. Até a proposição da ADPF nº 153 pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil,

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOMABR



### **ELLEN GRACIE. Ao contrário de seu sucessor, sobriedade quando presidiu o Supremo**

o nosso Judiciário havia consolidado uma postura de seletividade com relação à judicialização do tema, diferentemente da postura ativista e progressista assumida por magistrados de outros países latino-americanos, influenciados por um contexto internacional de judicialização dos direitos humanos e pelo protagonismo continental da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

### **Verso e reverso: as relações entre a judicialização da política e o ativismo judicial no Brasil**

Apesar de muito próximos, os fenômenos da judicialização e do ativismo judicial não se confundem. O ativismo judicial pode ser descrito como uma atitude, decisão ou comportamento dos magistrados no sentido de revisar temas e questões – *prima facie* – de competência de outras instituições. Dentre outros fatores, o ativismo judicial é exercitado em contextos de inércia, deliberada ou não, dos demais poderes de Estado. Em casos politicamente custosos, os Poderes Legislativo e Executivo podem, de um modo estratégico, por meio de uma inércia deliberada, abrir um espaço para a atuação ativista dos tribunais. Temas profundamente controversos, sem perspectiva de consenso na sociedade, tais como a abertura dos arquivos da ditadura militar, uniões homoafetivas, aborto, entre outros, têm os seus custos políticos estrategicamente repassados para os tribunais, cujos integrantes não precisam passar pelo crivo do voto popular após suas decisões.

Por sua vez, a judicialização da política, mais



ampla e estrutural, cuidaria de macrocondições jurídicas, políticas e institucionais que favoreceriam a transferência decisória do eixo Poder Legislativo-Poder Executivo para o Poder Judiciário. Assim, segundo C. Neal Tate, o ativismo judicial constitui uma atitude ou comportamento dos juizes no sentido de “participar da elaboração de políticas que poderiam ser deixadas ao arbítrio de outras instituições mais ou menos hábeis”.<sup>20</sup>

As condições estruturais promotoras da judicialização – democracia, direitos fundamentais, sistema de controle de constitucionalidade, entre outras – estão presentes formalmente em nosso sistema jurídico desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo que apenas recentemente a temática ganhou o holofote dos meios de comunicação de massa e o interesse generalizado de juristas e cientistas sociais. Além disso, como destacam Tate & Vallinder, a intensificação do ativismo judicial como condição promotora da judicialização depende de um descompasso entre a ideologia política predominante no tribunal e aquela que predomina no âmbito dos poderes eleitos democraticamente.<sup>21</sup> Os autores não pretendem conferir um caráter “objetivo” à variável mencionada, tendo em vista que é muito difícil defi-

**JACKSON LAGO. O governador do Maranhão perdeu o mandato por decisão do TSE em abril. A cassação foi confirmada pelo Supremo**

MARCELLO CASALUARI



nir em termos monolíticos a “ideologia” de um poder que é composto, por sua vez, por membros com diferentes perspectivas ideológicas. Em termos gerais, a inexistência de uma “sintonia fina” estimulará, em diferentes graus, a revisão judicial das normas e dos atos produzidos pelos órgãos majoritários. Neste sentido, a politização do Judiciário é um indício de um fenômeno mais profundo, isto é, de um conflito ideológico entre os poderes de Estado em um determinado momento histórico.

## “Hoje, o recurso ao Judiciário pela oposição faz parte do cálculo político e das negociações partidárias no âmbito do Parlamento

Diante dos fatores expostos acima, é possível afirmar a precedência, no caso brasileiro, do ativismo judicial sobre o fenômeno de judicialização da política, na qualidade de condição subjetiva necessária para a intensificação e consolidação da judicialização da política.

### O Supremo Tribunal Federal como arquiteto constitucional e suas implicações institucionais

No debate norte-americano as perspectivas de dois autores – Ronald Dworkin e Cass Sunstein – têm sido utilizadas para justificar dois modelos distintos de atuação das Cortes Supremas no plano da jurisdição constitucional.<sup>22</sup> Dworkin, por um lado, destaca o papel das Cortes na proteção e garantia dos direitos fundamentais na qualidade de “trunfos” contra considerações de bem-estar geral.<sup>23</sup> Sunstein, por sua vez, ressalta a função dos tribunais superiores como “arquitetos constitucionais” que devem atentar para as suas capacidades institucionais e para os efeitos dinâmicos de suas decisões sobre a nação e a história de suas instituições.<sup>24</sup>

Cass Sunstein, Adrian Vermeule<sup>25</sup> e Robert Goodin<sup>26</sup> constituem referências teóricas fundamentais para a compreensão atual do Supremo Tribunal Federal como “arquiteto institucional”,<sup>27</sup> isto é, como uma instituição que é desenhada pela Constituição (ou seja, constrangida por regras constitucionais) e que, ao mesmo tempo, redesenha outras instituições e a própria Constituição por meio do ativismo jurisdicional,

ou seja, através da remodelação e ampliação de suas competências. Instituição, nas palavras de Goodin, pode ser definida como “padrões de comportamento estáveis, valorativos e recorrentes”.<sup>28</sup> Neste sentido, o ativismo jurisdicional, como um novo padrão de comportamento valorativo, condicionará a remodelagem do STF como instituição detentora da “última palavra” na definição do significado dos dispositivos constitucionais.

Finalmente, como outra importante contribuição para a análise do STF como “arquiteto institucional”, deve-se destacar o estudo de Kent Roach sobre a teoria dos diálogos institucionais entre tribunais e legislaturas, especialmente com ênfase na experiência canadense, como uma forma de “reconciliar a revisão judicial com a democracia”.<sup>29</sup> Segundo Luc Tremblay, as teorias do diálogo institucional preconizam a participação das cortes e dos órgãos legislativos em um diálogo sobre a “determinação do equilíbrio apropriado entre princípios e políticas públicas”.<sup>30</sup> Tremblay, no entanto, apresenta uma postura bastante cética com relação às capacidades descritiva e prescritiva das teorias do diálogo institucional. Na realidade, argumenta o autor, não haveria diálogo entre cortes e legislaturas, mas uma série de atos unilaterais, com o objetivo de exercer influência recíproca, ou seja, uma espécie de “oitiva” mútua – uma conversa – que exerceria pouca influência sobre a decisão final de cada uma das instituições.

O novo institucionalismo como metodologia de análise do Poder Judiciário, especialmente do STF, apresenta-se, ao mesmo tempo, como uma perspectiva empírica e normativa das relações entre os tribunais, os demais poderes de Estado e a sociedade civil. O estudo comparado de arranjos institucionais estrangeiros não tem como principal objetivo o seu

## “O caminho alternativo consiste na adoção de uma postura mais humilde e cooperativa por parte dos ministros do STF

“transplante” acrílico para o contexto brasileiro, mas fornecer subsídios – teóricos e práticos – para a remodelagem do funcionamento das instituições em nossa sociedade.

Relevantes casos difíceis amplamente divulgados pela mídia, julgados ou em andamento, são impor-

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR



**CARLOS AYRES BRITTO, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Este ano a Corte já cassou mandatos de dois governadores. Além de Jackson Lago, Cássio Cunha Lima, da Paraíba, também perdeu o poder**

tantes para oferecer maior concretude à análise em termos de um acirramento do conflito entre os Poderes ou, então, para iluminar uma proposta alternativa mais construtiva de diálogo institucional.<sup>31</sup> Neste sentido, como exemplos de um acirramento do conflito entre os poderes de Estado em um sistema de controle de constitucionalidade cada vez mais forte em sua conotação concentrada e vinculante, sobretudo após o advento da EC nº 45/04, podemos citar os casos da cláusula de barreira e da fidelidade partidária no âmbito do STF. Ao mesmo tempo, constituem exemplos de conflito em sua dimensão mais aguda as recentes decisões do TSE, que resultaram na cassação dos mandatos dos governadores dos estados da Paraíba e do Maranhão por compra de votos e abuso do poder econômico.

Com relação à cláusula de barreira,<sup>32</sup> o STF decidiu, de modo unânime, pela inconstitucionalidade do artigo 13 da Lei nº 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos), que estabelecia a mencionada cláusula, com fundamento nos princípios do pluralismo político, da igualdade de chances e no direito das minorias. No tocante à fidelidade partidária,<sup>33</sup> houve interpretações principiológicas (ministro Celso de Mello, por exemplo) e formalistas (ministro Eros Grau), prevalecendo, ao final, a tese da perda do mandato de parlamentar em caso de infidelidade partidária.

As duas decisões do STF ocorreram em um contexto de forte debate sobre a reforma política, retirando, conseqüentemente, do Poder Legislativo a decisão final sobre dois temas centrais em tal discussão. É importante ressaltar, nos dois casos, o pressuposto assumido por vários ministros do STF acerca do caráter fortemente partidário de nossa democracia, contrariando estudos empíricos de cientistas políticos que destacam justamente o contrário, ou seja, a importância pessoal do candidato e a contribuição reduzida dos partidos políticos para a definição dos votos da maioria do eleitorado brasileiro.<sup>34</sup>

Por outro lado, um importante exemplo de diálogo institucional entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, com um viés mais construtivo, ocorreu no caso do Município de Luís Eduardo Magalhães (ADI nº 2240-BA), no qual, com apoio em uma argumentação lastreada na “força normativa dos fatos” e no “estado de exceção”, o STF decidiu no sentido da inconstitucionalidade da lei estadual responsável pela criação do referido município, no entanto, sem a consequente pronúncia de nulidade pelo prazo de 24 meses, tempo este considerado razoável para a deliberação e aprovação pelo Legislativo da lei complementar mencionada no § 4º do artigo 18 que disciplinará os requisitos para a criação de novos municípios. O resultado

deste diálogo consistiu na aprovação da EC nº 57/08, que convalidou a criação de todos os municípios cujas respectivas leis tenham sido publicadas até 31 de dezembro de 2006, incluindo, assim, o município de Luís Eduardo Magalhães.

O STF encontra-se atualmente diante de uma opção existencial. Um primeiro caminho – que provavelmente continuará a ser trilhado – aponta para um aumento da tensão entre os poderes com a mitigação dos tradicionais postulados do legislador negativo, da separação dos poderes e da suposta “neutralidade” política do Judiciário. Esse percurso institucional, mais conflitivo, pode ser vislumbrado no *hard case* da pesquisa com células-tronco embrionárias, oportunidade na qual o ministro relator Carlos Ayres Britto definiu o Supremo Tribunal Federal como uma “casa de fazer destino” ou, então, no caso da fidelidade partidária, quando o tribunal avocou um tema central na pauta da reforma política discutida no âmbito do Poder Legislativo. Outro exemplo paradigmático é o caso Cesare Battisti, que enfrenta questões institucionais com grande repercussão política, sobretudo para a relação entre os Poderes Executivo e Judiciário.

O caminho alternativo consiste na adoção de uma postura mais humilde e cooperativa por parte dos ministros do STF. Essa alternativa pode ser vislum-

**TESE.** Segundo alguns juristas, a suspeita e o descrédito em relação aos poderes democraticamente eleitos, como o Legislativo, fazem prosperar a judicialização da política. As Cortes Supremas dão a última palavra em questões cruciais



brada, por exemplo, no voto minimalista da ministra Ellen Gracie no caso das células-tronco embrionárias, ao afirmar que o STF “não é uma Academia de Ciências” ou, então, na argumentação do ministro Gilmar Mendes no caso do amianto (ADI-MC nº 3937-7/SP), oportunidade em que destacou a importância de realização de audiência pública com a participação de especialistas para a aferição dos riscos à saúde e ao meio ambiente provocados pelo amianto branco (ou crisotila). Outro importante exemplo consiste na realização da audiência pública sobre as ações de prestação de saúde (fornecimento de medicamentos, custeio de tratamentos experimentais ou no exterior etc.) convocada pela presidência do STF em março de 2009 e realizada no mês seguinte com a participação de autoridades, especialistas em matéria de Sistema Único de Saúde e da sociedade civil.

Segundo essa perspectiva, de acordo com Cass Sunstein, a interpretação da Constituição em ques-

tões controversas deve ser compreendida como um produto de contribuições de diferentes atores e perspectivas teóricas, que, em muitos casos, conduz a uma postura de *self-restraint* por parte dos magistrados em questões polêmicas.<sup>35</sup> Esse posicionamento, adepto de um minimalismo decisório atento ao diálogo institucional, implica uma compreensão da interpretação constitucional não em termos de quem tem a última palavra, mas como um processo dialógico complexo construído em contextos deliberativos a partir de diferentes contribuições provenientes da sociedade civil, de órgãos legitimados por seu conhecimento técnico e dos poderes democraticamente eleitos.

VERSUS<sub>online</sub>  
www.versus.ufrj.br

## NOTAS

- 1 - VIANNA, Luiz Werneck et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999, p. 22.
- 2 - GARAPON, Antoine. *O juiz e a democracia: o guardião das promessas*. Trad. Maria Luíza de Carvalho, Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- 3 - SANTOS, Boaventura de Souza. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.
- 4 - VIANNA, op. cit., p. 23-24.
- 5 - VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. *Revista de Direito do Estado*, ano 3, n. 12, p. 107-142, out/dez 2008.
- 6 - HIRSCHL, Ran. *Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2004.
- 7 - TATE, C. N.; VALLINDER, T. *The global expansion of Judicial Power*. New York: New York University Press, 1997, p. 33-36.
- 8 - HIRSCHL, Ran. The new constitutionalism and the judicialization of pure politics worldwide. *Fordham Law Review*, v. 75, 2006, p. 727.
- 9 - Integram o pensamento constitucionalista hegemônico, entre outros, as seguintes teorias e autores: a teoria da justiça como equidade de John Rawls, o Judiciário como “fórum de princípio” segundo Ronald Dworkin, a “representação argumentativa” proposta por Robert Alexy e a perspectiva garantista de democracia constitucional defendida por Luigi Ferrajoli.
- 10 - STF, Informativo do STF 508, ADI nº 3510/DF, Rel. Min. Carlos Britto.
- 11 - MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de Direito Constitucional*. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 400.
- 12 - FARIA, José Eduardo. Justiça e conflito: os juizes em face dos novos movimentos sociais. 2ª edição, revista e ampliada. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1992, p. 11-48.
- 13 - Neste sentido, confira o importante artigo: SMITH, Stephen F. Taking lessons from the left? Judicial activism on the right. *The Georgetown Journal of Law and Public Policy*, nº 58, p. 56-80, 2002-2003.
- 14 - SUNSTEIN, Cass. *Radicals in robes: why extreme right-wing Courts are wrong for America*. New York: Basic Books, 2005.
- 15 - MARSHALL, William. Conservatism and the seven sins of judicial activism. *University of Colorado Law Review*, 2002. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract\_id=330266>. Acessado em: 30 nov. 2008.
- 16 - SUNSTEIN Cass., *Radicals in robes: why extreme right-wing Courts are wrong for America*, p. 41-44.
- 17 - SUNSTEIN, *Radicals in robes: why extreme right-wing Courts are wrong for America*, p. 43.
- 18 - VALLE, V. L. et al. *Ativismo jurisdicional e o Supremo Tribunal Federal: laboratório de análise jurisprudencial do STF*. Curitiba: Juruá, 2009, p. 39.
- 19 - HIRSCHL, Ran. The new constitutionalism and the judicialization of pure politics worldwide. *Fordham Law Review*, v. 75, 2006, p. 727-728.
- 20 - TATE, C. N.; VALLINDER, T. (Ed.). *The global expansion of Judicial Power*. Nova York: Nova York University Press, 1997, p. 33.
- 21 - TATE, C. N.; VALLINDER, T. (Ed.). *The global expansion of Judicial Power*. Nova York: Nova York University Press, 1997, p. 35.

- 22 - Cf. DWORKIN, Ronald. Looking for Cass Sunstein. *New York Book Review*, v. 56, nº 7, abril 2009.
- 23 - DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- 24 - SUNSTEIN, C. VERMEULE, A. Interpretation and institutions. Public Law and Legal Theory Working Paper Series, Chicago, nº 28, p. 01-55, 2002. Disponível em: <http://law.uchicago.edu/academics/publiclaw/index.html>. Acessado em: 20 mar. 2009.
- 25 - VERMEULE, Adrian. *Judging under uncertainty: na institutional theory of legal interpretation*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006, p. 63-85.
- 26 - GOODIN, Robert E. (Ed). *The theory of institutional design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 01-53.
- 27 - Essa perspectiva teórica é estudada pelo grupo de pesquisa “Observatório da Justiça Brasileira” (CNPq-UFRJ), sob a coordenação da Profa. Dra. Margarida Maria Lacombe Camargo, no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Representação Argumentativa e Desenhos Institucionais: Uma Análise do Supremo Tribunal Federal brasileiro”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teorias Jurídicas Contemporâneas da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.
- 28 - GOODIN, Robert E. (Ed). *The theory of institutional design*, cit., p. 21.
- 29 - ROACH, Kent. Dialogue or defiance: Legislative reversals of Supreme Court decisions in Canada and the United States. *International Journal of Constitutional Law*, v. 4, n. 2, p. 347-370, Apr. 2006. p. 348.
- 30 - TREMBLAY, Luc B. The legitimacy of judicial review: the limits of dialogue between courts and legislatures. *International Journal of Constitutional Law*, Oxford, v. 3, n. 4, p. 617-648, 2005. p. 617.
- 31 - Cf. REVISTA JURÍDICA DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO DA UFRJ, v. 1, n. 3, dez. 2008. A publicação da edição especial da *Revista Jurídica da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro* (ISSN 1984-0950) é o resultado da pesquisa intitulada “Projeto Dossiê Justiça: uma proposta de observação das relações entre Constituição e Democracia no Brasil”, que contou com a participação de pesquisadores da UFRJ e da UnB, com financiamento institucional do Ministério da Justiça, sob a coordenação, na UFRJ, dos professores José Ribas Vieira e Margarida Maria Lacombe Camargo.
- 32 - STF, DJ 30 mar. 2007, ADI nº 1351-3/DF, Rel. Min. Marco Aurélio; e STF, DJ 25 mai. 2001, ADI nº 1354-8/DF, Rel. Min. Mauricio Corrêa.
- 33 - STF, DJ 17 out. 2008, MS nº 26602/DF, Rel. Min. Eros Grau; STF, DJ 19 dez. 2008, MS nº 26603/DF, Rel. Min. Celso de Mello; e STF, DJ 3 out. 2008, MS nº 26604/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia.
- 34 - MARENCO, André. Migração partidária. In: AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima (Orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 183-187.
- 35 - SUNSTEIN, Cass. *A Constitution of many minds: why the founding document doesn't mean what it meant before*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2009.



*Ivan de Angelis, o autor destas fotos, é cineasta e diretor da produtora Cinema em Dia. Esteve recentemente em Havana para um curso na Escola Internacional de Cinema de San Antonio de los Baños*

## Havana



**PASSEIO aos domingos, num carro americano fabricado há mais de 50 anos. Ao lado, casarão dos tempos da colônia**

Submetida a implacável bloqueio econômico, a mobilidade de Cuba, diante da crise econômica, é reduzida. E as dificuldades se agudizam. Isto no ano do cinquentário da Revolução e da suspensão do veto da OEA (Organização dos Estados Americanos) ao ingresso do país (que, aliás, torceu o nariz para o fato). O que impressiona é que, andando pelas ruas de Havana, a atmosfera é de um povo que resiste sem perder o bom humor. O inconfundível azul do mar do Caribe, visto do Malecón (calçadão onde os cubanos se reúnem para conversar e namorar), é cenário de tirar o fôlego. Mas a mística da capital cubana, aos olhos do mundo, está intimamente ligada à história política do país. Na terra do mojito, do daiquiri, do rum, da excelência dos charutos e das salsas contagiantes.

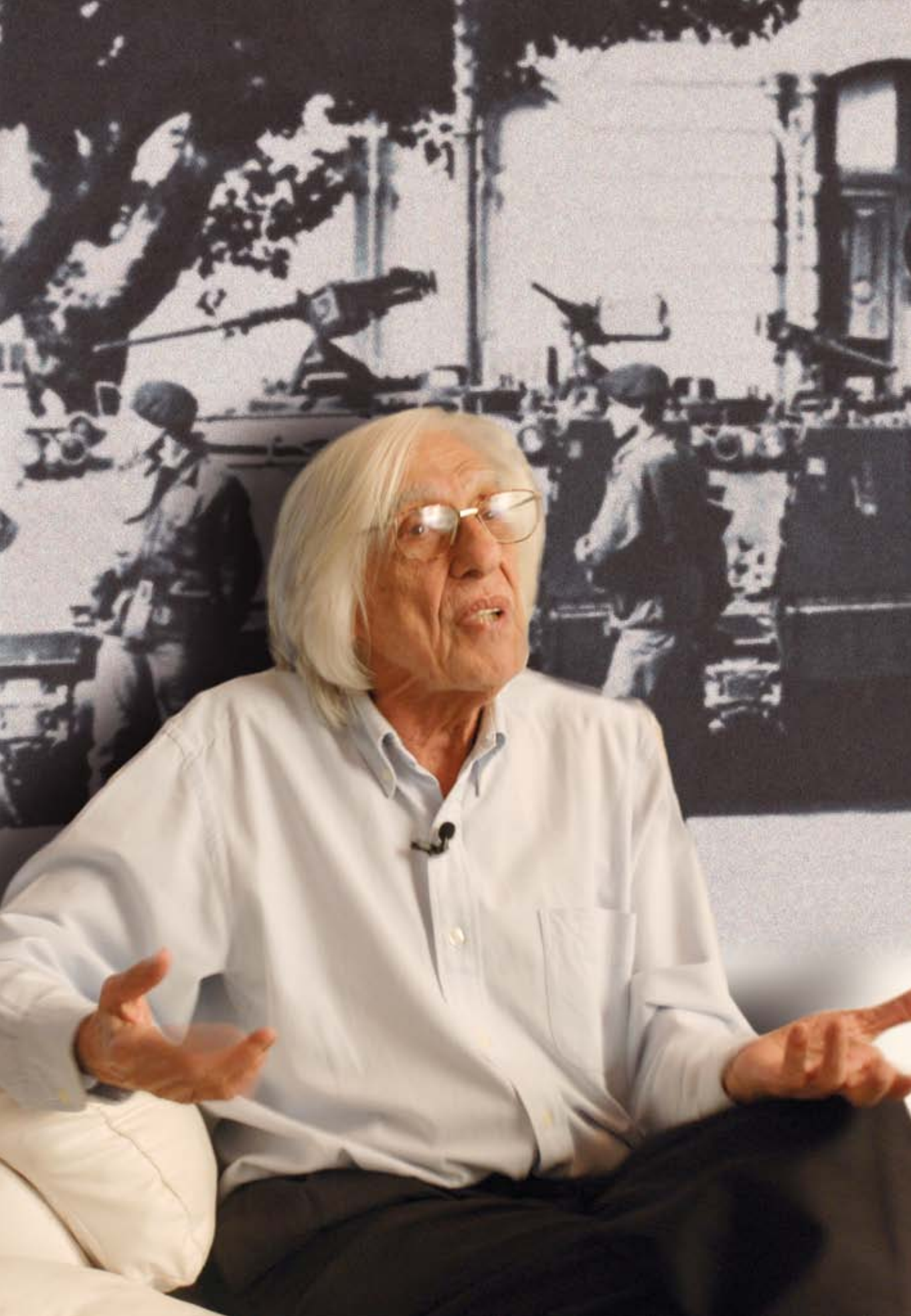


**H**avana foi declarada pela Unesco, em 1982, Patrimônio da Humanidade. A cidade reúne um incomum conjunto arquitetônico que conta a sua história secular. São fachadas em estilos diversos. O pré-barroco, o barroco, o neoclássico estão presentes em suas edificações (assim como a *art nouveau* e *art déco*). O prédio do Capitólio abriga o museu da Ciência e Tecnologia. A parte nova da cidade faz o contraste com os prédios antigos. Os cinemas têm audiência garantida e, aos domingos, as praças se enchem de pessoas para o beisebol, o esporte preferido dos cubanos. As crianças vestem fantasias de super-heróis e, nos dias de semana, é comum vê-las de uniforme pelas ruas, conduzidas por professores, para atividades extraclasses. Passeio obrigatório da população: sorveteria Coppelia.



# TRILHA









## PERSONAGEM

Luiz Carlos Maranhão \*

# A saga de Gullar

*Retrato do escritor que deixou a remota ilha de São Luís na década de 1950 para viver as circunstâncias históricas de um mundo em ebulição. Exílio, arte, política, jornalismo e, é claro, poesia se misturam na trajetória do intelectual que trava o seu combate existencial com as armas da análise e o delírio da criação*

\* Márcia Rocha e Elisa Monteiro produziram esta matéria. Marco Fernandes fotografou. Ney Sant'Anna e Julio Frankel, da equipe de audiovisual da Coordenação de Comunicação da UFRJ, filmaram a entrevista para o site [www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br). Arte de Gil Castro.



**DITADURA.**  
**Soldados nas ruas de**  
**Buenos Aires**

## A Argentina

respirava atmosfera sufocante naqueles meses de 1975. Fordes Falcon com equipes de milicianos paramilitares com sede de sangue cruzavam as largas avenidas da capital portenha na caça aos comunistas. Prisões, sequestros e assassinatos políticos se sucediam. A ditadura batia à porta e o golpe militar que derrubaria a presidente Isabelita Perón era iminente. Num quarto de hotel em Buenos Aires, exilado e sem passaporte, Ferreira Gullar, acochado, com medo da morte, escrevia o “Poema Sujo” como se fosse “um testemunho final, a última coisa a fazer”. A imagem é de alguém que, ao

observar sua tragédia, no limite da existência, recorre ao começo de tudo – o texto recria a São Luís de sua infância – para se libertar da emoção. “Se há um poema que nasceu da circunstância, foi aquele”, diz ele à VERSUS, mais de 30 anos depois.

Foram dias difíceis para Gullar. Ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), tivera de deixar o Brasil no início dos anos 1970. O primeiro destino foi Moscou. Em seguida, Santiago do Chile, de Salvador Allende. O assassinato de Allende em setembro de 1973 o obrigou a deixar às pressas o Chile. Buscou refúgio na Argentina. Mas o destino do governo de Isabelita já estava selado pela sanha golpista da direita. Com o golpe, a situação complicou. “Era ditadura no Peru, no Paraguai, na Bolívia, em tudo quanto é canto. Pensei: bom, estou ferrado. Pra onde eu vou?”, relata. Começa a sumir gente em volta dos exilados em Buenos Aires. Quem podia, tratava de ir embora. Ele não tinha essa opção. O passaporte estava cancelado pelo Itamaraty. “Eu estou aqui quem sabe no final da linha. Então enquanto é tempo, vou escrever o que ainda é possível escrever antes que acabem comigo.” O desespero buscava a palavra.

O “Poema Sujo”, sua obra mais famosa, nasceu assim. É uma construção poética de fôlego. A professora da Faculdade de Letras da UFRJ, Eleonora Ziller Camenietzki, autora do livro *Poesia e política – A trajetória de Ferreira Gullar* (Editora Revan, Rio de Janeiro, 2006), afirma no seu estudo que a obra “é o resultado de inúmeras buscas poéticas realizadas em décadas anteriores, em cada um de seus livros”. Mas o que se destaca no texto é o profundo mergulho na memória da terra natal do escritor, muitos anos depois de ter deixado

a ilha de São Luís, em agosto de 1951. Gullar arrisca uma explicação. “Um amigo meu que é poeta e foi o primeiro tradutor de poesias minhas na Argentina, Santiago Kovadloff, disse que eu busquei a infância em São Luís porque é o solo primeiro, porque eu estava atrás da pátria. Fui pra aquela ilha porque foi lá que eu nasci e a infância é a pátria primeira, é o começo de tudo”, diz.

Gullar costuma dizer que, se não tivesse nascido em São Luís, seria outra pessoa. “Eu não seria a mesma pessoa, sobretudo quando se trata da poesia, porque a poesia é feita de muitas vozes como é o título do meu último livro (*Muitas vozes*, José Olímpio, Rio de Janeiro, 1999)”, diz. “São as vozes que eu falo, é o barulho do vento, é a cor do céu, as luzes da cidade, das manhãs, são os cheiros das coisas, é todo um mundo de sensações que constitui você”, afirma. E acrescenta: “A matéria que te constitui são essas coisas, são essas lembranças

em vozes e coisas vividas, e isso se dá na infância. Depois algumas outras coisas se acrescentam. Mas o começo, a matéria primordial é a infância, é ali que a coisa começa.”

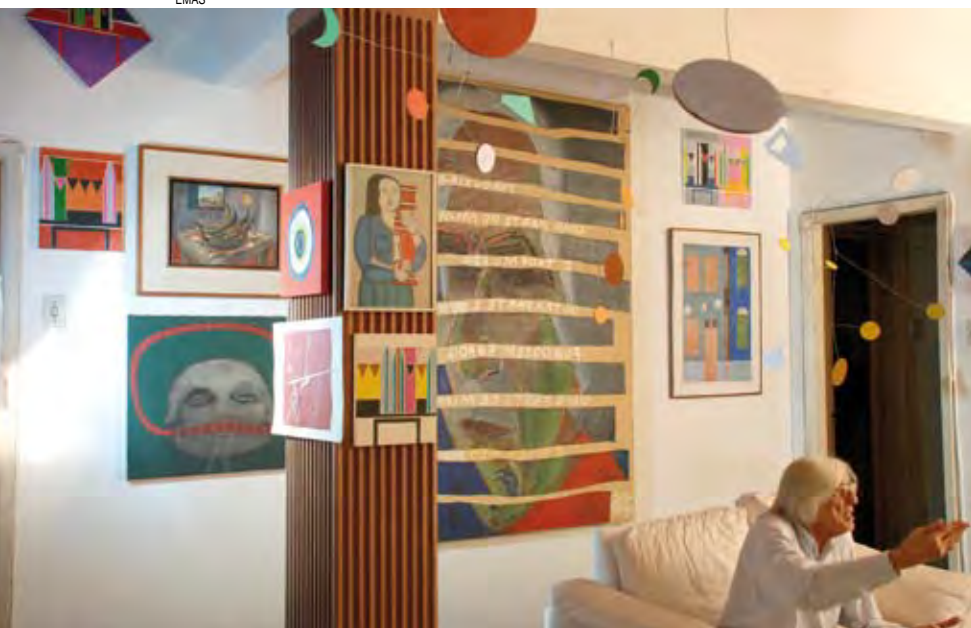
A primeira leitura do “Poema Sujo” foi feita pelo autor, na casa de outro exilado brasileiro em Buenos Aires, o dramaturgo Augusto Boal, ainda em 1975. Vinicius de Moraes, que passava pela capital para uma temporada de shows, gravou o recital em fita cassete e trouxe para o Brasil. O editor Ênio Silveira, da Civilização Brasileira, resolver bancar a publicação.

O escritor mora sozinho no primeiro andar de um edifício antigo há poucas quadras da praia de Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Sua companheira, a também escritora Cláudia Ahimsa, mora na vizinha Ipanema. Entre quadros, fotografias, esculturas e móveis, Gullar constrói sua rotina escrevendo, fazendo anotações, lendo, preparando palestras. As

atividades incluem tarefas domésticas, como fazer as compras da casa. Diz que é necessário para manter a forma. “Eu vivo em pé, vou ao supermercado, à farmácia, faço tudo”, relata, com indisfarçável autoelogio. “Também encontro tempo para uma volta na praia, às vezes quando bate uma depressão, uma coisa assim. Saio e vou andar pelo sol, vou ver o pessoal na praia”, conta.

Ele diz que gostaria de mais horas de sono. “Acordo cedo demais, gostaria de acordar mais tarde.” Às seis da manhã já está de pé. “Não durmo antes da meia-noite; quer chova, quer faça sol eu durmo meia-noite.” Sua vida social inclui idas ao cinema, a exposições, encontro na casa de amigos. Um é especial. O almoço mensal na casa do cineasta Zelito Viana. A reunião tem até nome: “os comunistas estão chegando”. “É tudo comunista aposentado” brinca. Ferreira Gullar nasceu em 1930, com o nome de batismo de José Ribamar Ferreira.

EMAS



**CENÁRIO.** Gullar entre móveis e quadros no seu apartamento, em Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro



**LIVROS,  
entalhes,  
esculturas e  
quadros no  
universo do  
poeta**



Indagado se a idade o incomoda, ele diz que ninguém acredita que tenha 78 anos (faz 79 em setembro). “Eu também não me sinto, mas me dou conta que vou fazer 80 anos logo ali. É um absurdo, uma coisa que não entra em minha cabeça”, reclama.

A poesia e outros projetos intelectuais estão vivíssimos. Depois de 10 anos, Ferreira Gullar está com um livro de poesias pronto. *Em alguma parte alguma*, é o título, vai ser publicado em 2010 pela José Olympio, que é a sua editora para poesias. Um outro livro está sendo escrito. “Vai me dar bastante trabalho”, observa. Mas trata-se de um projeto que particularmente o encanta. É a sequência de um trabalho iniciado há alguns anos com a publicação de um livro chamado *Relâmpagos*, editado pela

Cosac&Naify. Ele explica: “Não é sobre poesia, é um livro sobre arte. Mas não é um livro sobre crítica de arte, nem sobre teoria artística, é um livro de paixão.”

Diante de uma obra de arte, Gullar faz comentários apaixonados, sem compromisso com o rigor da análise. “É para emocionar”, diz. “Eu escrevo 20 linhas sobre *As Meninas*, o quadro do Velázquez. Então é uma visão apaixonada, de poesia. Eu escrevo um artigo sobre os móveis de Calder, na mesma linha.” Gullar gostou do resultado de *Relâmpagos*: “Não queria que fosse um livro de arte, aquele livrão grande. É um livro de tamanho normal, com a reprodução de obras-primas e meus comentários. Então resolvi escrever um segundo livro com a mesma característica. “Bom, eu já estou revelando

o livro, espero que a Cosac&Naify não fique em cima de mim porque você diz que está fazendo, o cara quer logo publicar. Vai demorar, hein, vai.”

Ferreira Gullar é um intelectual de espantosa versatilidade. Além de poesia (que ele enquadra num gênero especial, veja a entrevista a seguir), Gullar já produziu um número incontáveis de ensaios, alguns indispensável e polêmicos como os textos reunidos nos livros *Vanguarda e subdesenvolvimento* (Civilização Brasileira, 1969; 2ª ed., 1979; 3ª ed., 1984) e *Cultura posta em questão* (Civilização Brasileira, 1965). Escreveu peças de teatro, crônicas (mantém um artigo semanal para as edições de domingo do jornal Folha de São Paulo), ficção e fez diversas traduções. “O intelectual que analisa e pondera é o

## TRECHO DO POEMA SUJO

Me lavo no Ribeirão.  
Mijo na Fonte do Bispo.  
Na Rua do Sol me cego,  
na Rua da Paz me revolto  
na do Comércio me nego  
mas na das Hortas floresço;



COLEÇÃO PARTICULAR DE LUIS FERNANDO BANHA

próprio artista que delira”, como define Leandro Konder.

Na tradução das fábulas de La Fontaine, deixa a sua marca pessoal. “Invento sempre alguma coisa”, diz. “Tem uma fábula que é assim: é inverno, o cara sai de casa e tem uma serpente enregelada na porta dele, coitadinha. Pegou a serpente, levou pra perto da lareira, aí a serpente foi melhorando e tal, daqui a pouco deu um bote nele. Então ele estava com um facão, cortou a serpente em três pedaços. Moral da história: deve se fazer o bem, mas deve se olhar a quem. Isso é a moral do La Fontaine, e aí a minha moral: fazer o bem está certo, mas tenha um facão por perto”, se diverte.

**Tem algum cuidado ao escrever para as crianças?**

Gullar diz não ter cuidado es-

pecial. “Eu não sei nem se é para criança que eu escrevo, eu me divirto assim: ‘Doutor Urubu, a coisa está preta. A falta de chuva acabou com a colheita, a fome é geral, até já me sinto mal’, disse a raposa pra ele. Aí o Urubu disse: ‘Não raposa, depende do ponto de vista, para quem gosta de carniça, a coisa agora tá branca, tá cor-de-rosa!’ Agora, se é para criança não sei.”

Como não anda mais de avião (“porque não sou maluco”), uma preocupação toca o poeta. Não sabe como vai fazer para se deslocar até São Luís para as homenagens pelos seus 80 anos de idade em 2010. “Eu até fico pensando pegar um carro, mas essas estradas não prestam, me falam que tem até assaltantes nas estradas, aí eu não sei. É muito difícil”, lamenta.

**A SÃO LUÍS da década de 1940, onde Gullar passou infância retratada no Poema Sujo**



“É a  
poesia  
que te  
escolhe”

**VERSUS** Na sua trajetória você tem caminhado por várias frentes. Mas é a poesia a expressão maior da sua emoção?

**FERREIRA GULLAR** Bem, eu comecei a fazer jornalismo pra ganhar a vida. Porque poesia, como você sabe, não dá camisa a ninguém. Então como o que eu sabia fazer era escrever, me tornei jornalista, e minha vida inteira foi em relação ao jornal. Paralelamente a isto, sem planejar nada – porque uma característica minha é não planejar, meu negócio é vôo livre – fiz outras coisas. Nunca fiz planos, nem de ser escritor, as coisas vão acontecendo e eu vou aceitando. Se é bom, eu topo. Se não, caio fora. Quando fui para o

CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, me chamaram para escrever peças de teatro e eu topei, procurei aprender. Depois no Grupo Opinião, eu escrevi junto com o Vianinha (Oduvaldo Vianna Filho) e o Armando Costa. Depois escrevi peças por minha conta mesmo, de modo que todas essas coisas eu fui fazendo em função das circunstâncias e, evidentemente, também experimentando se eu tinha capacidade de fazer aquilo. Porque também não me julgo o super-homem capaz de fazer tudo. Agora, o que não dá para fazer, eu não me meto.

#### E a poesia?

Agora, a poesia é diferente, porque não é profissão. E você não pode passar 24 horas do dia fazendo poesia, impossível. Porque a

poesia é que te escolhe, não é você que escolhe e diz: eu agora vou escrever um poema. Não vai, não depende. A crônica é diferente. Hoje é quarta, e tenho que escrever para a *Folha de São Paulo*. Já pensei alguns assuntos. Se não pensei, vou buscar alguns assuntos e escrevo. Agora, com o poema, não.

#### Depende da inspiração, é isso?

O pessoal antigamente falava de inspiração. Eu digo: depende do espanto. Eu escrevo a poesia em função de alguma coisa que eu chamo de espanto. Algo que se revela, não precisa ser uma coisa muito diferente da vida não, é coisa do cotidiano. Por exemplo: eu estou sentado nessa poltrona vendo televisão, toca o telefone e eu me levanto pra atender. O osso de minha perna, o fêmur, toca na

bacia. Eu fui até o telefone. Depois me sento e falo assim: eu tenho um osso dentro de mim. Eu sempre soube que eu tive, mas uma coisa é saber teoricamente, outra coisa é bater um osso no outro, dentro, em você. Quer dizer, eu sou o osso. Osso pensa? É uma coisa que nasce do espanto, ou seja, é alguma coisa da vida inexplicada e inexplicável. Essa que é a matéria da poesia.

## **Esse processo é doloroso, às vezes?**

Não, não é nada doloroso. O espanto pode às vezes te magoar, mas o escrever não é, o escrever é liberar-se. Como disse o Eliot (poeta norte-americano, 1888-1965): Eu escrevo para me libertar da minha emoção". O cara não escreve pra se emocionar, ele escreve pra se libertar da emoção, porque a emoção é insuportável, ninguém aguenta viver emocionado a vida toda, não dá.

## **Esse conjunto de sensações e a forma como hoje você define a poesia não caberiam dentro da idéia do concretismo, correnteda qual o senhor se aproximou no início de sua poesia?**

Eu, a rigor, nunca concordei com a visão concretista que foi definida pelo Grupo de São Paulo. Tanto que em seis meses do movimento lançado eu rompi. Porque a visão concretista exclui todos esses fatores a que eu estou me referindo. Exclui basicamente a subjetividade. E quer criar uma poesia sem discurso, uma poesia sem o pensamento, sem o logos. O que dá concretude às coisas, como o Hegel (filósofo alemão, 1770-1831) diz, é a soma de todas as determinações. Ou seja, tem um gato aqui na sala. O gato não existe, não tem determinação nenhuma; é o gato, um universal, uma coisa abstrata. O gato que existe, este gato. Quando eu digo este gato, eu já estou

definindo ele, eu já estou dando uma determinação. Este gato. Este gato que se chama Gatinho, que tem 3 anos de idade, e tudo o que eu disser a respeito dele, que o discurso possibilita, dá concretude a ele. Quanto mais eu diga, quanto mais eu dê informações, quanto mais eu defina, mais concreto é. Uma poesia que não tem discurso é abstrata. Essa poesia concreta devia se chamar poesia abstrata.

## **A poesia inventa a realidade**

**Quando se trata da produção de um ensaio, a relação é mais racional. Você se sente à vontade produzindo ensaios?**

**“O cara não escreve para se emocionar, mas para se libertar da emoção. Porque a emoção é insuportável, ninguém aguenta viver emocionado a vida toda, não dá**

É diferente. Se for um quadro, eu em geral escrevo sobre artes plásticas, você vai analisar aquilo, você vai tentar criar um discurso lógico, analítico, que vai definir aquela experiência daquele artista ou daquela obra. Então é diferente da atitude do poeta. O poeta não quer definir nada, nem quer expressar e nem quer revelar a realidade. As pessoas costumam dizer que a poesia revela a verdadeira realidade. A poesia não

revela, a poesia inventa a realidade. A arte não revela a realidade, inventa. Shakespeare (1564-1616) não revelou a complexidade da alma humana, ele inventou a complexidade da alma humana. Não é que não existisse, mas não está formulado. Não está formulado, então não existe. Para nós o que existe é o que nós entendemos. Em matéria de arte e literatura, é o que nós vivemos e experimentamos. Então é inventado. O poema não é necessário e nem é fatal, podia não ser escrito. A *Divina Comédia* podia não ter sido escrita. Era só o Dante ter morrido com 15 anos de idade que não teria sido escrita. É desnecessário, não. Porque depois de escrito passa a integrar nossa vida, que é inventada, que é cultura.

## **A vida é inventada...**

Porque nós não vivemos na natureza, quem vive na natureza é macaco e jacaré. Nós vivemos na cidade que é inventada por nós, feita por nós e, sobretudo, num mundo dos valores. É aí que nós vivemos, vivemos num mundo de valores. O que nós somos é o que o outro pensa de mim e do que eu sou capaz de me afirmar como indivíduo, como ser humano. Eu estava nessa janela um dia, tinha dois mendigos discutindo lá embaixo e o outro falou assim, todo esfarrapado: "Você me respeite." Claro. Se o outro não me respeita, eu não existo. Então a vida é inventada, e o poema é inventado. Eu uma vez escrevi um poema sobre a cidade, a casa onde eu nasci em São Luís, onde eu vivia na infância. Eu estava clandestino, aí de repente eu tive que ir embora, a situação apertou e eu tive que ir embora do Brasil. Aí fui para Moscou, tudo bem. Aí eu estou em Moscou, pego minha pasta, meus poemas, e cadê o poema da minha casa? Sumiu. Perdi o poema. Poxa,

mas o poema era tão legal, perdi o poema. Mas eu não vou perder o poema, eu vou ter que fazer de novo. Aí fiz de novo e publiquei, em 1975. Publiquei no livro *Dentro da noite veloz*. Em 77 eu volto ao Brasil. Abro a gaveta, está lá o poema, o primeiro. Era diferente do que foi feito depois. Se eu não tivesse pensado que eu havia perdido, ele ia ser o poema da minha casa. Como achei que perdi, escrevi outro. Fiquei com dois.

Mas isso indica o quê? Que não é fatal. O mundo é feito, a vida é feita de acaso e necessidade, é um jogo de acaso e necessidade. O homem vive lutando contra o acaso, a nossa vida é uma batalha permanente contra o acaso, a bala perdida. Ou é Deus ou o acaso, é esse o nosso dilema. Deus é a providência divina, não tem acaso. Ele manda em tudo, toma conta de tudo e a bala perdida não te toca. Agora se Deus não existe, existe o acaso e você está ferrado. Por isso que o pessoal adora Deus, quer Deus, claro, sem Deus a vida é difícil. Eu que o diga.

**Então as transformações históricas são acaso, são circunstâncias?**

As coisas são acaso e necessidade. As coisas existem porque tem alguma coisa da realidade que faz

**“O socialismo nasceu em meados do século XIX como uma resposta a um capitalismo selvagem, brutal, num nível de exploração inaceitável**

ela existir. Não há uma única possibilidade. Então, eu saio daqui e pode não acontecer nada comigo, mas pode uma bala perdida me atingir. Não é fatal que aconteça. Mas se há bala perdida é porque existem nas favelas os grupos armados, não é por acaso, não é de Marte que a bala vem, a bala vem das circunstâncias reais. Agora pode acontecer e não acontecer. **O senhor viveu um momento muito especial do século passado aqui no Brasil e no mundo, onde a conjuntura, as mudanças se davam com uma**

**grande velocidade, na arte, na literatura, na política existia a perspectiva socialista colocada no horizonte, a utopia era um sonho presente. Acha que essa geração perdeu a batalha?**

Não. As coisas não são assim, não é assim. A vida é inventada e não existe perfeição da invenção. O socialismo nasceu em meados do século XIX como uma resposta a um capitalismo selvagem, brutal, num nível de exploração que nenhuma pessoa com o mínimo de solidariedade humana, de ética, de visão, de justiça, podia aceitar. Botar criança de orfanato pra trabalhar 15 horas até morrer, não dá. Botar o velho pra trabalhar, o cara não tinha nem 60 anos. Porque hoje se vive 60 anos, mas tempos atrás o cara estava liquidado, trabalhava 15, 16 horas por dia e não tinha aposentadoria, não tinha seguro-saúde, não tinha nada. Trabalhava enquanto tinha força. Acabou, morria sem nenhuma proteção. Então é claro que isso é uma selvageria, e o socialismo nasceu pra corrigir isso.

**E não corrigiu?**

O mundo não é o mesmo, o capitalismo não é o mesmo o que era quando Marx escreveu o *Manifesto Comunista*, não é. Mudou, mudou o senso de justiça, o senso de direito, tudo isso mudou e as conquistas sociais, a conquista dos direitos dos trabalhadores. A previdência social, sabe quando ela foi criada? Em 1919, dois anos depois da Revolução Russa, em 1917. O pessoal falou: antes que toquem na gente, vamos dar a previdência. Criaram na Alemanha, a previdência social. As coisas mudam, mas o homem cria determinadas coisas que podem não durar a vida inteira, mas cumpre o seu papel. O capitalismo não é o mesmo hoje do que ele era há dois séculos. Mudou em função da pressão social.

MARCO FERNADES



**ESCULTURA**  
que o homenageia tem lugar de destaque na estante



# Gullar por Gullar

## Fama

Outro dia eu desci aqui na papelaria para comprar um negócio, tinha um mendigo de porre na rua, chutando o pneu do carro. Quando fui passando ele falou: “Ferreira Gullar, famoso e eu não sei quem é!” Essa definição que a sociedade tem. É exatamente isso, o cara faz eu não sei quê, só sei que é famoso. Aparece na televisão, olha lá, é famoso.

## O tempo

Eu não sinto que vou fazer 80 anos no ano que vem. Mas ao mesmo tempo sei que eu tenho essa idade. Então esse fato pesa sobre você. Porque é o tal negócio, vai acabar, essa farra vai acabar, está chegando a hora. Eu não sou um cara grilado com morte. Se me perguntarem quer morrer agora, eu digo não, por enquanto não. Mas eu tenho plena consciência que a vida é uma coisa que tem fim.

## Medo de avião

Não viajo mais de avião porque não sou louco. Me chamam a São Paulo para fazer uma palestra, eu vou de carro. Pagam o carro, chofer e tal, o chofer é um cara de minha confiança e vai tranquilo. E só viajo de dia. Não sou doido em viajar de noite nessas estradas aí. E então eu vou calmo, até lendo. O cara me apanha na porta de casa e me deixa na porta do hotel. O automóvel balança, mas o carro está no chão, não vai cair mesmo.

## Otimismo

Sou um otimista. Não acredito que a sociedade vai ser inteiramen-

te justa. Mas que ela vai ser melhor do que ela é, porque há sociedades melhores que a nossa. Essa ideia de que o capitalismo não melhora é mentira. Ele melhorou do século XIX pra cá. Na Europa países capitalistas que são muito melhores que o nosso do ponto de vista do atendimento social, dos serviços sociais, da redução da pobreza. A sociedade brasileira é melhor hoje do que era em 1950. Algumas coisas são piores, como a violência no Rio.

## O interesse pela poesia

A poesia vai bem, obrigado. A poesia não vale nada no mercado, mas vale para as pessoas. Então existe muita gente voltada para a poesia, muito mais do que a gente pensa. Existem grupos aqui no Rio que dizem poesia até de madrugada. A poesia está presente. É evidente que tem muito mais gente vendo o Faustão do que lendo poesia, mas é assim mesmo, a vida é assim mesmo. O que importa é o cara que te encontra na rua e tira do bolso do paletó “esse poema aqui ‘Filhos’, que o senhor publicou no *Globo*, e que eu guardo há vários anos recortado porque esse poema é minha alegria”. Então, o que eu quero mais?



EMAS

## TRADUZIR-SE

*Uma parte de mim é todo mundo: outra parte é ninguém: fundo sem fundo.*

*Uma parte de mim é multidão: outra parte estranheza e solidão.*

*Uma parte de mim pesa, pondera: outra parte delira.*

*Uma parte de mim almoça e janta: outra parte se espanta.*

*Uma parte de mim é permanente: outra parte se sabe de repente.*

*Uma parte de mim é só vertigem: outra parte, linguagem.*

*Traduzir uma parte na outra parte — que é uma questão de vida ou morte — será arte?*

Na vertigem do dia. *Civilização Brasileira*, 1980. José Olympio, 2 ed., 2004.  
In: *Toda poesia*, José Olympio, 12 ed., 2002.

# Na trajetória, estética e política

*Poesia e política – A trajetória de Ferreira Gullar\** foi escrito pela professora do Departamento de Ciência da Literatura da Faculdade de Letras da UFRJ, Eleonora Ziller Camenietzki. Resultado da tese de doutorado da autora, a obra procura estabelecer o contexto no qual floresceram as preocupações estéticas e políticas do escritor maranhense. Para atender a esse objetivo, Eleonora constrói o panorama da cultura brasileira no período histórico que marca a atuação de Ferreira Gullar. O livro mergulha na produção intelectual desse artista visceral e do militante que procura intervir na realidade. Veja trechos do depoimento da autora.

## “Poema Sujo”

É um poema de uma crise profunda, escrito na década de 70, quando estávamos absolutamente sendo derrotados, aquela busca intensa pela sobrevivência. O texto traz uma carga grande de crítica ao processo de militarização do continente, mas também do seu próprio sistema de crenças, da arte e da política do século XX. Por isso ele é tão poderoso, uma espécie de ajuste de contas. Outra coisa que me atrai no Gullar é a essência do “Poema Sujo”, que é destacar que qualquer tipo de pureza é reacionária, a vida é suja, incompleta, imperfeita, a beleza é feita dessa imperfeição. É uma recusa visceral ao modelo clássico, atemporal, universalizante, abstratizante, de uma arte que sobrevoa divinamente os seres humanos.

## Neoconcretismo

O poeta tem um embate corpóreo, ele é essencialmente irreligioso desde sempre. Ela vai enfrentar a finitude do corpo, o limite humano, a nossa insignificância no mundo. A existência dada no confronto com o mundo real. Daí as bananas podres e o enfrenta-

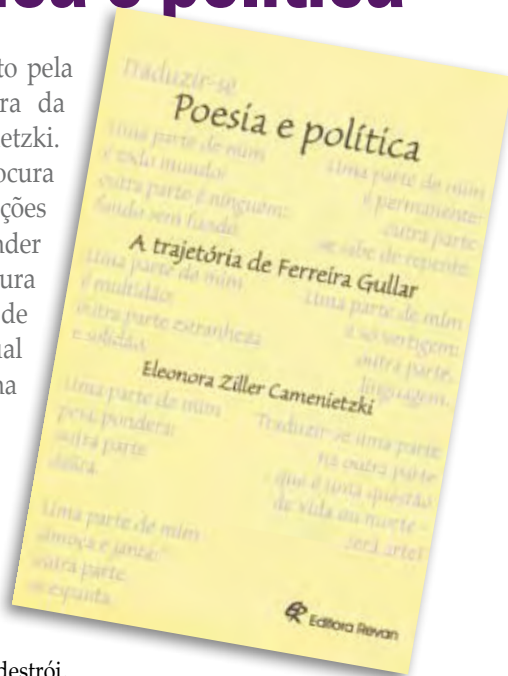
mento que ele tem com o tempo e a linguagem, as duas questões centrais de sua poética. O limite de seu experimentalismo está em Rocezeral, quando destrói, esfacela, mastiga a linguagem. Em sua própria interpretação, depois de Rocezeral, só o silêncio. Essa absoluta experimentação leva ao neoconcretismo.

## Orgânico

O neoconcretismo, na poesia, deixou pouca coisa, mas nas artes plásticas nos deixou como legado Hélio Oiticica, Lígia Clark, Lígia Pape. O Gullar, numa pequena apropriação gramsciana, foi o intelectual orgânico do neoconcretismo. Ele tem essa necessidade de ser o intelectual que dá voz a um grupo.

## PCB

Ferreira Gullar entra para o PCB como militante no dia 1º de abril de 1964. A visão dele de revolução sempre foi mais light. O processo era polarizado, ele tem paixão, a revolução dele sempre foi mais socialista do que comunista, embora do ponto de vista filosófico



comprasse o debate marxista. Com o golpe militar é preciso se organizar e resistir, sem a luta armada. Ele vai assumir a militância numa época onde só tem a perder.

## Sobrevivente

Ferreira Gullar é um desses intelectuais que apostou a vida nas suas ideias e, em alguns momentos, pagou um preço alto por isso. Mas mesmo que pareça paradoxal, por isso mesmo sobreviveu às tempestades e aos modismos. Nas apostas apaixonadas em que inscreveu sua trajetória, nunca foi uma unanimidade. Percorreu um caminho fora das instituições universitárias, mas não deixou de influenciá-las.

\*CAMENIETZKI, Eleonora Ziller. *Poesia e política – A trajetória de Ferreira Gullar*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.  
Colaborou Carlos Nogueira

FOTOGRAFIA

## Opressão em estado bruto

Rafaela Pereira\*

**Fotografias mostram trabalhadores no desamparo mais absoluto. Mas o trágico das imagens não exclui a beleza**

**N**uma noite de junho o fotógrafo João Roberto Ripper aparece para conversar com a equipe da Revista VERSUS na galeria da Caixa Cultural do Rio de Janeiro, então cenário da sua primeira exposição individual, "Imagens Humanas". A voz baixa e certa dose de timidez escondem a determinação do artista que trocou a rotina (muitas vezes estéril) das redações pelo registro obstinado da opressão em estado bruto. Algumas de suas fotografias mostram trabalhadores no desamparo mais absoluto. É a exploração sem limites. Mas engana-se quem espera encontrar imagens de "coitadinhos". O trágico de suas fotos não exclui a dignidade e a beleza.

---

\* Rafaela Pereira é jornalista do setor de Coordenação de Comunicação da UFRJ.



**RIPPER registra as mais diferentes realidades com indivíduos de diversas idades e etnias, como os índios Karotire do Pará. “A foto é uma arte e fotografar é reconhecer valores”, diz ele**

Ripper começou a trabalhar aos 19 anos e passou por redações de vários jornais. Depois, optou por sair da grande imprensa para atuar como militante social. E se voltou para o trabalho de documentar a vida de excluídos e despossuídos pelo país afora. “Nasci assim, sou feliz assim. Acho que a fotografia é uma obra de arte, ela traz em si a extensão da personalidade do autor. E a minha personalidade é essa”, reflete o fotógrafo, que hoje atua também como professor de fotografia na Escola de Fotógrafos Populares da Maré, ligada ao Observatório de Favelas, uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) com sede na favela da Maré, no Rio de Janeiro.

Seu objetivo é colocar a fotografia a serviço dos Direitos Humanos. Para isso, registra as mais diferentes realidades com indivíduos de diversas idades e etnias, índios Karotire do Pará, camponeses em Conceição do Araguaia, palafitas na favela da Maré e trabalho escravo em fazendas do Mato Grosso do Sul. “A foto é uma arte e fotografar é reconhecer valores. Valores que a gente conhece e reconhece nessas pessoas, e dentro desse reconhecimento você aprende com a essência dessas pessoas.



Eu bebo da essência das memórias desse povo que eu acho sensual e lutador”, diz o fotógrafo.

Ripper quer, através de sua militância, documentar a história para ajudar a mudar a história. “Não adianta a foto ser fantástica se as pessoas não estiverem preparadas para essa transformação. É preciso mudar as pessoas para essa realidade”, aponta o fotógrafo. E essa mudança já aconteceu. Em 1996, com uma de suas imagens ele colaborou no processo contra os

policiais militares que participaram do massacre em Eldorado dos Carajás.

### **Dignidade e teimosia**

Quando perguntado sobre o que mais o impressionou durante todos esses anos, Ripper responde: a capacidade dessas pessoas de resistirem. “Parece que tem um fio de dignidade que passa por elas, que é teimoso, que não sai”, analisa.

Ele lembra, ainda, que esses ex-



cluídos são a maioria da população. “Então podemos falar de favela se não ouvimos o povo favelado. Na verdade, esquecemos a alegria, a vida. E quando isso acontece editorialmente é mais grave, porque se a população não conhece, não existe. Se não existe, passa a existir apenas o lado ruim. Então é fundamental se fazer a denúncia, mas é hoje crucial, é revolucionário, se mostrar a beleza dos espaços segregados”, acredita Ripper.

E é exatamente isso que ele faz e compartilha com o mundo. Escolhendo o preto e branco para registrar suas sensações, emoções e percepções, João Roberto Ripper consegue, através da sua lente, transformar a miséria em poesia, beleza e dignidade. “É trágico ver como essas pessoas são segregadas. Por que quando se entra na favela é preciso ver apenas miséria e violência? Eu vejo beleza”, diz Ripper.

Dante Gastaldoni, colega de longa data do fotógrafo e curador da exposição, acredita ser Ripper um Dom Quixote às avessas. “Ao contrário de Cevantes, que vê moinhos de vento e os transforma em dragões, Ripper transforma os dragões em moinhos de vento e se alimenta deles”, compara Dante.

**VERSUS**online  
www.versus.ufrj.br

FOTO MARCO FERNANDES



### *Imagens Humanas*

*Depois de uma temporada no Rio de Janeiro, a exposição Imagens Humanas foi para São Paulo, onde poderá ser vista na Caixa Cultural até 27 de setembro*

# À margem da cidade

Cineasta incursiona pela tênue fronteira entre a ficção e a realidade debruçando o olhar sobre sobreviventes urbanos

Elisa Monteiro\*

**D**a ficção para o documentário, Evaldo Mocarzel conquistou prêmios e simpatia internacional explorando temáticas sociais polêmicas como o uso da imagem de moradores de rua (À margem da imagem), o movimento por moradia nas cidades (À margem do concreto), a vida de catadores de papel (À margem do lixo), entre outros.

À VERSUS, o jornalista e cineasta formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pela New York Film Academy diz que o documentário social é importante fonte de informação alternativa à grande mídia e um aliado na formação de opinião pública mais crítica e menos estereotipada.

Mocarzel trabalhou por 10 anos no Caderno 2 de O Estado de São Paulo, há seis como editor, e é professor no curso de cinema da FAP/CINETVPR – Escola Superior Sul Americana de Cinema e TV do Paraná (CINETVPR).

**Versus – O que o levou aos documentários? E quais são suas referências em termos de direção no gênero?**

**Evaldo Mocarzel** – Para mim o documentário é uma ficção de representação do real, que envolve procedimentos ficcionais. O cinema contemporâneo vive hibridizando as fronteiras que separam a ficção do documentário. Essa divisão estanque não existe, as coisas se inter-relacionam. A ficção contemporânea bebe na linguagem do documentário e o documentário também se apropria de estratégias ficcionais para representar o real. Agora, eu sou formado em cinema e queria fazer ficção. Fiz meu primeiro curta de ficção em Nova York, no projeto Pictures in the Park. Mas quando voltei ao Brasil achei que a discussão do roubo da imagem, da estetização da miséria poderia gerar um documentário interessante. O desdobramento dessa ideia foi a exibição do filme para os personagens que haviam participado, para que eles criticassem a manipulação que eu tinha feito com a imagem deles.



\* Colaborou Sérgio Franklin

**Depois vieram mais dois documentários sobre marginalizados...**

Fazendo *À margem da imagem* sobre população de rua, eu toquei na questão das ocupações, toquei na questão dos catadores de materiais recicláveis, dos sem-teto, dos movimentos de moradia. E na exibição do *À margem da imagem*, os catadores e os movimentos de moradia pediram para eu fazer um documentário sobre população de rua, porque meu olhar misturava tudo. Por mais que os assuntos se inter-relacionassem nessa estratégia de sobrevivência na grande cidade paulistana, morador de rua era uma coisa, sem-teto era outra e catador era outra. Aí eu acabei fazendo um documentário só sobre os sem-teto, que é o *À margem do concreto*, e um outro só sobre os catadores e as cooperativas, que é o *À margem do lixo*.

**Por que a predileção por temas sociais?**

Foi uma fatalidade. Primeiro fiz um filme sobre síndrome de Down, porque eu tenho uma filha com síndrome de Down. Aí fiz um filme sobre cegos, porque o pai da minha montadora ficou cego. Depois fiz um documentário sobre moradia e sobre reciclagem, em função da recusa dos movimentos de moradia e das lideranças das cooperativas de catadores em permanecer nesse primeiro filme que é *À margem da imagem*. As coisas foram acontecendo. Não foi um projeto deliberado me tornar documentarista social. Um tema foi puxando outro.

**Como foi a produção de *À margem do concreto*? Como foi entrar na intimidade do movimento por moradia, já que se trata de uma organização quase clandestina em função do elemento subversivo da luta deles?**

É, inicialmente foi difícil fazer o *À margem do concreto*, porque

havia uma desconfiança muito grande com relação ao documentário, porque a mídia demoniza a imagem dos movimentos de moradia. Eles tinham muito receio e eu demorei a ganhar a confiança deles, mostrar meus verdadeiros objetivos, que queria discutir o valor social da habitação, o déficit habitacional, enfim, mostrar a visão de mundo destes movimentos tão demonizados pela mídia. Porque o documentário é um espaço de resistência contra a informação-mercadoria da mídia. E, na verdade, eu fiz um recorte do ponto de vista das lideranças de moradia. Eu não quis tanto ouvir Caixa Econômica Federal, nem secretário de Habitação, nem de nada. Até porque estava querendo focalizar a questão da moradia sob a ótica dos sem-teto, então qualquer outro depoimento seria uma armadilha. Por isso, eu procurei aprofundar essa visão de mundo e digamos humanizar as reivindicações dos movimentos de moradia.

**Qual o impacto do seu trabalho para o movimento?**

Não sou eu que tenho que avaliar esse tipo de coisa, ficar avaliando as coisas que eu fiz é uma atitude cabotina. Mas eles (sem-teto) adoraram o filme e trabalham com ele. Quando o GG (Luiz Gonzaga da Silva, da coordenação nacional da Central de Movimentos Populares) foi preso, eles utilizaram o filme para pedir a libertação dele. O filme foi exibido no auditório Ulysses Guimarães, em Brasília, para 1.500 lideranças de moradias no Brasil. O próprio GG o usa para fazer trabalho de base com os novos integrantes, com as bases do movimento. Então, o filme tem uma carreira que não mais me compete. De um modo geral, todos os personagens do filme e os movimentos me parece que gostaram muito do filme e pedem o



FOTO IVO GONZALES/AGÊNCIA O GLOBO - ARTE GIL CASTRO

documentário. Ele é estudado em universidades, os movimentos o utilizam, a Secretaria de Bem-Estar Social também, enfim... Eu diria que isso é imponderável porque eu não o controlo mais.



## O DOCUMENTÁRIO É UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA CONTRA A INFORMAÇÃO MERCADORIA

**Houve algum tipo de cuidado especial em função dos protagonistas serem lideranças do movimento? Teve alguma coisa que você relutou em documentar ou preferiu deixar de fora da edição para não os expor?**

Olha, eu não tive nada a esconder. Na verdade, eu queria mostrar a visão de mundo, e eles acabaram abrindo as portas. Eu filmei um ato de ocupação desde sua gênese até o momento em que a polícia expulsa todo mundo, fui a reuniões, não me censurei.

**Durante as filmagens houve alguma situação que o fez sentir medo?**

Foi no momento de filmar um ato de ocupação. Fiquei com medo por todo mundo. Pela equipe, pelas crianças, porque eram mais de 100 famílias num prédio, no escuro, no centro de São Paulo, toman-do bomba da Polícia Militar. Estava todo mundo ali sofrendo algum tipo de ameaça física em função da explosão das bombas, das balas de

borracha e da multidão também confinada dentro do prédio, enfim... Mas só nesse momento.

**O Ministério da Cultura aparece no filme em dois momentos: reivindicando a reintegração de um dos prédios ocupados há anos e como um dos patrocinadores do filme...**

Na verdade o patrocínio cultural não faz nenhum tipo de censu-

ra ao conteúdo. Obviamente, eu demorei a emplacar esse projeto, mas não sofri nenhum tipo de ingerência depois que eu ganhei o edital da Petrobras para fazer um filme. Não sofri nenhum tipo de ingerência da Petrobras. O filme demorou quatro anos para encontrar um canal de patrocínio e acabou encontrando, até porque [habitação] é uma discussão forte hoje no Brasil e no mundo, comum a todas as grandes cidades. O filme circulou lá fora, em universidades, ganhou o festival de direitos humanos de Buenos Aires, foi exibido na França e Barcelona, enfim, ele foi dando uma circulada grande, até porque os filmes a gente faz e entrega para a vida e aí as coisas vão rolando.

versus  
online  
www.versus.ufrj.br

Tunico Amancio\*

## Ônibus 174, de José Padilha

Quando Sandro Nascimento sequestrou no Rio um ônibus da linha 174, Central-Gávea, se transformou num evento midiático instantâneo e nacional. Mais do que a história de um excluído, com antecedentes no que de mais trágico se gestou na relação infância de rua e proteção do Estado, o fato revelou mais uma face perversa de nosso projeto social, com mortes anunciadas ou surpreendentes.

O diretor José Padilha soube aproveitar a cobertura televisiva, dar-lhe nova roupagem com novos argumentos e transformar tudo isto num filme impactante como a tragédia que retrata. Partindo das imagens insistentemente transmitidas, concebeu um documentário ao qual acrescentou vozes de outros personagens, tratados como sujeitos e impondo outras leituras enquanto metáforas da irracionalidade do pacto social brasileiro. É uma polifonia de amigos, de policiais, de membros da família, das instituições envolvidas, que se misturam inclusive com outro filme (Notícias de uma guerra particular, de João Moreira Salles), num diálogo que põe em perspectiva a função do cinema documentário enquanto olhar essencialmente político na sua fricção com a realidade.

Para comparar os efeitos de real, basta ver *Última Parada 174*, dirigido por Bruno Barreto e lançado em 2008, que ficcionaliza esta mesma história, a partir do filme de Padilha. A comparação só faz crescer o valor do original.

### Síntese:

Em 12 de junho de 2000, um rapaz sequestra um ônibus com alguns passageiros dentro. O sequestro foi filmado e transmitido ao vivo pela televisão. A intervenção desastrosa da polícia transforma o evento numa tragédia. As imagens da tevê são aproveitadas pelo documentário para analisar o evento, voltado para uma reflexão sobre a violência nas grandes cidades brasileiras.

*Tunico Amancio é graduado em Cinema pela UFF e mestre e doutor pela USP. Leciona no Curso de Cinema da UFF, onde coordena o Laboratório de Investigação Audiovisual, que produz material pedagógico sobre cinema e mantém as sessões do Cineclube Sala Escura, no MAM e na UFF. Publicou O Brasil dos gringos: imagens no cinema e Artes e manhas da EMBRAFILME, além de vários artigos em revistas nacionais e estrangeiras. É também curta-metragista.*



# Uma brasileira chamada Nise

A psiquiatra que rompeu com os tabus cristalizados pela medicina tradicional e revolucionou o tratamento dos portadores de transtornos mentais



O sombrio mundo dos transtornos mentais nunca mais foi o mesmo depois de Nise da Silveira. A médica revolucionou a psiquiatria a partir do fim da primeira metade do século XX usando a expressão artística de seus pacientes como recurso para enfrentar os fantasmas da esquizofrenia. Além do rigor científico, era preciso espírito libertário para romper tabus cristalizados pela medicina tradicional. A doutora Nise humanizou o tratamento psiquiátrico no país, até então mergulhado no ambiente obscuro das terapias baseadas na impreгна-

ção medicamentosa, em eletrochoques, na violência da lobotomia. Clausura e silêncio foram substituídos por terapias, que passaram, a valorizar a convivência com o meio e as manifestações do inconsciente.

A ruptura com os métodos conservadores promovida pelo trabalho da doutora Nise ganhou dimensão internacional e atraiu, por exemplo, a atenção de Carl Gustav Jung, ex-discípulo de Freud e psiquiatra suíço criador da psicologia analítica. No universo da psiquiatria, a obra de Nise da Silveira abriu nova página no estudo da psique humana. “Uma obra de

genialidade pouco compreendida”, segundo Edgar Tavares de Mello, coordenador da psiquiatria da Casa das Palmeiras, instituição criada por ela em 1956.

Autor de *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*, o poeta Ferreira Gullar afirma que a observação e o estudo da manifestação do universo simbólico dos pacientes e o novo modo de lidar com aquelas pessoas permitiram descobertas até então inimagináveis sobre os meandros da mente. “Ela buscou uma alternativa e começou não só a criar, começou a estudar e a dar dimensão maior a este tipo de trabalho”, afirma.

## No cárcere com Olga e Graciliano

A trajetória de Nise da Silveira é incomum. Nascer nos anos 1900 (Maceió, Alagoas, 1905) no remoto nordeste brasileiro e ser a única mulher a se graduar numa turma de mais de 150 alunos da Faculdade de Medicina da Bahia, em 1926, é quase um feito épico. No fim da década de 1920, Nise desembarcou no Rio acompanhada do marido, Mário Magalhães da Silveira, que além de primo fora seu colega de turma na faculdade. Instalaram-se inicialmente numa pensão no bairro de Copacabana e, mais tarde, mudaram-se para Santa Teresa. Lá fizeram amizades, as quais influenciaram decisivamente o futuro pessoal e profissional de Nise. O poeta Manuel Bandeira e o ativista político Otávio Brandão foram apenas duas delas.

Sempre participando de círculos de debate sobre arte, filosofia e política, Nise acabou presa durante o Estado Novo: ficou quase um ano e meio na cadeia do presídio da

de Luiz Carlos Prestes) e o escritor Graciliano Ramos, que a transformou em personagem do livro *Memórias do cárcere*.

## Em vez de eletrochoque, criação

O retorno à atividade profissional no serviço público só ocorreu em 1944, no Hospital Pedro II, no bairro do Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio.


Ferreira Gullar conheceu Nise e o Museu de Imagens do Inconsciente, outra instituição criada pela doutora, por intermédio de Mario Pedrosa (crítico de arte e trotskista – 1901-81). Na biografia que publicou em 1996 sobre Nise, Ferreira Gullar conta que o emprego surgiu de um convite feito pela direção do hospital. A princípio houve uma situação de grande constrangimento, porque as práticas corriqueiras empregadas eram as mesmas repudiadas pela médica. “Dra. Nise, pela própria natureza dela, pelo sentido de solidariedade humana e mesmo de sensibilidade, não aceitou o tratamento feito com choque elétrico e

de acesso a seus inconscientes. “A terapia consistia nisso, limpar os quartos, arrumar, limpar o banheiro. Mas ela falou não, não precisa ficar só nisso. Criou uma oficina de encadernação, uma oficina de pintura, uma oficina de escultura, de cerâmica, de moldagem, e aí começou o trabalho que deu origem ao Museu de Imagens do Inconsciente. Criou uma outra alternativa para o tratamento das pessoas com problemas mentais. E isso foi uma contribuição extraordinária”, disse Gullar.

## Carl Jung, o mestre

Mesmo sem apoio imediato da comunidade acadêmica – o círculo científico levou anos para reconhecer a importância de suas obras –, Nise aprofundou suas pesquisas, afinada com as ideias de Jung. Foi mais longe ainda – comprovou também o efeito terapêutico do envolvimento afetivo com os animais. A morte a encontrou em outubro de 1999, aos 93 anos, ainda ativa intelectualmente e à frente de trabalhos com grupos de pesquisa e envolvida com projetos pioneiros, como a Casa das Palmeiras – espaço de reabilitação e convívio social de antigos pacientes de instituições psiquiátricas através de oficinas livres de artes, fundada em 1956 – e o Museu de Imagens do Inconsciente, criado em 1952, para abrigar acervo de obras de pacientes com fins de investigação científica.

Nise da Silveira escreveu 12 livros e dezenas de ensaios, responsáveis por inspirar a formação de diversos centros culturais e instituições terapêuticas no Brasil e no exterior. Sua experiência no Museu de Imagens do Inconsciente virou documentário do cineasta de Leon Hirszman. Nise da Silveira foi precursora do movimento antimanicomial.



Frei Caneca, acusada de comunista, por manter literatura marxista em casa – Nise, por um breve período, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro. À época, a doutora morava no Hospital de Assistência a Psicopatas, na Praia Vermelha (hoje conhecido como Instituto Pinel), Zona Sul do Rio de Janeiro – residia ali desde que foi aprovada em concurso em 1933. No cárcere, teve companhias ilustres: divide cela com Olga Benário (companheira

lobotomia. Ela absolutamente não aceitava esse tipo de tratamento, mas ao mesmo tempo era esse o tratamento que havia”, relata.

Como alternativa a essas práticas, Nise preferiu atuar com o grupo de internos ocupados com atividades de limpeza e manutenção no hospital. Dentro desse setor, Nise foi aos poucos introduzindo oficinas de caráter artístico, estimulando o processo criativo e a livre expressão e abrindo uma brecha

## Livros de Nise da Silveira

*Jung, vida e obra.* José Álvaro Editor, 1968.

*Terapêutica Ocupacional - teoria e prática.* Edição Casa das Palmeiras, 1979.

*A emoção de lidar.* Coordenação e prefácio de uma experiência em psiquiatria na Casa das Palmeiras. Ed. Alhambra, 1987.

*Imagens do inconsciente.* Editora Alhambra, 1987.

*A farrá do boi.* Ed. Numen, 1989.

*Artaud, a nostalgia do mais.* Ed. Numen, 1989.

*Cartas a Spinoza.* Ed. Numen, 1990. Ed. Francisco Alves, 2ª edição, 1995.

*O mundo das imagens.* Ed. Ática, 1992.

*Gatos, a emoção de lidar.* Léo Cristiano Editorial, 1998.

O antigo Centro Psiquiátrico Nacional de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, recebeu em sua homenagem o nome de Instituto Municipal Nise da Silveira.

## Alguns livros sobre Nise da Silveira

GULLAR, F. *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

MELO, W. *Nise da Silveira.* Rio de Janeiro: Imago, 2001.

KUMMER, Didimo O. *Nise - abecedário de uma libertadora.* Maceió: Catavento, 2004.

HORTA, Bernardo Carneiro. *Nise, arqueóloga dos mares.* Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2008.

MELLO, Luis Carlos, organizador. *Nise da Silveira.* Coleção Encontros: A Arte da Entrevista. Rio de Janeiro: Beco do Azogue Editorial, 2009.

## Representação social da loucura

Carlos Nogueira\*

Na antiguidade, segundo Gasparetto, a loucura “era experimentada em estado livre, no convívio com toda a sociedade que frequentemente considerava as crises de agitação, manifestações de cunho sobrenatural decorrentes de possessões demoníacas, e não resultantes de doenças mentais”. Na era cristã, vinculou-se a loucura à religiosidade enfraquecida que se materializava através da possessão. A partir das mudanças no sistema produtivo no período do Renascimento e da Reforma Protestante, o louco torna-se desprezível por ser considerado improdutivo. Na literatura, no entanto, a loucura torna-se protagonista em *Elogio da loucura*, de Erasmo de Rotterdam, ensaio satírico contra os falsos sábios, a ostentação do alto clero, a hipocrisia das instituições humanas e as guerras, publicado em 1511.

Com as lutas pela libertação dos loucos que viviam acorrentados e presos em masmorras, ocorridas entre o final do século XVIII e início do século XIX (onde?), a loucura passa a ser vista como doença ensejando a construção de asilos, espaços de confinamento, solidão e tormento: lugar da exclusão.

No fim da primeira metade do século XX, no Rio de Janeiro, a partir de 1946, uma experiência-piloto em psiquiatria, inovadora e humanista, se estabeleceu com a criação da Casa das Palmeiras, sob a liderança da doutora Nise da Silveira (veja matéria anterior). Na Europa o processo que evidenciava a inadequação dos hospitais psiquiátricos e seus métodos terapêuticos, que incluía o uso excessivo de drogas e eletrochoques, o nome de Franco Basaglia se destacou. Na cidade de Gorizia, na Itália, em 1961, Basaglia promoveu uma revolução quando deu voz aos internos que denunciaram o cotidiano de violência e passaram a influenciar no sistema institucional em que viviam.

Voltando ao Brasil, veja o que diz a doutora Nise.

“O principal método empregado na Casa das Palmeiras é o exercício espontâneo de atividades diversas, geralmen-

te chamado de terapia ocupacional. Fazemos constante apelo às atividades que envolvam especialmente a função criadora mais ou menos adormecida dentro de todo indivíduo. A criatividade é o catalisador por excelência das aproximações de opostos.” (Dra. Nise da Silveira)

A vigorosa produção dos ateliers de pintura e modelagem da Seção de Terapêutica Ocupacional do Centro Psiquiátrico Pedro II originou a fundação do Museu de Imagens do Inconsciente, em 20 de maio de 1952.

Como a canção desconexa de Sorôco, personagem principal do conto “Sorôco, sua mãe e sua filha”, de Guimarães Rosa, as imagens oníricas do acervo do Museu de Imagens do Inconsciente nos reconduzem ao humanismo e à solidariedade com esses indivíduos imersos em sofrimento e solidão.

“O trem partiu e Sorôco não esperou tudo se sumir. Nem olhou. Só ficou de chapéu na mão, mais de barba quadrada, surdo – o que nele mais espantava. Todos os presentes ficaram condoídos com o sofrimento do homem. Entretanto, Sorôco para e num rompido – ele começou a cantar. Alteado, forte, mas sozinho para si – e era a cantiga, mesma, de desatino, que as duas tanto tinham cantado. Cantava continuando. E eis que todos, de uma vez, de dó de Sorôco, principiaram também a acompanhar aquele canto sem razão. E com vozes tão altas! (...) A gente estava levando agora o Sorôco para a casa dele, de verdade. A gente, com ele, ia até aonde que ia aquela cantiga.”

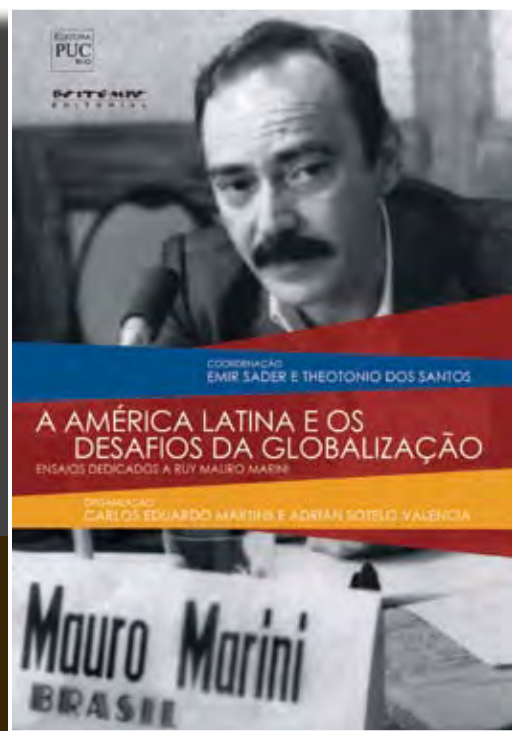
### Referências

- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica.* São Paulo: Perspectiva, 2008.
- ROSA, João Guimarães. Sorôco, sua mãe e sua filha. In: *Primeras histórias.* Rio de Janeiro, 1978.
- ROTTERDAM, Erasmo. *Elogio da loucura.* São Paulo: Martin Claret, 2008.
- SILVEIRA, Nise da. *O mundo das imagens.* São Paulo: Ática, 1992.
- GASPARETTO, Marco Antonio. *História da loucura.* Disponível em <[http://medfiles.wordpress.com/200808\\_históriadoc](http://medfiles.wordpress.com/200808_históriadoc)>. Acesso em: 10 ago. 2009.

\* Pesquisador, mestre em Memória Social pela UNIRIO.

# O resgate de um exílio teórico

Marcelo Dias Carcanholo<sup>1</sup>



Considerado um pilar da construção do pensamento marxista não só no Brasil mas em toda a América Latina, paradoxalmente, o legado de Ruy Mauro Marini é pouco conhecido no país. *A América Latina e os desafios da globalização: Ensaio dedicado a Ruy Mauro Marini* reúne dezesseis ensaios de intelectuais consagrados, dedicados ao legado do pensador brasileiro, produzidos nos dez anos de sua morte.

Fonte: Boitempo

Título: *A América Latina e os desafios da globalização*

Subtítulo: *Ensaio dedicado a Ruy Mauro Marini*

Autor(a): Emir Sader e Theotonio dos Santos (coord.); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (orgs.)

Prefácio: Paulo M. d'Ávila Filho

Páginas: 392

Ano de publicação: 2009

ISBN: 978-85-7559-117-8

Preço: R\$ 48,00

Editora Boitempo

Intelectual extremamente respeitado no mundo inteiro e, em especial, na América Latina – objeto de suas mais instigantes reflexões –, Ruy Mauro Marini tem sofrido, por várias razões, um duro e extenso exílio teórico. Trata-se de resgatá-lo, não com o objetivo de exegese de sua obra, mas – como lhe era mais característico – sendo fiel ao método marxista, que pressupõe o cuidado com as mediações categoriais e com as especificidades históricas em que se manifesta o capitalismo na América Latina. Nesse sentido, duas categorias podem ser consideradas centrais em seu pensamento: a concepção dialética da dependência e a superexploração do trabalho.

Ao contrário das interpretações mais comuns sobre a temática do desenvolvimento, o autor entendia desenvolvimento e subdesenvolvimento como um par dialético. Ter-se-ia dois fenômenos qualitativamente diversos – ao invés de uma mera diferenciação quantitativa, contornável através da superação

de estágios de desenvolvimento – e marcados pelo antagonismo e a complementaridade. Antagonismo justamente por se tratarem de situações distintas dentro da lógica de acumulação capitalista mundial, mas complementares por serem necessariamente elementos constitutivos dessa lógica. O que caracterizaria essa condição dependente?

É possível identificar três condicionantes histórico-estruturais da dependência: (i) o fato empírico recorrente de perda nos termos de troca; (ii) remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e *royalties*; (iii) instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes e colocando os países dependentes periféricos à mercê do ciclo de liquidez internacional.

Marini procurou explicar os mecanismos de transferência de valor inerentes ao condicionante a partir tanto da concorrência entre capitais dentro de um mesmo setor de produção, para os quais as economias centrais possuem maior produtivi-

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Economia da UFF.

dade, quanto da concorrência entre setores, sendo que os mais produtivos também tendem a se concentrar nessas economias.

Adicionalmente, deve-se ressaltar o funcionamento de outro mecanismo de transferência de valor. O capital externo, na forma de investimento direto, tende a repatriar lucros e dividendos, e, portanto, remete valor criado na periferia para o centro. Por outro lado, na sua forma de endividamento, implica a transferência de valor a partir do pagamento de juros e amortizações de dívida. Por fim, a dependência tecnológica também coloca a transferência de valor produzido na periferia para o centro na forma de pagamento de *royalties*.

Esses elementos condicionantes da dependência provocam uma forte saída estrutural de recursos, levando a recorrentes problemas de estrangulamento externo. A única maneira que a acumulação de capital interna à economia dependente tem para prosseguir seria aumentar a sua produção de excedente. A forma associada à condição de dependência para elevar a produção de valor é a superexploração da força de trabalho, o que implica a elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho. Ou seja, os condicionantes da dependência colocam uma maciça transferência de valor produzido na periferia que é apropriado no centro da acumulação mundial, e a dinâmica capitalista na periferia é garantida pela superexploração da força de trabalho, ao invés de bloquear esses mecanismos de transferência de valor.

A superexploração da força de trabalho não coloca, em princípio, empecilhos para a acumulação interna de capital, ao restringir o consumo da força de trabalho, porque

sua dinâmica de realização pode depender do mercado externo e/ou de um padrão de consumo que privilegie as camadas média e alta da população. Neste último caso, entretanto, o incremento dos lucros pode ser direcionado não como demanda interna (sem contrapartida de produção interna), mas orientado para aumento de importações, seja de bens de consumo para essas camadas da população, seja para meios de produção necessários para a acumulação. Tanto um caso quanto o outro complexificam os déficits estruturais de balanço de pagamentos, formas de manifestação dos mecanismos de transferência de valor. Logo, a manutenção de taxas de crescimento sustentadas na periferia recolocam de forma ampliada os seus condicionantes restritivos. A condição de dependência é estrutural (própria da lógica de acumulação mundial) e tende a se aprofundar, justamente porque esses condicionantes são reforçados por essa própria lógica.

Essa parece ser a principal mensagem do autor. Os problemas estruturais enfrentados pela região não são decorrência do “atraso”, isto é, da “falta de capitalismo”, mas justamente da característica específica que esse capitalismo apresenta na América Latina. Questionar a condição dependente é, ao mesmo tempo, questionar a lógica capitalista. Assim devemos lembrar e resgatar o pensamento de Marini.



**Os condicionantes da dependência colocam uma maciça transferência de valor produzido na periferia que é apropriado no centro da acumulação mundial, e a dinâmica capitalista na periferia é garantida pela superexploração da força de trabalho, ao invés de bloquear esses mecanismos de transferência de valor**

# Fernanda Montenegro

## atriz



“**N**unca frequentei universidade. Não cheguei a ser universitária. Hoje há um despreparo dos que saem das universidades. Os professores são despreparados, os médicos são despreparados, os engenheiros são despreparados. A impressão que eu tenho é que alguma coisa não está funcionando. Mas não está funcionando desde o primário (refere-se ao ensino fundamental). Universidades e faculdades proliferaram pelo Brasil afora, que é uma coisa que nem mato, que nem capim. Você não passa para uma, pode passar para outra. Se você não passa na outra, passa numa terceira, porque alguém vai facilitar muito para você poder obter a vaga naquela faculdade ali. Então isso é uma coisa muito maluca que está acontecendo no país porque não funciona. Não é a universidade que não funciona. O que não funciona é o primário, não funciona o pré-primário. Então vai se acumulando uma não preparação que desemboca na universidade.

## Fernanda de Beauvoir

O trabalho mais recente de Fernanda Montenegro no teatro é o monólogo *Viver sem Tempos Mortos*. No palco ela se transforma em Simone de Beauvoir (1908-1986), a filósofa francesa cuja obra deu nova dimensão à condição feminina. Fernanda Montenegro é a maior atriz brasileira. Em outubro agora ela completa 80 anos. Sua carreira – começou a trabalhar

aos 15 anos como locutora da rádio Ministério da Educação – é uma história de atuações marcantes no teatro, no cinema e na televisão. Sua participação em filmes como *Eles Não Usam Black-Tie* (1981) e *Central do Brasil* (1998) revela a diversidade do talento da atriz. Na televisão, um dos seus grandes momentos deu-se na novela *Guerra dos Sexos*, contracenando

com Paulo Autran. Mas é o teatro a matriz de Fernanda Montenegro, onde o seu brilho encontra o maior abrigo.

O depoimento acima foi dado após uma sessão da peça *Viver sem Tempos Mortos* no Sesc de São Gonçalo, cidade de mais de 1 milhão de habitantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO



CARTÃO DE TRABALHO  
E  
PREVIDÊNCIA SOCIAL

# VERSUS

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)



UFRJ

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



CCJE